Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE BRAÇOS DADOS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 01
Rubrica

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em **14 de Novembro de 2023**, procedeu-se a abertura do **processo administrativo nº 0101.07239.2023,** que tem por objeto a **Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA**. Com este fim e para constar o presente termo que vai por mim assinado.

Vargem Grande - MA, 14 de Novembro de 2023.

(*) Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ CHARLES CÂNTARA MARTINS OLIVEIRA** em 27 de Dezembro de 2022 às **14:26 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TERMODECONVENIO-92022. **Código de Validação**: 070D4853DB.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 02
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TERMODECONVENIO - 92022
Código de validação: 070D4853DB

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Dispõe sobre a realização de concurso público para o provimento de cargos na administração municipal da cidade de Vargem Grande/MA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, por meio da Promotoria de Justiça de Vargem Grande/MA, doravante denominada COMPROMITENTE, de um lado, e do outro, o PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DE VARGEM GRANDE/MA, Sr. **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 753363 SSP/MA e CPF nº 225.644.543-72, residente e domiciliado à Rua Abreu Bastos, 325, Centro, Vargem Grande – MA, Vargem Grande/MA, nesta, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC, com base no art. 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, com interveniência do Assessor Jurídico do Município, DANIEL LUIS SILVEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/MA 8,366-A, residente e domiciliado na Rua da Torre, 12, Baixa Grande, Vargem Grande - MA, consoante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - O objeto deste TAC é a realização de concurso público para o provimento de cargos em todas as áreas da administração do Município de Vargem Grande/MA, considerando especialmente o disposto nos incisos II e IX do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

2.1 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a publicar edital de concurso público de provas ou de provas e títulos para o ingresso de pessoal para o exercício

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 03
Rubrica

das atividades-fim da administração do Município de Vargem Grande/MA, na forma ajustada no presente instrumento, até o dia 30 de maio de 2023.

2.2 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a aplicar as provas escritas do concurso público até o 30 de agosto de 2023.

2.3 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a concluir e homologar o concurso público até o 30 de dezembro de 2023 e a dar posse aos aprovados no máximo até o dia 30 de março de 2024, com a dispensa dos servidores temporários que estejam ocupando os cargos nos quais haja candidatos aprovados em tal certame.

2.4 - Fica ressalvada a hipótese de manutenção dos servidores temporários em caráter excepcional, de acordo com o art. 37, IX, da Constituição Federal, ou seja, nas hipóteses em que se vise a atender necessidade temporária de excepcional interesse público entendendo-se esta como aquelas feitas para atender situação emergencial e eventual, que se afaste da rotina administrativa, vedando-se as hipóteses em que o contrato é efetivado para o atendimento de atividades permanentes, rotineiras, para provimento de cargos típicos de carreira.

2.5 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a também não manter nos quadros de pessoal da Administração do Município de Vargem Grande/MA, após o dia 30 de março de 2024, pessoal contratado para cargos que, sob qualquer outra denominação ou fundamento, exerçam as mesmas funções de natureza permanente, ressalvadas as hipóteses de contratação temporária de caráter excepcional, de acordo com o art. 37, IX, da Constituição Federal.

2.6 - O COMPROMISSÁRIO poderá manter em seus quadros, até o fim do prazo previsto na cláusula 2.5, pessoal contratado direta e temporariamente, e posteriormente, nas hipóteses justificadas de contratação temporária de caráter excepcional, de acordo com o art. 37, IX, da Constituição Federal.

2.7 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a nomear os aprovados em concurso público conforme ordem de classificação e número de vagas existentes no quadro de pessoal da Administração do Município de Vargem Grande/MA, de acordo com a necessidade desta Administração, não havendo a obrigação de o

(*) Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ CHARLES CÂNTARA MARTINS OLIVEIRA em 27 de Dezembro de 2022 às 14:26 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: Número do documento: TERMODECONVENIO-92022. Código de Validação: 070D48533DB.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 04 Rubrica

COMPROMISSÁRIO em realizar nomeações de aprovados no mesmo número de servidores admitidos por contrato temporário de trabalho, terceirizados ou ocupantes de cargo em comissão.

2.8 - A partir do prazo previsto na cláusula 2.5 deste TAC, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a abster-se definitivamente de contratar ou nomear funcionários para o exercício das funções inerentes aos cargos onde haja aprovados em concurso público.

2.9 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se, às suas expensas, a publicar o presente TAC a partir desta data, no periódico encarregado das publicações de atos oficiais do Município de Vargem Grande/MA, na página oficial do Município na internet, com destaque na home page, e na sede da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, em local visível para a população.

2.10 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se, às suas expensas, a dar publicidade com antecedência aos editais de concurso, aos resultados e à classificação final no periódico encarregado das publicações de atos oficiais do Município de Vargem Grande/MA, na página oficial do Município na internet, com destaque na home page, e na sede da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, em local visível para a população, devendo o aviso prévio da publicação de edital também ser publicado da mesma forma em tais locais.

2.11 - O COMPROMISSÁRIO obriga-se, em até 48 (quarenta e oito) horas a contar de cada etapa de concurso que vier a realizar, a remeter a comprovação de seu cumprimento à Promotoria de Justiça de Vargem Grande/MA.

2.12 – O COMPROMISSÁRIO obriga-se, a partir da data de assinatura deste TAC, a não criar cargos comissionados cujas funções não sejam de DIREÇÃO, CHEFIA ou ASSESSORAMENTO, a teor do que dispõe o art. 37, V, da Constituição Federal, ficando ciente de que não poderá encaminhar projeto de lei ou publicar resolução criando cargos em comissão que, apesar de conter a nomenclatura de DIREÇÃO, CHEFIA ou ASSESSORAMENTO, suas atribuições não correspondam com a natureza prevista na Constituição Federal, ressaltando-se que a simples

(*) Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ CHARLES ALCÂNTARA MARTINS OLIVEIRA em 27 de Dezembro de 2022 às 14:26 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: Número do documento: TERMODECONVENIO-92022. Código de Validação: 070D4853DB.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 05
Rubrica

nomenclatura não tem o condão de alterar a essência do cargo.

2.13 – O COMPROMISSÁRIO obriga-se a, nos termos do enunciado n. 13 da súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, não nomear cônjuge, companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta do Município de Vargem Grande/MA, ressalvados os de caráter técnico e os permitidos por Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

3.1 - Incumbe ao COMPROMITENTE a integral fiscalização do cumprimento deste TAC, podendo fazê-lo mediante requisição de documentos, informações, diligências ou quaisquer outras medidas necessárias, podendo também o COMPROMITENTE receber representação por parte de qualquer pessoa a respeito de eventual descumprimento deste TAC, sem prejuízo das ações de controle e fiscalização de qualquer outro órgão público municipal, estadual ou federal.

CLAUSULA QUARTA – DAS COMINAÇÕES:

4.1 - O descumprimento injustificado por parte do COMPROMISSÁRIO de qualquer das obrigações previstas neste TAC, além de poder configurar ato de improbidade administrativa a ser apurado pela via adequada, acarretará ao COMPROMISSÁRIO, imposição de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) para cada dia de atraso, até o efetivo cumprimento da obrigação, com limite máximo de R$100.00,00 (cem mil reais)

4.2 - O valor da multa prevista neste TAC será atualizado pelo IGP-M/FGV ou pelo indexador que o substituir, bem como acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a contar de seu descumprimento.

4.3 - As multas diárias incidirão a partir do dia imediatamente seguinte ao do descumprimento.

4.4 - Em qualquer hipótese de aditamento deste TAC, fica vedada a

(*) Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ CHARLES ALCÂNTARA MARTINS OLIVEIRA em 27 de Dezembro de 2022 às 14:26 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br autenticidade utilizando-se: Número do documento: TERMODECONVENIO-92022. Código de Validação: 070D4853DB.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 06
Rubrica

(*) Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ CHARLES ALCÂNTARA MARTINS OLIVEIRA em 27 de Dezembro de 2022 às 14:26 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se. Número do documento: TERMODECONVENIO-92022. Código de Validação: 070D4853DB.

repactuação para menor dos valores das multas diárias incidentes em caso de descumprimento de seus termos.

4.5 - A multa prevista no presente TAC será aplicada sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas que forem cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – OUTRAS FORMAS DE DESCUMPRIMENTO DESTE TAC:

5.1 - Será também considerado como contratação irregular e descumprimento das cláusulas deste TAC por parte do COMPROMISSÁRIO a contratação de pessoal por intermédio de cooperativa de mão-de-obra ou de associação civil não empresarial para fornecimento de mão-de-obra para o Município de Vargem Grande/MA em caráter pessoal, contínuo e subordinado a este.

5.2 - Não será considerado descumprimento das cláusulas deste TAC a contratação, mediante prévio processo de licitação, de cooperativa e sociedade empresária para a prestação de serviços relacionados às atividades meio do Município de Vargem Grande/MA, a exemplo de vigilância, limpeza e merenda escolar, desde que não se estabeleça vínculo pessoal, contínuo e subordinado entre os empregados da contratada e o Município de Vargem Grande/MA.

CLÁUSULA SEXTA – DO RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DO CONCURSO:

6.1 – Eventual dispensa para a contratação do responsável pela realização do concurso em questão deverá ocorrer nos estritos termos da Lei Federal n. 8.666/93, sob as penas da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:

6.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Vargem Grande/MA para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios a respeito deste TAC, com exclusão de qualquer outro. E, por estarem assim combinados, firmam o presente TAC por livre e espontânea vontade em duas vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 07
Rubrica

do art. 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985.

Vargem Grande/MA, 27 de dezembro de 2022.

ANDRÉ CHARLES ALCÂNTARA MARTINS OLIVEIRA
Promotor de Justiça da Comarca de Vargem Grande

PREFEITURA MUN. DE VARGEM GRANDE
José Carlos de Oliveira Barros
Prefeito Municipal

JOSE CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande

DANIEL LUIS SILVEIRA
Assessor Jurídico

assinado eletronicamente em 27/12/2022 às 14:26 h (*)

ANDRÉ CHARLES ALCÂNTARA MARTINS OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

(*) Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ CHARLES ALCÂNTARA MARTINS OLIVEIRA** em **27 de Dezembro de 2022 às 14:26 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TERMODECONVENIO-92022, **Código de Validação**: 070D4853DB.

VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 08
Ruorica

LEI Nº. 696, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

CRIA CARGOS EFETIVOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE, ESTADO DO MARANHÃO, usando das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica deste município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criados cargos de provimento efetivo, conforme relação e quantitativo constante do Anexo I desta Lei, a serem regidos pelo Plano de Cargos e Carreira e Estatuto específico.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concurso Público de provas ou de provas e títulos para provimento dos cargos efetivos criados pela presente Lei.

Art. 3º. O Concurso Público será realizado em dia e hora a serem designados pelo Poder Executivo, cujas normas regentes serão estabelecidas no competente Edital.

Art. 4º. As despesas decorrentes da realização do concurso público correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º. Fica ainda o Poder Executivo desde já autorizado a contratar Empresa especializada para a realização do Concurso Público.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar Gratificação a título precário e especial, que será custeada pelos valores arrecadados com as inscrições do certame, por intermédio de Decreto do Chefe do Executivo, aos membros da Comissão Organizadora do Concurso Público, pelo exercício de atribuições

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 09
Rubrica

excepcionais e transitórias, que excedam ao cargo ocupado, somente sendo percebida do ato de nomeação da Comissão até a Homologação do Concurso.

Parágrafo Único. A Gratificação será devida ao servidor que, em caráter eventual participar da logística de preparação e de realização do concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, em Vargem Grande, 14 de novembro de 2023, 201º da Independência e 134º da República.

PREFEITURA MUN. DE VARGEM GRANDE
José Carlos de Oliveira Barros
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal

VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 10
RUBRICA

LEI Nº 696, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS CRIADOS

CARGO	REQUISITOS MINIMOS	PROVA PRÁTICA	PROVA DE TÍTULOS	QUANT. DE VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	CH SEMANAL	SALÁRIO BASE (R$)
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL							
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - AOSD	1 - Ensino Fundamental completo	NÃO	NÃO	20	SIM	40	R$ 1.320,00
TOTAL DE VAGAS - NÍVEL FUNDAMENTAL:				**20**			
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO							
Agente Administrativo	1 - Ensino Médio Completo	NÃO	NÃO	10	SIM	40	RS 1.320,00
TOTAL DE VAGAS - NÍVEL MÉDIO:				**10**			
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR							
Professor de Educação Infantil	1 – Ensino Superior/Licenciatura em Pedagogia por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	10	SIM	20h	R$ 2.210,27
Professor de Ensino Fundamental - Nível I - 1º ao 5º ano	Ensino Superior/Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Magistério do Ensino Fundamental por instituição de ensino reconhecida pelo	SIM	SIM	40	SIM	20h	R$ 2.210,27

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 11
Rubrica

	MEC						
Professor de Ensino Fundamental - Nível II - 6º ao 9º ano: Língua Portuguesa	1 - Ensino Superior/Licenciatura Plena em Letras – Português, por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	8	SIM	20h	R$ 2.210,27
Professor de Ensino Fundamental - Nível II - 6º ao 9º ano: Matemática	1 - Ensino Superior/Licenciatura Plena em Matemática, por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	8	SIM	20h	R$ 2.210,27
Professor de Ensino Fundamental - Nível II - 6º ao 9º ano: Ciências	1 - Ensino Superior/Licenciatura Plena em Ciências Naturais, por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	4	SIM	20h	R$ 2.210,27

TOTAL DE VAGAS - NÍVEL SUPERIOR:	**VAGAS:**	**70**
TOTAL GERAL DE VAGAS:		**100**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 12
Rubrica

LEI Nº. 696, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

ÁREA DA EDUCAÇÃO – GRUPO I - NÍVEL SUPERIOR:

Professor de Educação Infantil; Professor do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1° ao 5° ano); Professor do Ensino Fundamental Anos Finais (6° ao 9° ano): Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, e Educação Física: Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; programar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividade extraclasse; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

ÁREA DA EDUCAÇÃO – GRUPO II – NÍVEL MÉDIO:

Atribuições do Agente Administrativo

Organização do ambiente de trabalho, manter registros, arquivos e documentos organizados; gerenciar o fluxo de correspondências e e-mails. Atendimento telefônico e atendimento ao público: atender e fazer ligações telefônicas, receber visitantes e fornecer informações básicas sobre a empresa; encaminhar às pessoas apropriadas. Agendamento e coordenação de reuniões: marcar e confirmar compromissos; organizar salas de reuniões; preparar materiais. Gerenciamento de viagens e logística; fazer reservas de passagens aéreas, hospedagens e outros, e organizar itinerários para viagens de negócios; cuidar de questões logísticas; Suporte à equipe: auxiliar a equipe em suas necessidades diárias; preparar relatórios; criar apresentações; organizar eventos internos; facilitar a comunicação entre departamentos. Agente de Portaria e Vigilância: Fiscalizar, observar e orientar a entrada e saída de pessoas, receber, identificar e encaminhar as pessoas aos destinatários. Abrir e fechar as dependências de prédios. Receber a correspondência e encaminhá-la aos setores de destino. Atender e efetuar ligações telefônicas, se for necessário.

Receber e transmitir mensagens. Manter o quadro de chaves, controlando seu uso e guarda. Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas. Zelar pela ordem, segurança e limpeza da área sob sua responsabilidade. Inspecionar os locais ou instalações do prédio, cuja segurança ou conservação implique em maior responsabilidade. Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do prédio. Auxiliar nas atividades de ensino. Utilizar recursos de informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

ÁREA DA EDUCAÇÃO – GRUPO III – NÍVEL FUNDAMENTAL:

Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD):

Efetuar, sob orientação da chefia imediata, serviços auxiliares de copa e cozinha, jardinagem, lavanderia, limpeza e conservação. Limpar e arrumar as dependências e instalações do estabelecimento de educação, a fim de mantê-lo em condições de asseio requeridas. Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas. Percorrer as dependências do estabelecimento de saúde, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos. Preparar e servir café e chá à chefia, visitantes e servidores do setor. Lavar copos, xícaras e cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha. Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso. Manter arrumado o material sob sua guarda. Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos com boa aparência. Cumpre e faz cumprir o Regulamento, o Regimento, Instruções, Ordens e Rotinas de Serviço Público.

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

Fls. 14

MEMORANDO INTERNO

Vargem Grande- MA, 14 de novembro de 2023.

Ao
Departamento de Compras/Serviços
Sr. Carlos Luan Carneiro Teixeira
Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA

Assunto: Solicitação para Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao Termo de Convênio – 92022 do Ministério Público, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Realização de Concurso Público para o Provimento de Cargos na Administração Municipal da cidade de Vargem Grande/MA, haja vista que o Poder Executivo Municipal em cumprimento ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC), somente sancionou a Lei n° 696/2023 de autorização do concurso público em 14 de Novembro de 2023. Desta forma, com base no item 2.3 do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e para o devido cumprimento do mesmo, desde já **AUTORIZO** a Pesquisa de Preços de Mercado e Mapa de Apuração Preço conforme estabelece a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Atenciosamente,

FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO
Secretario Municipal de Administração

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 15
ASSINATURA

DESPACHO

Ao Senhor
FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração.

Em resposta ao Memorando Interno encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração, referente a Realização de Concurso Público para o Provimento de Cargos na Administração Municipal da cidade de Vargem Grande/MA. Informamos que realizamos o devido procedimentos.

Deste modo, esclarecemos que os valores médios foram obtidos por meio da plataforma do Banco de Preços em 30 de Novembro de 2023, e através de solicitação por e-mail à 03 (três) empresas do ramo de concurso público para o devido preenchimento das Propostas de Preços para escolha do melhor e menor valor proposto, contento descrição detalhada dos serviços e quantitativos para elaboração das pesquisas de preços, conforme Anexo II da Solicitação de Pesquisa de Preços da Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, sendo tal resultado remetido à Autoridade Competente para cabíveis providências.

Vargem Grande- MA, 05 de Dezembro de 2023.

Atenciosamente,

Carlos Luan Carneiro Teixeira
Setor de Compras/Serviços

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
16
Rubrica

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA.

Senhor fornecedor/Prestador de Serviços, com base no levantamento de preços junto ao Banco de Preços, cujos valores obtidos constam no Anexo I. Nesse sentido, Solicitamos a colaboração dessa empresa no sentido de nos encaminhar a Proposta de Preços com todos os dados requeridos conforme modelo no Anexo II, e com os devidos Preços Unitários e totais ou elaboradas e impressas em papel timbrado da empresa e por qualquer processo eletrônico e entregar com o máximo de urgência possível, junto ao Departamento de Compras/Serviços ou pelo email do Setor de Compras/Serviços da Prefeitura Municipal, com sede à Dr. Nina Rodrigues nº 20, Centro de Vargem Grande/MA, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas).

As informações prestadas por essa empresa serão utilizadas para obtenção de "planilha de preços de mercado" e servirão para verificação da modalidade de licitação cabível.

Encaminhamos em anexo a Proposta de Preços, acompanhada da planilha com os quantitativos e especificações dos serviços que deverão ser cotados.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Vargem Grande (MA), 05 de Dezembro de 2023

Carlos Luan Carneiro Teixeira
Departamento de Compras

PROTOCOLO DE ENTREGA DA SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	**CIDADE:**	**UF:**
CEP:		
CNPJ:		

Recebi em _____/_____/2023 a SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS emitida em ____ de ____ de 2023 para fornecimento de preços.

_____
Assinatura do responsável da empresa

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
17
Rubrica

ANEXO I

PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E VALORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE OBTIDADA PELO BANCO DE PREÇOS, CONFORME ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR MÉDIO OBTIDO POR INSCRIÇÕES	VALOR MÉDIO TOTAL
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20	1.600	R$78,43	R$125.488,00
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10	1.200	R$113,03	R$135.636,00
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70	1.980	R$141,62	R$280.407,60
TOTAL		**100**	**4.780**		**R$ 541.531,60**

PREÇO ESTIMADO: R$ 541.531,60 (Quinhentos e quarenta e um mil, Quinhentos e trinta e um reais e Sessenta centavos)

Prazo de validade desta pesquisa: ( ) 30 dias; (X) 60 dias; ( ) 90 dias; ( )_____dias.

_____
Assinatura do responsável

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rubrica

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA PREÇOS

O objeto da presente proposta é a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, conforme abaixo relacionados, para a Prefeitura Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, descritos abaixo. Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20			
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10			
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70			
TOTAL		**100**			

1 Validade desta Proposta:

2 Valor Total da Proposta:

3 DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA DA PROPOSTA DE PREÇOS

Nome Fantasia: _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade/UF: _____ CEP: _____

4. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Responsável Legal:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
19
Rubrica

CPF: _____ Identidade: _____

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

Nº Banco: _____ Nº da Agência: _____ Conta: _____

6. DADOS BANCÁRIOS

Banco:
Agência:
Conta:

7. DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaro, sob as penas da lei, que:

- esta empresa não está sob processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- esta empresa está em situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Receita Federal do Brasil) e às Fazendas Estaduais e Municipais a que se submete;

- esta empresa não possui passivo trabalhista e está em situação regular junto ao sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

- em cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8666/93, esta empresa não possui em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- nos termos dos incisos III e IV do Art. 1º e do inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, esta empresa zela pela dignidade da pessoa humana e pelos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e não possui em sua cadeia produtiva ninguém submetido a tortura nem a tratamento desumano, degradante ou forçado;

- Ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Cidade-UF, dia de mês de 2023.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
E CARIMBO DA EMPRESA

Prefeitura de VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 90

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

Relatório de Cotação: CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Pesquisa realizada entre 30/11/2023 14:25:42 e 30/11/2023 14:52:16

Relatório gerado no dia 30/11/2023 15:05:09 (IP: 179.63.94.42)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	3	1 Unidade	R$ 78,43 (un)	-	R$ 78,43	R$ 78,43
2) RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	3	1 Unidade	R$ 113,03 (un)	-	R$ 113,03	R$ 113,03
3) RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	3	1 Unidade	R$ 141,62 (un)	-	R$ 141,62	R$ 141,62

Valor Global: R$ 333,08

Detalhamento dos Itens

Item 1: RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)

Preço Estimado: R$ 78,43 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R$ 78,43 Média dos Preços Obtidos: R$ 78,43

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	(NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 55,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021



Órgão: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul/CREA-RS

Objeto: Contratação de empresa para realização de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os diversos empregos públicos que compõem o quadro permanente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA/RS - Percentual/valor máximo admitido = 75%.

Descrição: Recrutamento e seleção de pessoal / concurso público / vestibular - Contratação de empresa para realização de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os diversos empregos públicos que compõem o quadro permanente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA/RS - VALOR EM PERCENTUAL MÁXIMO ADMITIDO = 75%

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 18/08/2023 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: N°Pregão:362023 / UASG:[illegible]
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1
Unidade: UNIDADE
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.951.635/0001-81 *VENCEDOR*	LEGALLE CONCURSOS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	R$ 37,50
07.843.902/0001-39	METROPOLE SOLUCOES EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS EIRELI	R$ 40,00
23.047.156/0001-23	RHS CONSULT LTDA	R$ 70,00
00.849.426/0001-14	OBJETIVA CONCURSOS LTDA	R$ 75,00

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais — R$ 127,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAXIAS DO SUL/RS

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de organização e execução de concurso público .

Descrição: Recrutamento e seleção de pessoal / concurso público / vestibular - Recrutamento e seleção de pessoal / concurso público / vestibular - ENSINO FUNDAMENTAL - PROVA PRÁTICA

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 06/04/2023 08:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: N°Pregão:72023 / UASG:928048
Lote/Item: 1/6
Ata: Link Ata
Adjudicação: 06/04/2023 11:12
Homologação: 06/04/2023 11:42
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 37
Unidade: UNIDADE
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.120.933/0001-20	INQC - INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICACAO E CAPACITACAO	R$ 52,21
23.047.156/0001-23 *VENCEDOR*	RHS CONSULT LTDA	R$ 91,35
20.951.635/0001-81	LEGALLE CONCURSOS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	R$ 91,86
00.849.426/0001-14	OBJETIVA CONCURSOS LTDA	R$ 127,00
40.417.695/0001-26	INSTITUTO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BRASIL - IADEB	R$ 160,00
07.843.902/0001-39	METROPOLE SOLUCOES EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS EIRELI	R$ 500,00
09.496.620/0001-38	EPL EMPRESA PARANAENSE DE LICITACOES LTDA	R$ 1.500,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 53,28

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.FARROUPILHA
INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de serviços de organização, planejamento e execução de concurso público para provimento de cargos da carreira de Docente EBTT do quadro de pessoal permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar.

Descrição: RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR - RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL / CONCURSO PÚBLICO / VESTIBULAR

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 01/12/2022 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 66/2022 / UASG: 158127
Lote/Item: 2/1
Ata: N/A
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov br
Quantidade: 2.000
Unidade: UNIDADE
UF: RS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 99 Rubrica

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
87.878.476/0001-08 *VENCEDOR*	FUNDACAO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIENCIAS	R$ 53,28

Item 2: RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)

Preço Estimado: R$ 113,03 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R$ 113,03 Média dos Preços Obtidos: R$ 113,03

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	(NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 185,92
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de AGENTE DE INTEGRAÇÃO, com vistas ao preenchimento de vagas de estágio no âmbito da SEGUP/PA e instituições de ensino, para intermediar o recrutamento, a pré-seleção, o encaminhamento e o acompanhamento de estudantes de curso de educação nível médio e superior para preenchimento de oportunidades de estágio não obrigatório, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital

Descrição: Recrutamento e Seleção de Pessoal / Concurso Público / Vestibular - Prestação de serviços de agente de integração para intermediar o recrutamento, a pré-seleção, o encaminhamento e o acompanhamento de estudantes de curso de educação nível médio e superior para preenchimento de oportunidades de estágio não obrigatório.

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 15/06/2023 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: N°Pregão:72023 / UASG:925801
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 16/06/2023 12:36
Homologação: 19/06/2023 14:43
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov .br
Quantidade: 60
Unidade: UNIDADE
UF: PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.711.278/0001-30 *VENCEDOR*	USINA DE TALENTOS, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA	R$ 161,64
07.611.485/0001-07	ASSOCIACAO PROATIVA DO PARA - APPA	R$ 161,67
61.600.839/0001-55	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E	R$ 161,83
05.342.580/0001-19	UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARE	R$ 210,00
17.104.307/0001-35	THALLYS F DA SILVA	R$ 266,67
21.639.300/0001-95	CONNECT ESTAGIOS LTDA	R$ 470,50

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais — R$ 99,90
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE
INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos da carreira de Técnico-administrativos em Educação (ClassesC ,DeF) e de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal Catarinense IFC, conforme disposto no Termo de Referência/Projeto Básico.

Descrição: RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR - PROPOSTA DE VALOR INSCRIÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO (NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO)

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 01/12/2022 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 184/2022 / UASG: 158125
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov br
Quantidade: 1.476
Unidade: UNIDADE
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
87.878.476/0001-08 *VENCEDOR*	FUNDACAO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIENCIAS	R$ 99,90

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 53,28
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC FARROUPILHA
INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC E TEC.FARROUPILHA

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de serviços de organização, planejamento e execução de concurso público para provimento de cargos da carreira de Docente EBTT do quadro de pessoal permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar.

Descrição: RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR - RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL / CONCURSO PÚBLICO / VESTIBULAR

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 01/12/2022 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 66/2022 / UASG: 158127
Lote/Item: 2/1
Ata: N/A
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov br
Quantidade: 2.000
Unidade: UNIDADE
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
87.878.476/0001-08 *VENCEDOR*	FUNDACAO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIENCIAS	R$ 53,28

Item 3: RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)

Preço Estimado: R$ 141,62 (un) | Percentual: - | Preço Estimado Calculado: R$ 141,62 | Média dos Preços Obtidos: R$ 141,62

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	(NIVEL SUPERIOR)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais — R$ 184,95
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREF.MUN DE ITAUNA

Objeto: Contratação de empresa para realização de Processo Seletivo Público, através de provas, para contratação e cadastro reserva para cargos na área da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital, tendo como critério de julgamento o MENOR VALOR A RECEBER.

Descrição: Recrutamento e seleção de pessoal / concurso público / vestibular - Contratação de empresa para realização de Processo Seletivo Público, através de provas, para contratação e cadastro reserva para cargos na área da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital, tendo como critério de julgamento o MENOR VALOR A RECEBER.

Data: 08/11/2023 08:30

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: Nº Pregão:373/2023 / UASG:984675

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 1

Unidade: UNIDADE

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.540.895/0001-90 *VENCEDOR*	ELO ASSESSORIA EM SERVICOS PUBLICOS LTDA	R$ 120,00
06.997.348/0001-81	REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS	R$ 249,90

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais — R$ 90,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
MME

Objeto: Contratação de empresa especializada em recrutamento e seleção de pessoal, para realização de concurso público, visando o provimento de 30 (trinta) vagas de Administrador, nível superior, de acordo com autorização presente na Portaria MGI n2.723, de 16 de junho de 2023,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Descrição: RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR - ORGANIZAR E EXECUTAR ATIVIDADES RELATIVAS A SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, VISANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA PROVIMENTO DE 30 (TRINTA) VAGAS DE ADMINISTRADOR, NÍVEL SUPERIOR, CONFORME REQUISITOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NOS DOCUMENTOS QUE DÃO ORIGEM À CONTRATAÇÃO

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 01/08/2023 00:00

Modalidade: Dispensa de Licitação

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 16/2023 / UASG: 320004

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 9.600

Unidade: UNIDADE

UF: DF

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
18.284.407/0001-53 *VENCEDOR*	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE	R$ 90,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais — R$ 149,90

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE
INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos da carreira de Técnico-administrativos em Educação (ClassesC ,DeE) e de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal Catarinense IFC, conforme disposto no Termo de Referência/Projeto Básico.

Descrição: RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR - PROPOSTA DE VALOR INSCRIÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO (NÍVEL SUPERIOR)

CatSer: 10014 - RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL / CONCURSO PUBLICO / VESTIBULAR

Data: 01/12/2022 00:00

Modalidade: Dispensa de Licitação

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 184/2022 / UASG: 158125

Lote/Item: 2/1

Ata: N/A

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 1.107

Unidade: UNIDADE

UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
87.878.476/0001-08 *VENCEDOR*	FUNDACAO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIENCIAS	R$ 149,90



Extrato de fontes Utilizadas neste relatório



ATENÇÃO: O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas retornem realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal de Compras Publicas www.portaldecompraspublicas.com.br	*Data: 30/11/2023 14:53:57* Acessar a fonte aqui
2 - Prefeitura Municipal de Ivaí/PR sistemas.ivai.pr.gov.br:7020/transparencia/licitacoes	*Data: 30/11/2023 14:53:04* Acessar a fonte aqui
3 - Prefeitura Municipal de Riolândia/SP 177.39.83.121:8079/transparencia/	*Data: 30/11/2023 14:53:56* Acessar a fonte aqui
4 - ComprasNet www.comprasgovernamentais.gov.br	*Data: 23/10/2023 09:17:46* Acessar a fonte aqui

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇO MÉDIO

OBJETO: Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA.

N°	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR MÉDIO OBTIDO POR INSCRIÇÕES	VALOR MÉDIO TOTAL
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (**NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL**)	Concurso	20	1.600	R$78,43	R$125.488,00
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (**NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO**)	Concurso	10	1.200	R$113,03	R$135.636,00
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (**NIVEL SUPERIOR**)	Concurso	70	1.980	R$141,62	R$280.407,60
			100	**4.780**		**R$ 541.531,60**

Valor Total Estimado R$ 541.531,60 (quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos)

Vargem Grande/MA, 18 de Dezembro de 2023.

CARLOS LUAN CARNEIRO TEIXEIRA
Departamento de Compras

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 94
Rubrica

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 28
Rubrica

JUNTADA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Rua Dr. Nina Rodrigues – 20 – Centro – CEP: 65.430-000 – Vargem Grande/MA
CNPJ nº 05.648.738/0001-83 – E-Mail: prefeituradevargemgrande@gmail.com – Fone: (98) 3461-1103

Gmail

SETOR DE COMPRAS VG <setordecompravg@gmail.com>

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 29 Rubrica

Bom dia! Venho por meio deste e-mail, solicitar informações de preços referente ao arquivo enviado em anexo.

5 mensagens

SETOR DE COMPRAS VG <setordecompravg@gmail.com> 12 de dezembro de 2023 às 11:27
Para: fundutradiretoria@gmail.com, institutojkma@gmail.com, idhepabr@gmail.com, adm_financeiro@institutoazimuth.com.br

--
Prefeitura Municipal de Vargem Grande
Setor de Compras
Rua Dr. Nina Rodrigues, nº 20, Centro
Vargem Grande/MA

Solicitação de Pesquisa de Preços1.doc
632K

Fundutra Diretoria <fundutradiretoria@gmail.com> 13 de dezembro de 2023 às 19:11
Para: SETOR DE COMPRAS VG <setordecompravg@gmail.com>

Conforme solicitado, segue em anexo a proposta da Fundutra, para devida análise desta estimada comissão de Licitação.

Ats,

Fabrício Ribeiro
Diretor Presidente
[Texto das mensagens anteriores oculto]

PROPOSTA_FUNDUTRA-VARGEM_GRANDE_assinado.pdf
508K

Instituto Jk <institutojkma@gmail.com> 14 de dezembro de 2023 às 19:02
Para: SETOR DE COMPRAS VG <setordecompravg@gmail.com>

Conforme Solicitado, segue em anexo a proposta de Preço do Instituto JK

Atenciosamente

Instituto Social da Cidadania **Juscelino Kubitschek**
CNPJ Nº 08.943.412/0001-77

Em ter., 12 de dez. de 2023 às 11:27, SETOR DE COMPRAS VG <setordecompravg@gmail.com> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

PROPOSTA IJK - VARGEM GRANDE_.pdf
685K

idhepa br <idhepabr@gmail.com> 18 de dezembro de 2023 às 15:43
Para: SETOR DE COMPRAS VG <setordecompravg@gmail.com>

Boa tarde,

Segue em anexo a cotação solicitada.

IDHEPA
98.98403.3256

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PROPOSTA DE PREÇOS-IDEPA-VG_231218_152551 assinado.pdf
681K

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 30
Rubrica

Adm Financeiro Azimuth <adm_financeiro@institutoazimuth.com.br> 18 de dezembro de 2023 às 18:05
Para: SETOR DE COMPRAS VG <setordecompravg@gmail.com>

Olá, boa noite!

Segue em anexo proposta conforme solicitado.

Att,

Luciana Fernandes
[Texto das mensagens anteriores oculto]

PROPOSTA_-_AZIMUTH_assinado.pdf
704K

FUNDUTRA
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 33 Rubrica

À Comissão Central de Licitação
Ao Senhor Presidente da CPL
Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA

PROPOSTA DE PREÇOS

O objeto da presente proposta é a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, conforme abaixo relacionados, para a Prefeitura Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, nos termos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2023-CPL/PMVG. Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20	1.600	R$ 74,00	R$ 118.400,00
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10	1.200	R$ 110,00	R$ 132.000,00
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70	1.980	R$ 130,00	R$ 257.400,00
TOTAL		**100**			**R$ 507.800,00**

Prazo desta proposta em até 90 dias a contar desta data.

Valor Total da Proposta: (Quinhentos e sete mil e Oitocentos reais**)**

DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA DA PROPOSTA DE PREÇOS

FUNDACAO EDUCACIONAL MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA
CNPJ: 06.485.940/0001-02
E-mail: fundutradiretoria@gmail.com Telefone: (98) 8231-1111
Endereço: Rua Projetada – Quadra A, Nº 605 – Turu
Bairro: Jardim de Fátima Estado: São Luis – MA CEP: 65053 – 362

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Responsável Legal: Fabrício Silva Ribeiro
CPF: 617.524.793-00 Identidade: 158785020003 GEJUSPC MA

FUNDUTRA
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 32
Rubrica

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

DADOS BANCÁRIOS
Banco: Banco do Brasil
Agência: 3649 – 8
Conta: 18611 – 2

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaro, sob as penas da lei, que:

- esta empresa não está sob processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- esta empresa está em situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Receita Federal do Brasil) e às Fazendas Estaduais e Municipais a que se submete;

- esta empresa não possui passivo trabalhista e está em situação regular junto ao sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

- em cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8666/93, esta empresa não possui em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- nos termos dos incisos III e IV do Art. 1º e do inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, esta empresa zela pela dignidade da pessoa humana e pelos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e não possui em sua cadeia produtiva ninguém submetido a tortura nem a tratamento desumano, degradante ou forçado;

- Ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Estamos a disposição para maiores esclarecimentos.

São Luis – MA, 13 de dezembro de 2023.

gov.br Documento assinado digitalmente
FABRICIO SILVA RIBEIRO
Data: 13/12/2023 18:56:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Fabrício Silva Ribeiro
Presidente

Rua Projetada - Quadra A, Nº 605 - Jardim de Fátima
Turu - CEP: 65053-362 - São Luís-MA
(98) 3244-1822

Instituto Social da Cidadania **Juscelino Kubitschek**
CNPJ Nº 08.943.412/0001-77

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 33
Rubrica

Ao Senhor Presidente da CCL
Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA

PROPOSTA DE PREÇOS

O objeto da presente proposta é a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, conforme abaixo relacionados, para a Prefeitura Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, nos termos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2023-CPL/PMVG. Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20	1.600	R$ 70,00	R$ 112.000,00
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10	1.200	R$ 90,00	R$ 108.000,00
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70	1.980	R$ 110,00	R$ 217.800,00
TOTAL		**100**			**R$ 437.800,00**

1 - Prazo desta proposta em até 90 dias a contar desta data.

2 - Valor Total da Proposta: R$ 437.800,00 (Quatrocentos e trinta e sete mil e Oitocentos reais)

3 - DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA DA PROPOSTA DE PREÇOS

INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
CNPJ: 08.943.412/0001-77
E-mail: istitutojkma@gmail.com Telefone: (98) 98119-4199
Endereço: Rua São Luis – Nº 635 – Centro – Açailandia / MA CEP: 65930 – 000

4 - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Responsável Legal: Jessica Silva e Silva
CPF: 056.971.733-77 Identidade: 039356012010-6

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 34
Rubrica

5 - DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

DADOS BANCÁRIOS
Banco: Banco do Brasil
Agência: 1311
Conta: 75162 – 6

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaro, sob as penas da lei, que:

- esta empresa não está sob processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- esta empresa está em situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Receita Federal do Brasil) e às Fazendas Estaduais e Municipais a que se submete;

- esta empresa não possui passivo trabalhista e está em situação regular junto ao sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

- em cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8666/93, esta empresa não possui em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- nos termos dos incisos III e IV do Art. 1º e do inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, esta empresa zela pela dignidade da pessoa humana e pelos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e não possui em sua cadeia produtiva ninguém submetido a tortura nem a tratamento desumano, degradante ou forçado;

- Ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Estamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Açailândia – MA, 14 de dezembro de 2023.

JESSICA SILVA E SILVA:05697173377

Assinado de forma digital por JESSICA SILVA E SILVA:05697173377
Dados: 2023.12.14 17:37:50 -03'00'

Jessica Silva e Silva
Presidente

INSTITUTO AZIMUTH

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 35 Rubrica

Ao Senhor Presidente da CPL
Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA

PROPOSTA DE PREÇOS

O objeto da presente proposta é a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, conforme abaixo relacionados, para a Prefeitura Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, nos termos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2023-CPL/PMVG. Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20	1.600	R$ 77,00	R$ 123.200,00
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10	1.200	R$ 105,50	R$ 126.600,00
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70	1.980	R$ 113,00	R$ 223.740,00
TOTAL		**100**			**R$ 473.540,00**

1 - Prazo desta proposta em até 90 dias a contar desta data.

2 - Valor Total da Proposta: R$ 473.540,00 (Quatrocentos e setenta e três mil e quinhentos e quarenta reais)

3 - DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA DA PROPOSTA DE PREÇOS

INSTITUTO AZIMUTH DE TECNOLOGIA E INTELIGENCIA FISCAL LTDA
CNPJ: 04.257.133/0001 – 07
E-mail: luciana.fernandes@institutoazimuth.com.br Telefone: (98) 3089-5549
Endereço: Rua dos Ipês Nº 15, Quadra 55 – Jardim Renascenca
São Luis / MA CEP: 65075 – 200

4 - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Responsável Legal: Luciana Fernandes Ferreira

CPF: 005.864.153-00 Identidade: 99352898-8 SSP MA

Instituto Azimuth de Tecnologia e Inteligência Fiscal
CNPJ Nº 04.257.133/0001-07
São Luís – Rua dos Ipês Nº 15 – Quadra 55 – Bairro Renascença I
E-mail: luciana.fernandes@institutoazimuth.com.br
Contatos Comerciais – 98 3089-5549

INSTITUTO AZIMUTH

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 36
Rubrica

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaro, sob as penas da lei, que:

- esta empresa não está sob processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- esta empresa está em situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Receita Federal do Brasil) e às Fazendas Estaduais e Municipais a que se submete;

- esta empresa não possui passivo trabalhista e está em situação regular junto ao sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

- em cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8666/93, esta empresa não possui em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- nos termos dos incisos III e IV do Art. 1º e do inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, esta empresa zela pela dignidade da pessoa humana e pelos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e não possui em sua cadeia produtiva ninguém submetido a tortura nem a tratamento desumano, degradante ou forçado;

- Ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Estamos a disposição para maiores esclarecimentos.

São Luís – MA, 18 de dezembro de 2023.

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUCIANA FERNANDES FERREIRA
Data: 18/12/2023 17:49:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luciana Fernandes Ferreira
Sócia Administradora

Instituto Azimuth de Tecnologia e Inteligência Fiscal
CNPJ Nº 04.257.133/0001-07
São Luís – Rua dos Ipês Nº 15 – Quadra 55 – Bairro Renascença I
E-mail: luciana.fernandes@institutoazimuth.com.br
Contatos Comerciais – 98 3089-5549

idhepa
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCACIONAL DA AMAZÔNIA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 37 Rubrica

Ao Senhor Presidente da CCL
Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA

PROPOSTA DE PREÇOS

O objeto da presente proposta é a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, conforme abaixo relacionados, para a Prefeitura Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, nos termos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2023-CPL/PMVG. Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20	1.600	R$ 76,50	R$ 122.400,00
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10	1.200	R$ 106,50	R$ 127.800,00
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70	1.980	R$ 128,00	R$ 253.440,00
TOTAL		**100**			**R$ 503.640,00**

1 - Prazo desta proposta em até 90 dias a contar desta data.

2 - Valor Total da Proposta: R$ 503.640,00 (Quinhentos e Três mil e Seiscentos e Quarenta reais)

3 - DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA DA PROPOSTA DE PREÇOS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCACIONAL, TECNOLOGICO E PROFISSIONAL DA AMAZONIA – IDHEPA
CNPJ: 07.519.931/0001-40
E-mail: idhepabr@gmail.com Telefone: (98) 98403-3256
Endereço: Rua São Paulo – Nº 495 – Centro – Açailandia / MA CEP: 65930 – 000

4 - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Responsável Legal: Rogério Ruiz do Amaral
CPF: 777.929.122-72 Identidade: 4061026 PC – PA

idhepa
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCACIONAL DA AMAZÔNIA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 38
Rubrica

5 - DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

DADOS BANCÁRIOS
Banco: Caixa Econômica Federal
Agência: 1119 Op: 003
Conta: 1462 – 6

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaro, sob as penas da lei, que:

- esta empresa não está sob processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- esta empresa está em situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Receita Federal do Brasil) e às Fazendas Estaduais e Municipais a que se submete;

- esta empresa não possui passivo trabalhista e está em situação regular junto ao sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

- em cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8666/93, esta empresa não possui em seu quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- nos termos dos incisos III e IV do Art. 1º e do inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, esta empresa zela pela dignidade da pessoa humana e pelos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e não possui em sua cadeia produtiva ninguém submetido a tortura nem a tratamento desumano, degradante ou forçado;

- Ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Estamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Açailândia – MA, 18 de dezembro de 2023.

ROGERIO RUIZ DO AMARAL:77792912272

Assinado de forma digital por ROGERIO RUIZ DO AMARAL:77792912272
Dados: 2023.12.18 15:35:28 -03'00'

Rogério Ruiz do Amaral
Diretor Presidente

(98) 98403-3256
idhepabr@gmail.com
CNPJ 07.519.931/0001-40

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 39
Rubrica

Vargem Grande - MA, 18 de Dezembro de 2023.

Ao
Setor de Contábil
Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA.

Venho por meio deste, solicitar informação sobre a existência de Dotação Orçamentária para a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, para os desalojados e afetados pelo desastre, do Município de Vargem Grande/MA, com Valor Total Estimado R$ 541.531,60 (quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos), conforme solicitação constante dos autos do processo administrativo n° 0101.07239.2023.

Atenciosamente,

FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 40
Rubrica

DESPACHO

Ao Sr.,
Francisco Ferreira Lima Filho
Secretária Municipal de Administração
Nesta

Em atendimento ao Art. 14 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, informamos a Vossa Senhoria a existência de credito orçamentário para atender as despesas objetivando a Contratação de empresa para realização de Concurso Público para provimento de Cargos em todas as áreas da administração do Município de Vargem Grande/MA.

À Contabilidade para informar sobre:

Disponibilidade Orçamentária

Saldo R$ 504.000,00

Na seguinte fonte de Recurso:

1500000000 – Recursos não vinculados de impostos

A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentaria: Exercício 2023 Atividade 0102.041220001.0.240 Realização de Concurso Público, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de terc. Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99.

Vargem Grande - MA, 18 de dezembro de 2023.

Fabio S. Costa Leite

Fabio Sousa Costa Leite
Contador
CRC/MA 013569/0

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 41
Rubrica

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de ordenador de despesas, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa relativa Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2023.

Vargem Grande/MA, 18 de Dezembro de 2023.

Atenciosamente,

FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 42
Rubrica

DECLARAÇÃO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

Nos termos do artigo 16, inciso I da Lei Complementar n°101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal referenda-se ao impacto orçamentário – financeiro, Declaro que as despesas decorrentes Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, temos a informar que encontram adequação orçamentária e financeira com Lei n° 683/2022 de 23 de Novembro de 2022, Lei Orçamentária para o exercício de 2023 e compatibilidade com a Lei n° 672/2021 de 01 de dezembro de 2021, Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e com a Lei de n° 679/2021 de 04 de julho de 2022, Lei de Diretrizes orçamentária para o exercício financeiro de 2023.

O impacto orçamentário – financeiro para suprir o aumento das despesas referente Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, para os desalojados e afetados pelo desastre, do Município de Vargem Grande/MA, no exercício de 2023, à previsão total de Receitas o impacto é de 0,22%, levando em consideração, a estimativa prévia dos meses faltantes para encerramento do corrente exercício.

Quanto aos exercícios subsequentes, os valores serão executados na integralidade dos 12 meses, resguardados suas proporcionalidades, considerando a previsão total da receita no PPA para os exercícios de 2022 e 2025.

Analisando os índices de crescimento das despesas e crescimento das receitas do município, concluímos que estão dentro dos limites da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, logo possuindo condições de implementação da referida despesa.

Vargem Grande (MA), 18 de Dezembro de 2023.

Fábio S. Costa Leite

FÁBIO SOUSA COSTA LEITE
CRC/MA: 013569/O
Setor Contábil

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 43
Rubrica

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, Francisco Ferreira Lima Filho, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO existir adequação orçamentária e financeira para atender o presente objeto, cujas despesas serão empenhadas nas Dotações Orçamentárias:

ORGÃO: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – Secretaria Municipal de Administração
PROJETO ATIVIDADE: 0.240 - Realização de Concurso Público - Realização de Concurso para ingresso de novos servidores no município
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica – Fonte: 1500000000

As referidas despesas estão adequadas a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Atribui-se um custo estimado de R$ 541.531,60 (Quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

Vargem Grande - MA, 18 de Dezembro de 2023

FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 44
Rubrica

TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência(Projeto Básico), tem por objeto a Contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados em Planejamento, Organização e Realização de Concurso Público de provas de títulos e provas pratica para seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de nível superior, nível médio enível fundamental e cadastro de reserva, constantes do seguinte Projeto Básico/Termo de Referência, pertencentes ao quadro permanente de pessoal da prefeitura municipal de Vargem Grande – MA.

2. ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO OBJETIVO E EXIGÊNCIAS

2.1. O concurso destina-se ao preenchimento imediato de 100 vagas, com formação de cadastro de reserva, distribuídas conforme tabela constante do anexo I deste termo de referência.

2.2. O número de vagas ofertadas no concurso poderá ser ampliado durante o prazo de validade do certame, desde que haja dotação orçamentária própria disponível e vagas em aberto devidamente aprovadas e constituídas.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Da Motivação

3.1.1. O quadro de servidores que atuam na Prefeitura Municipal de Vargem Grande é extremamente restrito, sendo que os serviços pertinentes são desenvolvidos em sua maioria por servidores exclusivos de cargo em comissão e alguns poucos técnicos da área administrativa, sem que exista um corpo técnico específico e qualificado para o exercício das atividades afins.

3.1.2. A perda da força de trabalho dos servidores efetivos decorreu diretamente do grande número de aposentadorias desses servidores, sem, contudo, ter sido realizado concurso para a reposição desses profissionais, principalmente na área administrativa, além de que os cargos em comissão são nomeados e exonerados *ad nutum*.

3.1.3. A urgência na abertura de concurso público reside na indisponibilidade de pessoal com as habilidades técnicas indispensáveis a execução das atividades, na relevância de atender satisfatoriamente a população do município de Vargem Grande.

3.1.4. Face ao exposto e para dar concretude ao mandamento constitucional previsto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, de possibilitar o ingresso no serviço público mediante a aprovação em concurso público e, ainda, objetivando o fortalecimento da estrutura técnica dos órgãos municipais, onde o suporte de pessoal desponta como um dos fatores condicionantes e imprescindíveis para o êxito de toda esta empreitada, não restam quaisquer dúvidas quanto à necessidade de promover a realização de concurso público, para o provimento dos referidos cargos.

3.1.5. O concurso público é o processo Concurso mais democrático para viabilizar o acesso a uma carreira profissional na esfera da Administração Pública. A Constituição Federal, Constituição do Estado Maranhão e a Lei Orgânica do Município, com a imposição da obrigatoriedade da investidura em cargo e emprego público ser realizada mediante a realização de concurso público, de provas ou de provas e títulos, geraram transformações significativas na sociedade, com destaque

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 45
Rubrica

para a qualificação do serviço público, o crescimento progressivo da demanda por cargos e empregos públicos e a difusão do ramo empresarial especializado na realização e preparação para o certame, tais como instituições organizadoras, cursos preparatórios, meios de comunicação, livrarias e editoras.

3.1.6. Justifica-se a presente contratação considerando o que determina os incisos II e III do artigo 37 da Constituição Federal, que dispõem:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I...

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;"

3.2. Dos objetivos a serem alcançados por meio da contratação

3.2.1. O Concurso Público objeto do presente Termo de Referência tem por objetivos:

a) Provimento de 100 vagas para cargos de provimento efetivo, de nível fundamental, médio e superior, durante o prazo de validade do concurso, no âmbito do Município de Vargem Grande, Estado do Maranhão;

b) Formação de cadastro de reserva para provimento de vagas que vierem a abrir ou que forem criadas durante o prazo de validade do concurso, no âmbito do Município de Vargem Grande, Estado do Maranhão, observada as restrições de natureza orçamentária e financeira;

c) Garantir a eficiência e eficácia na execução do concurso público, como instrumento promotor de acessibilidade aos cargos públicos, tendo a celeridade e a economicidade como princípios norteadores; e

d) Assegurar a observância aos princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública, especialmente, às normas presentes nos art. 37, incisos II, III e IV, da Constituição Federal.

3.3. Da seleção do fornecedor

3.3.1 Da forma e do critério de seleção

3.3.1.1. A seleção do fornecedor considerará os critérios de técnica e preço, a fim de asseverar que a organizadora a ser contratada detenha a qualificação técnica definida no item 3.3.3 e apresente preço compatível com o mercado.

3.4. Dapossibilidadededispensadelicitação

3.4.1. O art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993 define os casos em que cabe a contratação mediante dispensa de licitação, e em seu caput, estabelece: "É dispensável a licitação:" inciso XIII – "na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos". Demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 46
Rubrica

além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado".

3.4.2. Dessa forma, considerando a natureza dos serviços a serem prestados e experiência necessária à empresa que irá prestá-los, conclui-se que a dispensa de licitação fundamentada no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993 é a forma mais adequada para realizar a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público para provimentos de cargos de carreira do Município de Vargem Grande – MA.

3.5. Dos critérios de habilitação obrigatórios

3.5.1. Além das condições legais de habilitação previstas na legislação será exigida da Instituição contratada: certidão(ões) ou atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa interessada, comprovando a aptidão para odesempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação, bem como a satisfação quanto à qualidade dos serviços e cumprimento dos prazos contratuais, exigindo-se:

3.5.2. Para fins de avaliação da(s) certidão(ões) ou atestado(s), serão entendidos como serviços similares ao objeto desta licitação, compatíveis em características, aqueles em cuja descrição conste a realização de concurso público.

3.5.3. Declaração da empresa que não possui nenhum certame já realizado que tenha sido anulado judicialmente com sentença transitado e julgado em decorrência de má prestação dos serviços ou fraude;

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1. A execução do concurso público incumbirá ao órgão ou entidade de notória especialização na área, contratado para essa finalidade. Caberá à Contratada garantir a completa e efetiva consecução do objetivo explicitado neste Termo de Referência, com a observância das normas legais incidentes e das disposições que se seguem:

4.2. Elaborar todos os editais de convocação e resultados, tais como: abertura das inscrições para o concurso; convocação para as provas objetivas; resultado das provas objetivas; convocação para a prova de títulos e prova pratica, e resultado final;

4.3. Fazer constar no edital de abertura do concurso público, todas as informações necessárias ao desempenho do mesmo;

4.4. Dar ampla publicidade aos editais, listagens, comunicados, bem como quaisquer matérias relacionadas ao certame nos jornais especializados e no site da contratada.

4.5. Responsabilizar-se pela criação gráfica, composição, personalização, padronização e distribuição de comunicados, manuais de instrução, listagem de candidatos, formulários de inscrição a serem utilizados no concurso;

4.6. Elaborar e disponibilizar todo o material necessário às inscrições dos candidatos, tais como ficha de inscrição e manual do candidato, contendo o edital do concurso e outras informações relevantes aos inscritos no endereço eletrônico da contratada e os procedimentos necessários para inscrição via internet;

4.7. Garantir o planejamento, elaboração e execução de todas as fases inerentes à realização do concurso;

4.8. Garantir a legitimidade na realização do concurso para provimento de vagas;

4.9. Planejar e operacionalizar toda a logística necessária à aplicação dos instrumentos de avaliação dos candidatos, em todas as etapas do concurso público, inclusive no que diz respeito à impressão, conferência, reprodução, embalagem, lacre, distribuição e guarda das provas;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 47
Rubrica

4.10. Providenciar instalações e meios adequados para aplicação das provas no Município, observando as condições de acesso e localização, infraestrutura física, capacidade de acomodação das salas, sinalização, etc.;
4.11. Elaborar, imprimir e acondicionar as provas a serem aplicadas em todas as etapas do concurso, em ambiente próprio, altamente sigiloso, em quantidades suficientes, incluindo reservas;

4.12. Responsabilizar-se pela seleção, treinamento e identificação adequada dos fiscais e equipes técnicas que atuarão na aplicação dos instrumentos de avaliação, inclusive plantonistas, necessários a cada etapa do certame;
4.13. Selecionar os profissionais especialistas que comporão as bancas examinadoras para elaboração das questões das provas bem como para sua correção, devendo o município acatar o critério tradicional de isenção e confidencialidade de sua constituição;
4.14. Assegurar absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas até o momento de sua aplicação;
4.15. Elaborar os conteúdos programáticos, objeto das provas de caráter geral e específico.
4.16. Receber, apreciar e responder minuciosamente, segundo a natureza da matéria, os recursos administrativos e judiciais eventualmente interpostos, individual ou coletivamente, pelos candidatos ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas).

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. São requisitos para a inscrição no concurso público a serem verificados na data da posse:
a) nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;
b) estar no gozo dos direitos políticos;
c) ter idade mínima de 18 anos;
d) estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
e) possuir aptidão física e mental;
f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;
g) possuir escolaridade e demais qualificações exigidas para o exercício do cargo;
h) atender às demais exigências previstas no edital nominativo do concurso.
5.2. Não será aceita inscrição condicional, extemporânea ou por via postal. Fica. porém, aceito disponibilizar ao candidato a inscrição pela internet.
5.3. Os candidatos que se declararem com deficiência devem apresentar, no prazo fixado no edital, laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.
5.4. É nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso para inscrição ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo da responsabilidade civil e das sanções penais cabíveis.
5.5. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos acarretará o cancelamento da inscrição e a perda dos direitos decorrentes, ficando o candidato excluído do concurso.
5.6. Será demitido, mediante processo disciplinar regular, o servidor que, para ingressar no quadro de servidores do Município de Vargem Grande/MA. omitir fato ou apresentar documentação falsa que impossibilitaria a inscrição no concurso ou a posse.
5.7. O não comparecimento a qualquer etapa ou prova implicará desistência automática do concurso.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 48 Rubrica

5.8. O candidato que cometer falsidade em prova documental será eliminado do concurso, em qualquer de suas etapas ou fases, ou terá sua classificação cancelada.
5.9. A inscrição em concurso público pressupõe a aceitação incondicional de todos os termos e condições do respectivo edital normativo.

6. DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO

6.1. O concurso Público destina-se ao provimento de vagas, do Município de Vargem Grande/MA para os cargos descriminados no Anexo I deste Termo de Referência.

6.2. Da estimativa de inscritos e de valor de inscrição por nível de escolaridade:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR MÉDIO OBTIDO POR INSCRIÇÕES	VALOR MÉDIO TOTAL
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20	1.600	R$78,43	R$125.488,00
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10	1.200	R$113,03	R$135.636,00
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70	1.980	R$141,62	R$280.407,60
TOTAL		**100**	**4.780**		**R$ 541.531,60**

6.3. A quantidade de vagas contempla as vagas classificatórias e de cadastro de reserva a serem definidas no edital do concurso público.
6.4. Os valores das taxas de inscrição serão recolhidos em conta bancária específica, mediante boleto bancário emitido no ato da inscrição, cujo pagamento poderá ser efetuado em qualquer estabelecimento bancário, em moeda corrente, ou compensação bancária proveniente de conta de titularidade do próprio candidato.
6.5. O valor global a ser pago pela Administração Pública é de R$ 541.531,60 (quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos), baseado na estimativa de 4.780 (quarto setecentos e oitenta) candidatos inscritos e pagos, valor este considerado variável.

6.6. Não haverá ônus ao Município de Vargem Grande/MA, com relação ao pagamento pela elaboração do concurso, ou seja, desde sua divulgação, elaboração, aplicação até o resultado final e entrega de toda a documentação necessária, pois o referido Instituto se propôs a realizar o concurso pelo valor arrecadado pelas inscrições realizadas para o mesmo.

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1. A seleção para os cargos do quadro de servidores do município de Vargem Grande/MA poderá ser feita em até duas etapas, relacionadas a seguir:
a) a primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, será constituída de provas objetivas;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 49
Rubrica

b) a segunda etapa, também de caráter eliminatório e classificatório, será constituída de provas de títulos e/ou prova pratica, conforme o cargo e categoria.

8. DAS PROVAS

8.1. Os locais de aplicação das provas deverão ser selecionados entre aqueles que possuam infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física dos candidatos, facilidade de acesso, inclusive para pessoas portadoras de necessidades especiais, e sinalização para orientar a movimentação dos candidatos no dia das provas.

8.2. Os locais indicados para a aplicação das provas devem ser, antes de confirmados juntos aos candidatos, submetidos ao Contratante, com endereço completo de cada local, para avaliação e emissão de parecer quanto ao aspecto de localização e fácil acesso, considerando- se a utilização de transporte coletivo pelos candidatos, sendo facultado o Contratante recusar um ou mais locais indicados e solicitar nova indicação;

8.3. Os locais indicados devem ser, preferencialmente, os estabelecimentos de ensino do Município de Vargem Grande/MA;

8.4. Todos os locais deverão dispor de banheiros femininos e masculinos, bebedouros coletivos, assentos, iluminação e ventilação adequadas.

8.5. Os Conteúdos programáticos das provas serão elaborados em conjunto entre o Contratante e a Contratada.

8.6. A impressão das provas deverá ser em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas;

8.7. As provas deverão ser acondicionadas em sacos lacrados e indevassáveis e deverão ser entregues no dia e horário estipulado para a aplicação das mesmas, nas salas determinadas para tal, os quais serão abertos na presença dos fiscais e dos candidatos;

9. DAS PROVAS OBJETIVAS

9.1. Para efeito desta prestação de serviços, compreende-se provas objetivas como: prova com questões do tipo múltipla escolha ou do tipo CERTO ou ERRADO;

9.2. As provas objetivas deverão ser realizadas nas datas determinadas pela Comissão de Acompanhamento e de acordo com a capacidade das escolas disponibilizadas para sua aplicação, em turno único ou em dois turnos, se for necessário;

9.3. As provas serão realizadas em Instituições de ensino municipais e/ou estaduais da cidade;

9.4. As provas objetivas deverão conter questões inéditas, de múltipla escolha e devem ser elaboradas de modo a avaliar as competências e habilidades mentais dos candidatos, abrangendo as capacidades de compreensão, de aplicação, análise e síntese, privilegiando a reflexão sobre a memorização;

10. DAS PROVAS PRÁTICAS

10.1. A prova prática destina-se a verificar a real capacidade operacional do candidato, constando de avaliação de sua aptidão, quando colocado em situações típicas do cargo e equivalentes ao seu dia a dia, efetuando serviços inerentes às funções do cargo, tendo por base as reais condições de sua operacionalidade. Desta feita, haverá prova prática para os candidatos classificados na primeira etapa do processo Concurso (prova objetiva).

10.2. Os equipamentos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Vargem Grande/MA.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 50
Rubrica

10.3. Caberá a CONTRATADA, juntamente com a Administração Pública, elaborar a grade de avaliação de títulos e a grade de avaliação das atividades a serem desenvolvidas pelo candidato nas provas práticas, pertinentes as funções do respectivo cargo;
10.4. As provas serão aplicadas no Município de Vargem Grande/MA;
10.5. O exame e julgamento de eventuais recursos relativos às provas, deverão ter emissão de parecer individualizado;
10.6. A CONTRATADA deverá confeccionar e aplicar as provas para os candidatos com necessidades especiais.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ELEMENTOS PARA A PROPOSTA COMERCIAL

11.1. A proposta financeira será apresentada com valor unitário da taxa de inscrição por nível, e o valor, consignando claramente o preço final dos serviços, expresso com apenas duas casas após a vírgula, em reais, datada, assinada, contendo a razão social da empresa, número do CNPJ, endereço e telefone.
a) O nível para qual será realizada a prova, referente ao requisito mínimo de formação escolar exigido para os cargos;
11.1.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta dias), contados da data da sua apresentação.
11.1.2. Na formulação da proposta, ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
11.1.3. Não serão aceitas propostas opcionais ou condicionais, sendo desconsideradas as propostas que contiverem rasuras, emendas, ressalvas, borrões ou entrelinhas, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como não serão consideradas as propostas que desatenderem a qualquer exigência contida no presente Termo de Referência.
11.1.4. Entende-se que no valor global dos serviços cotados na Proposta de Preços estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de salário, encargos sociais, previdenciário e trabalhista, transportes de qualquer natureza, materiais e equipamentos utilizados, impostos, taxas de qualquer natureza e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento do objeto;
11.1.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências do Termo de Referência ou que consignarem valor unitários superiores aos valores consignados neste Termo de Referência ou, ainda, com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custossão coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.
11.1.6. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

12. DAS RESPONSABILIDADES E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Caberá à CONTRATADA:
12.1.1. Iniciar os serviços, objeto desta contratação, em até 15 (quinze) dias após a data de publicação do extrato de contrato na imprensa oficial, apresentando minuta de cronograma, a ser submetido à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, discriminando todos os prazos em que as etapas do concurso devem ser executadas;
12.1.2. Disponibilizar, a qualquer momento, quaisquer documentos solicitados pelo município em virtude de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls
Rubrica

12.1.3. Comprometer-se conforme impõe a ética profissional a não revelar o conteúdo das provas a quem quer que seja antes da realização das mesmas;
12.1.4. Elaboração de Edital, incluindo todos os elementos normativos do Concurso público e conteúdo programático, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo prévia aprovação do Contratante.
12.1.5. Elaboração de todos os demais Editais necessários, tais como: homologação das inscrições, A divulgação de resultado de provas, julgamento de recursos, convocação para as provas, homologação do resultado final, classificação dos candidatos e demais;
12.1.6. Fornecimento de informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou por telefone, em todas as fases do concurso público;
12.1.7. Montagem do banco de dados dos candidatos, contendo as informações prestadas pelos mesmos, na ficha de inscrição, bem como seu fornecimento à Contratante, quando da conclusão de cada um dos processos;
12.1.8. Guardar, pelo período de validade do concurso previsto na legislação pertinente, em ambiente próprio, os formulários de inscrição, as folhas de respostas, as folhas de frequência, bem como exemplares de todas as provas aplicadas no certame e/ou até o término da ação judicial, se for o caso:
12.1.9. Responsabilizar-se pela elaboração, digitação, revisão técnica e reprodução das provas objetivas, que deverão ser de responsabilidade de profissionais técnicos componentes da banca da proponente, devidamente cadastrados junto a seu órgão de classe, com participação e revisão da Administração do Contratante, de acordo com o número de inscritos;
12.1.10. Definir cronograma, horário de comparecimento para ingresso no recinto, condições de realização das provas quanto à possibilidade de consulta ou utilização de instrumentos;
12.1.11. Elaborar, revisar, compor, imprimir, aplicar, fiscalizar, receber, corrigir, acondicionar as provas, a serem aplicadas nas etapas estabelecidas no Edital Normativo, devendo ser assegurado elaboração de provas especiais para as pessoas com deficiência, se assim a deficiência exigir, de acordo com a declaração no ato da inscrição;
12.1.12. Arcar com os prejuízos decorrentes de anulações de provas já realizadas e/ou de mudanças em sua data de aplicação, quando o motivo ensejador destes fatos for de responsabilidade da contratada;
12.1.13. Transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação sem ônus para o Contratante;
12.1.14. Elaborar provas especiais para candidatos com deficiência, indicadas no formulário de inscrição;
12.1.15. O edital deverá conter disposições relativas à reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável, assim como deverão ser garantidas condições de acessibilidade aos locais de prova;
12.1.16. Contratar coordenadores, subcoordenadores, chefes de sala, fiscais, seguranças, e outros profissionais se necessários à aplicação das provas, responsabilizando-os interinamente pelos serviços;
12.1.17. Receber e analisar recursos interpostos por candidatos, inclusive por via judiciais, bem como solicitações do Contratante em todas as fases do concurso, elaborar respostas individualizadas a todos os recursos administrativos e judiciais, bem como convocar bancas e assessoria jurídica para responder eventuais ações pertinentes ao certame. Todo e qualquer questionamento judicial e extrajudicial relativo ao certame ficará a cargo da Instituição Contratada, mesmo após o encerramento do certame;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 52
Rubrica

12.1.18.Tornar disponíveis todas as informações inerentes à execução do Concurso para a Comissão Coordenadora;
12.1.19. Imprimir e distribuir cartazes e publicações diversas promovendo a divulgação do concurso;
12.1.20. Prestar atendimento ao candidato que necessite de assento especial ou de equipamento compatível com sua deficiência para a realização da prova;
12.1.21. Disponibilizar na Internet Home Page específica para que os interessados possam obter informações, na qual deverão estar disponíveis todos os editais e comunicados referentes ao certame;
12.1.22. No ato da aplicação das provas, deverá ser conferida a identidade dos candidatos pelo documento de identificação apresentado no ato da inscrição, devendo a folha de respostas ser autenticada digitalmente pelo candidato, de forma a impossibilitar a realização de provas por terceiros através de documentos falsos;
12.1.23. Disponibilizar equipe para aplicação das provas composta minimamente por: 1 (um) fiscal por sala e 2 (dois) fiscais para acompanhar os candidatos ao banheiro e ao bebedouro; fiscais para recebimento de aparelhos eletrônicos de candidatos; serventes para cada local de prova; seguranças por local de prova; e 1 (um) coordenador por local de prova;
12.1.24. Providenciar na data de aplicação da Prova Prática material e equipamentos necessários para aplicação da mesma.
12.1.25. Disponibilizar pelo menos 1 (um) representante da instituição realizadora do concurso para gerenciar a aplicação das provas;
12.1.26. Dispor de assessoria técnica, jurídica e linguística em todas as etapas do concurso para fins de elaboração de editais, avisos, comunicados, instruções aos candidatos e demais documentos necessários;
12.1.27. Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo contratante para execução do contrato;

12.2 Caberá ao Município
12.2.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução dos serviços pactuados;
12.2.2. Articular-se com a instituição contratada, quanto às datas relativas às atividades constantes deste Contrato, e fazer cumprir o respectivo calendário;
12.2.3. Definir, em comum acordo com a instituição contratada, os cronogramas concernentes à realização do certame;
12.2.4. Receber e protocolar eventuais recursos administrativos e encaminhar à Contratada para julgamento;
12.2.5. Disponibilizar, sem ônus para a Contratada, locais adequados e pessoal de apoio para a realização do ato público de sorteio, se este for o último critério de desempate;
12.2.6. Prover a Contratada, em caso de questionamento judicial a respeito da matéria relacionada ao concurso, no limite de sua responsabilidade, de meios e subsídios jurídicos para que ela possa em juízo defender a validade do concurso público.
12.2.7. Firmar convênio com instituição bancária para recolhimento dos valores de inscrição, arcando com eventuais despesas.
12.2.8. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação; e
12.2.9. Efetuar pagamentos nas condições e preços pactuados.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 83
Rubrica

13. DO VALOR DE REFERÊNCIA

13.1. O valor estimado total para atender a presente despesa será de 100% do valor arrecadado pelas taxas de inscrições dos candidatos de acordo com a estimativa de inscritos no item 6.2.

14. DO PRAZO CONTRATUAL

14.1. O contrato de prestação de serviços terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com os respectivos créditos orçamentários e desde que a somatória das prorrogações não ultrapasse o limite temporal estabelecido no Capítulo V, art. 106 da norma supracitada.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. As atividades efetuadas pelo regime de empreitada por preço global compreendem a elaboração de provas, os custos operacionais de elaboração e reprodução de cartazes de divulgação, transportes de provas, aplicação das provas, pagamento de pessoal e todos os custos pertinentes à execução do contrato, as publicações oficiais, incluídos os encargos e impostos e serão cobertas conforme apresentado na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.
15.2. A Contratada fará a captação das taxas a serem cobradas dos candidatos no ato da inscrição, não havendo isenção para os candidatos, ressalvados os casos previstos em lei específica, ficando o ônus para a instituição Contratada.
15.3. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes ao objeto deste Contrato correrão por conta da instituição Contratada.
15.4. Os valores recolhidos das taxas de inscrição pelo candidato através de boleto bancário cujos valores serão depositados em conta específica.
15.5. No valor previsto já estão incluídos todos os custos adicionais envolvidos na realização do concurso.
15.6. Os valores arrecadados a título de pagamento de inscrição serão repassados integralmente à Contratada com a finalidade de arcar com todos os custos da organização e execução de todas as fases do certame, retirados os valores correspondentes as taxas bancárias;
15.7. No valor previsto já estão incluídos todos os custos adicionais envolvidos na realização do concurso;

16. DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado serão feitos pela Comissão para Acompanhamento do Concurso Público (CACP) do Município de Vargem Grande/MA, especialmente designada, que anotara em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93.
16.2. A fiscalização do contrato estará à disposição da instituição contratada para fornecer informações, necessárias ao desenvolvimento dos serviços contratados.
16.3. A fiscalização do contrato terá acesso e plenos poderes para praticar atos que se destinem a acautelar e preservar todo e qualquer direito do município de Vargem Grande/MA, tais como:
a) Proceder à verificação e à aprovação dos documentos, dos serviços do objeto do contrato encaminhado pela instituição contratada;
b) Instruir a instituição contratada quanto à prioridade dos serviços a serem executados.

17. DA RESCISÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 54
Rubrica

17.1. Constituem motivos incondicionais para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei Federal n° 8.666/93:
17.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
17.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
17.1.3. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
17.1.4. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
17.1.5. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2. Aextinção do contratopoderáser:
17.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento de corrente de sua própria conduta, observando o disposto no artigo 79;
17.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
17.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula com promissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
17.3. A rescisão do contrato obedecerá ao que preceituamos artigos 78,79 e 80 da Lei 8.666/93.

18. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

18.1. Os serviços serão aceitos definitivamente, no prazo máximo de 40 (Quarenta) dias a partir da data da homologação do concurso público, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes e após verificação de que a contratada cumpriu todas as obrigações previstas neste contrato.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Quaisquer esclarecimentos que se façam necessário do certame poderão ser prestados pela Secretaria Municipal de Administração.
19.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser executado pela contratada, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, sobre os quais manterá estrita e exclusiva fiscalização.
19.3. A execução dos serviços deverá ser feita através de pessoas idôneas, capacitadas e qualificadas, assumindo a empresa/instituição contratada total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a ser cometidos durante a vigência contratual.

19.4. Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, naforma do art. 67 da Lei Federal 8.666/93, ficando esclarecido que a ação ou omissão, totalou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidadenaexecução docontrato.

19.5. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período.

19.6. Será constituído um cadastro de reserva que poderá, no interesse exclusivo da administração, ser aproveitado à medida que forem surgindo novas vagas, no limite do prazo de validade do concurso.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 5
Rubrica

19.6. O cadastro de reserva será formado pelos candidatos aprovados e não classificados dentro do número de vagas, no limite de 100% (cem por cento) do total das vagas;

19.7. As demais orientações serão definidas em conjunto com a Comissão para Acompanhamento do Concurso Público (CACP) composta por servidores do Município de Vargem Grande/MA e constarão nos respectivos editais.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, conforme especificados abaixo:
21. Exercício 2023 - 01 Prefeitura Municipal de Vargem Grande - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.: 0102 Secretaria Municipal de Administração - 0412200010.240 - Realização de Concurso Público - Realizaçã de Concurso para ingresso de novos servidores no município - 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica – Fonte: 1500000000

22. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

21.1. Fundamenta-senaLei Federaln° 8.666/93, Lei Federal nº 11.350/2006, 13.595/2018, 13.708/2018, Lei Municipal nº 696/2023, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 do Município de Vargem Grande/MA, e demais normas pertinentes à espécie.

Vargem Grande/MA, 18 de Dezembro de 2023.

APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO).

Francisco Ferreira Lima Filho
Secretário Municipal de Administração
Autoridade Competente

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 56
Rubrica

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)
DOS CARGOS, VAGAS, SALÁRIO, REQUISITOS NECESSÁRIOS E CARGA HORARIA

DOS CARGOS A SEREM PROVIDOS E DOS VENCIMENTOS

CARGO	REQUISITOSMINIMOS	PROVA PRÁTICA	PROVA DE TÍTULOS	QUANT. DE VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	CH SEMANAL	SALÁRIO BASE(R$)
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL							
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - AOSD	1 - Ensino Fundamental Incompleto	NÃO	NÃO	20	SIM	40	R$1.320,00
TOTAL DE VAGAS - NÍVEL FUNDAMENTAL:							**20**
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO							
Agente Administrativo	1-Ensino Médio Completo	NÃO	NÃO	10	SIM	40	R$ 1.320,00
TOTAL DE VAGAS - NÍVEL MÉDIO:							**10**
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR							
Professor de Educação Infantil	1– Ensino Superior/Licenciatura em Pedagogia por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	10	SIM	20h	R$2.210,27
Professor de Ensino Fundamental - Nível I - 1º ao 5ºano	1-Ensino Superior/Licenciatura Plena (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte, Educação Física,), por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	40	SIM	20h	R$2.210,27

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 57
Rubrica

Professor de Ensino Fundamental - Nível II - 6º ao 9º ano: Língua Portuguesa	1 - Ensino Superior/Licenciatura Plena em Letras – Português, por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	8	SIM	20h	R$ 2.210,27
Professor de Ensino Fundamental - Nível II - 6º ao 9º ano: Matemática	1 - Ensino Superior/Licenciatura Plena em Matemática, por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	8	SIM	20h	R$ 2.210,27
Professor de Ensino Fundamental - Nível II - 6º ao 9º ano: Ciências	1 - Ensino Superior/Licenciatura Plena em Ciências Naturais, por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	SIM	SIM	4	SIM	20h	R$ 2.210,27
TOTAL DE VAGAS- NÍVEL SUPERIOR:			**VAGAS:**		**70**		
TOTAL GERAL DE VAGAS:					**100**		

DAS DESCRIÇÕES E REQUISITOS DOS CARGOS

ÀREA DA EDUCAÇÃO – GRUPO I - NÍVEL SUPERIOR:

Professor de Educação Infantil;
Professor do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano);
Professor do Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano): Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, e Educação Física:

Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem d o aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; programar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividade extraclasse; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

ÁREA DA EDUCAÇÃO – GRUPO II – NÍVEL MÉDIO:

Atribuições do Agente Administrativo
Organização do ambiente de trabalho, manter registros, arquivos e documentos organizados; gerenciar o fluxo de correspondências e e-mails. Atendimento telefônico e atendimento ao público:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 58
Rubrica

atender e fazer ligações telefônicas, receber visitantes e fornecer informações básicas sobre a empresa; encaminhar às pessoas apropriadas. Agendamento e coordenação de reuniões: marcar e confirmar compromissos; organizar salas de reuniões; preparar materiais. Gerenciamento de viagens e logística; fazer reservas de passagens aéreas, hospedagens e outros, e organizar itinerários para viagens de negócios; cuidar de questões logísticas; Suporte à equipe: auxiliar a equipe em suas necessidades diárias; preparar relatórios; criar apresentações; organizar eventos internos; facilitar a comunicação entre departamentos. Agente de Portaria e Vigilância: Fiscalizar, observar e orientar a entrada e saída de pessoas, receber, identificar e encaminhar as pessoas aos destinatários. Abrir e fechar as dependências de prédios. Receber a correspondência e encaminhá-la aos setores de destino. Atender e efetuar ligações telefônicas, se for necessário. Receber e transmitir mensagens. Manter o quadro de chaves, controlando seu uso e guarda. Comunicar à autoridade competente as irregularidades verificadas. Zelar pela ordem, segurança e limpeza da área sob sua responsabilidade. Inspecionar os locais ou instalações do prédio, cuja segurança ou conservação implique em maior responsabilidade. Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do prédio. Auxiliar nas atividades de ensino. Utilizar recursos de informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

ÁREA DA EDUCAÇÃO – GRUPO III – NÍVEL FUNDAMENTAL:

Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD):

Efetuar, sob orientação da chefia imediata, serviços auxiliares de copa e cozinha, jardinagem, lavanderia, limpeza e conservação. Limpar e arrumar as dependências e instalações do estabelecimento de educação, a fim de mantê-lo em condições de asseio requeridas. Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas. Percorrer as dependências do estabelecimento de saúde, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos. Preparar e servir café e chá à chefia, visitantes e servidores do setor. Lavar copos, xícaras e cafeteiras, coador es e demais utensílios de cozinha. Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso. Manter arrumado o material sob sua guarda. Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos com boa aparência. Cumpre e faz cumprir o Regulamento, o Regimento, Instruções, Ordens e Rotinas de Serviço Público.

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 59
Rubrica

Ilmo. Sr.
Ricardo Barros Pereira
Comissão Permanente de Licitação
NESTA

AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de Secretário Municipal de Administração, encaminho os autos do processo até aqui realizados e **AUTORIZO** a deflagração de Dispensa de Licitação, tendo por objeto, Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA estabelecido no art. 24, inciso XIII da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação: "Art. 24 É dispensável a licitação: ... XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

Vargem Grande - MA, 19 de Dezembro de 2023

Atenciosamente,

FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 80
Rubrica

JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo nº **0101.07239.2023**, o Ato de designação do Presidente da CPL e Membros, Decreto nº **005/2023, de 06 de Janeiro de 2023**.

Vargem Grande - MA, em 19 de Dezembro de 2023.

RICARDO BARROS PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura de VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 6
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA

PORTARIA Nº 005/2023 DE 06 DE JANEIRO DE 2023.

Constitui a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

O Prefeito Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°- Constituir a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com a finalidade de disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios, sob as modalidades: Convite, Tomada de Preços e Concorrência, pertinentes a obras, compras, serviços, inclusive de publicidade, no âmbito da Administração direta, bem como das autarquias, fundos especiais e demais entidades direta e indiretamente controladas pelo Município:

ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	FUNÇÃO
01	RICARDO BARROS PEREIRA	06159	Diretor de Dep. De Licitação	Presidente
02	LUDIANE SOUSA FONSECA	04809	Agente Administrativo	1° membro
03	MARIA CLEICIANE COSTA CONCEIÇÃO	04661	Agente Administrativo	2° membro
04	CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA ALVES	08064	Agente Administrativo	1° Suplente

Art. 2°- A presente Portaria entrará em vigor no dia 06 de Janeiro de 2023.

Dê-se Ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

PREFEITURA MUN. DE VARGEM GRANDE

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande/MA

II. O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
III. A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
IV. A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
V. A adjudicação da proposta de menor preço;
VI. A elaboração de ata;
VII. A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
VIII. O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e
IX. O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 62 Rubrica

Parágrafo único. À Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.
Art. 4º Aplica-se a esta Comissão as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 10.520, de17 de julho de 2002.
Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor no dia 06 de janeiro de 2023.
Dê-se Ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA

PORTARIA Nº 005/2023 DE 06 DE JANEIRO DE 2023.

Constitui a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

O Prefeito Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1°- Constituir a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com a finalidade de disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios, sob as modalidades: Convite, Tomada de Preços e Concorrência, pertinentes a obras, compras, serviços, inclusive de publicidade, no âmbito da Administração direta, b em como das autarquias, fundos especiais e demais entidades direta e indiretamente controladas pelo Município:

ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	FUNÇÃO
01	RICARDO BARROS PEREIRA	06159	Diretor de Dep. De Licitação	Presidente
02	LUDIANE SOUSA FONSECA	04809	Agente Administrativo	1º membro
03	MARIA CLEICIANE COSTA CONCEIÇÃO	04661	Agente Administrativo	2º membro
04	CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA ALVES	08064	Agente Administrativo	1º Suplente

Art. 2º- A presente Portaria entrará em vigor no dia 06 de janeiro de 2023.
Dê-se Ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande/MA

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 09/01/2023 18:20:29 - IP com n°: 192.168.1.4
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1132

Certificado

RICARDO BARROS PEREIRA participou do

Curso Completo de Capacitação, Formação e Atualização Técnica em Licitações, Pregão Eletrônico, Presencial e SRP EAD

com carga horária de 60 horas.

São Paulo, 1 dezembro 2020

Flavia Daniel Vianna

FLAVIA DANIEL VIANNA

www.viannaconsultores.com.br
VIANNA & CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP
CNPJ: 58.170.994/0001-74

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 63

2e4c7090-3409-11eb-8014-49a9491b789c

LICITAÇÕES NA PRÁTICA 5 EM 1

MÓDULO 0 – DIREITO ADMINISTRATIVO PARA LICITAÇÕES - APRENDIZADO COMPLETO SOBRE DIREITO ADMINISTRATIVO PARA LICITAÇÕES

MÓDULO 1 – ESQUEMATIZANDO A LICITAÇÃO - ESTRUTURA MACRO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. IDENTIFICAR QUANDO UTILIZAR CADA MODALIDADE. ENTENDA O QUE É OBJETO COMUM. LEGISLAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DO PREGÃO. RECONHECER CADA UM DOS ENVOLVIDOS. QUAIS SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

MÓDULO 2 – PLANEJANDO A LICITAÇÃO - "PREPARANDO O TERRENO!" - PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO. APRENDA A CONTAR PRAZOS. PLANEJANDO O EDITAL E SEUS ANEXOS. ELABORAR UMA PESQUISA DE PREÇOS/MERCADO. CONHECER OS TIPOS DE LICITAÇÃO. APLICANDO O MENOR PREÇO/MAIOR DESCONTO NO PREGÃO ELETRÔNICO. ADJUDICAÇÃO POR ITEM OU GLOBAL. APRENDA O PLANO ANUAL DAS CONTRATAÇÕES. LOTES, ITENS, PARCELAR E FRACIONAR

MÓDULO 3 – EXECUTANTO A LICITAÇÃO – MÃOS NA MASSA! - A SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL. SIMULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL. A SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO (DECRETO FEDERAL 10.024/2019). A SESSÃO DA CONCORRÊNCIA. TOMADA DE PREÇOS E CONVITE. PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL, ESCLARECIMENTOS, RECURSOS ADMINISTRATIVOS. DEFESAS ADMINISTRATIVAS GRATUITAS. ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CORREÇÃO DA LICITAÇÃO. LICITAÇÃO DESERTA E FRACASSADA. TUTORIAL/SIMULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS E LICITAÇÕES-E BANCO DO BRASIL.

MÓDULO 4 – APRENDA TUDO SOBRE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NA PRÁTICA - CREDENCIAMENTO X DECLARAÇÕES X HABILITAÇÃO. HABILITAÇÃO JURÍDICA. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. QUAIS DOCUMENTOS SÃO OBRIGATÓRIOS E QUAIS POSSO DISPENSAR?. REGISTRO CADASTRAL. SICAF. 100% DIGITAL.

MÓDULO 5: TEMAS AVANÇADOS EM LICITAÇÕES - APRENDA A APLICAR O TRATAMENTO DIFERENCIADO DA LC 123/06. APRENDA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP). DESCOMPLICANDO O SRP. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS. LEI ANTICORRUPÇÃO E PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE)

MÓDULO 6: CONTRATANDO, SEM LICITAÇÃO! - CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO – DISPENSA. CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE. PROCESSO.

MÓDULO 7: LICITAÇÕES NAS ESTATAIS - LICITAÇÕES NAS ESTATAIS – LEI 13.303/16. LICITAÇÃO NAS ESTATAIS. CONTRATAÇÕES DIRETAS NAS ESTATAIS

MÓDULO 8: TEMAS ANEXOS AO PREGÃO - SEGREDOS DO NOVO DECRETO 10.024/19. DESCONEXÃO. ADIAMENTO, INTERRUPÇÃO, SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO. O QUE O PREGOEIRO PODE SANAR E O QUE NÃO PODE. AMOSTRAS. CONLUIOS OU CARTÉIS EM PREGÃO.

BÔNUS: COMUNIDADE FLAVIA VIANNA

PROFESSORA FLAVIA DANIEL VIANNA

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

Flavia Daniel Vianna

FLAVIA DANIEL VIANNA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 64 Rubrica

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Rubrica

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 65
Rubrica

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Hoje, nesta Cidade, na sala de Licitações, autuo o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, **RICARDO BARROS PEREIRA,** Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO:

- Processo Administrativo nº **0101.07239.2023.**
- Dispensa sem Licitação nº **DL-030/2023-CPL/PMVG**
- Requisitante: **FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO** - Secretario Municipal de Administração.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Fundamenta-se na Lei Federal n.º 8.666/93, art. 24, inciso XIII, e Regulamenta o Art. 37, XXI, da Constituição Federal, institue normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA.

ESTIMATIVA DO VALOR:

O valor estimado para esta contratação foi designado pelo Projeto Básico, portanto, estima-se o valor total R$ 541.531,60 (quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

Vargem Grande - MA, em 19 de Dezembro de 2023.

RICARDO BARROS PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 66
Rubrica

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa sem Licitação nº DL-030/2023-CPL/PMVG
Processo Administrativo nº 0101.07239.2023.

I - DO OBJETO

Tratam os presentes autos de procedimento que tem por objeto a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Dispensa de Licitação nº 030/2023-CPL/PMVG, tem sua fundamentação legal no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 consolidada que preceitua o seguinte:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
> XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

3. DA JUSTIFICATIVA

A realização de Concurso Público do Município de Vargem Grande/MA, determinado pelo Ministério Público através do Termo de Convênio – 92022, de 27 de dezembro de 2022 e em cumprimento ao Termo de ajuste de Conduta (TAC), para o Provimento de Cargos na Administração Municipal da cidade de Vargem Grande/MA, sendo a Lei n° 696/2023 sancionada pelo executivo Municipal em 14 de Novembro de 2023. Desta forma, em cumprimento aos dispositivos constantesna Constituição Federal de 1988, artigo 37, inciso II e demais atos subsequentes, além do compromisso com os órgãos de controle externo na substituição dopessoal temporário pelo estatutário efetivo.

Sendo assim, em 30/11/2023, realizou-se pesquisa de preços no Banco de Preços (https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f), o qual "disponibiliza de forma clara e de fácil leitura, dados e informações de compras e serviços públicas homologadas junto ao Sistema do Banco de Preços, desta forma, também fora solicitado junto à e-mails de empresas do ramo de concurso publico conforme segue: FUNDACAO EDUCACIONAL MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA – Email: fundutradiretoria@gmail.com, INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK – Email: institutojkma@gmail.com, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EDUCACIONAL, TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DA AMAZONIA – IDHEPA – Email: idhepabr@gmail.com e INSTITUTO AZIMUTH DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA FISCAL – e-mail: luciana.fernandes@institutoazimuth.com.br. Observou-se que todas as empresas responderam os

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 67
Rubrica

emails solicitados, desta forma, verificou-se que a menor proposta de preços apresentada foi o INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, CNPJ: 08.943.412/0001-77, com o valor de 437.800,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e oitocentos reais).

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso XIII da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

> "Art. 24 É dispensável a licitação: ... XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

Tem-se, portanto, que é permitida a contratação direta, por dispensa de licitação, de instituição que apenas e tão-somente seja (I) brasileira, (II) incumbida regimentalmente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, que (III) detenha inquestionável reputação ético-profissional, e, por fim, que (IV) não tenha fins lucrativos.

III – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de contratação de servidores efetivos nos moldes do artigo 37, inciso II da Constituição Federal. Levando-se em consideração que a realização de concurso público é requisito legal para garantia dos princípios constitucionais que regem a administração pública, vislumbra-se necessária a contratação de empresa idônea com reconhecida eficiência na persecução desta atividade.

Em situações como a supra narrada, qual seja, de necessidade de contratação de instituição idônea que possa executar nos moldes necessitados pela administração, atividade de desenvolvimento institucional, como é o caso do presente processo concurso, a legislação pátria (lei 8.666/93) admitiu que a contratação seja executada por intermédio de dispensa do processo licitatório, estabelecendo em seu artigo 24, inciso XIII.

Nota-se que a dispensa de licitação, para que possa ocorrer, deve ser precedida da confirmação de que a entidade a ser contratada atende a todos os requisitos inscritos no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, vale dizer, seja brasileira, seu estatuto ou regimento prevejam os fins ali mencionados, seja reputada como de comportamento ético-profissional inquestionável e, conjuntamente, não persiga fins lucrativos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 68
Rubrica

Jessé Torres Pereira Junior acrescenta os "requisitos de validade da contratação direta" previstos no dispositivo, fundado em análise da Decisão 30/2000, do TCU, por seu plenário, em acórdão da relatoria do Min, Guilherme Palmeira, DOU de 04.12.2000:

> "Infere-se que longo e sinuoso tem sido o caminho do amadurecimento hermenêutico do Inciso XIII do art. 24 da Lei Geral de Licitações. Hoje, seria possível extrair-se do decisório do TCU que são requisitos de validade da contratação direta nele amparável, em síntese esquemática: (a) a pessoa jurídica a ser contratada atender à qualificação expressa no texto legal (o estatuto ou regimento interno fazê-la dedicada ao ensino, à pesquisa ou ao desenvolvimento institucional); (b) o objeto do contrato corresponder a uma dessas especialidades; (c) o caráter intuito personae do contrato, a impor que a execução das obrigações seja feita pela própria entidade, vedadas, em princípio, a subcontratação e a terceirização; (d) a expressão 'desenvolvimento institucional' compreender bem ou atividade sob tutela da Constituição, conferindo à dispensa nota de excepcionalidade, com a qual não se compadecem serviços corriqueiramente encontrados no mercado.". (Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 6ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, p. 281 e SS.)

Assim, a administração poderá invocar o permissivo para celebrar contrato com dispensa de licitação desde que a futura contratada preencha os seguintes requisitos:

I) seja uma instituição brasileira;

II) seja incumbida ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou dedicada à recuperação social do preso;

III) detenha inquestionável reputação ético-profissional;

IV) não tenha fins lucrativos;

V) não subcontrate ou terceirize o objeto do contrato, salvo quando haja plena justificativa.

Ademais, diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

> "Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:
> I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
> II – razão da escolha do fornecedor ou executante;
> III – justificativa do preço;
> IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

O art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 69
Rubrica

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Feitas essas considerações, passamos ao exame dos pressupostos que autorizam a contratação do INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, nos moldes preconizados pelo inciso XIII do artigo 24 da Lei de Licitações, onde:

I - Instituição Brasileira: Conforme depreende-se do estatuto de fundação do INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, o mesmo constitui-se de entidade brasileira;

II - Incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional: Compulsando o estatuto do INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, constata-se que aludida instituição é incumbida estatutariamente de estimular o desenvolvimento nacional, colocando suas atividades à disposição da população em geral, em caráter complementar às desenvolvidas pelo Estado e Municípios, com o objetivo de propor, planejar, organizar, executar e disseminar programas de treinamento e desenvolvimento, concursos públicos, concursos vestibulares e processos Concursos, entre outros.

III - Inquestionável reputação ético-profissional: A inquestionável reputação ético-profissional foi demonstrada através da juntada pela empresa de diversas declarações de contratos celebrados por órgãos e concurso em andamento como é o caso da prefeitura Municipal de São Raimundo das mangabeiras/MA.

IV - Finalidade não lucrativa: Por fim, constitui o INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK é instituição sem fins lucrativos conforme dispõe artigo 1° do seu estatuto.

V – PESQUISA DE MERCADO

No processo em epígrafe, foram realizadas cotações para vislumbrar os valores praticados pelo mercado realizadas entre os dias 30 de Novembro de 2023 a 18 de dezembro de 2023, pesquisado junto ao Banco de Preços e solicitação de Propostas de Preços encaminhando por e-mail, conforme consta nos autos, desse modo foram contactadas as seguintes empresas:

- FUNDACAO EDUCACIONAL MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA – Email: fundutradiretoria@gmail.com;
- INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK – Email: institutojkma@gmail.com;
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EDUCACIONAL, TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DA AMAZONIA – IDHEPA – Email: idhepabr@gmail.com
- INSTITUTO AZIMUTH DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA FISCAL – email: luciana.fernandes@institutoazimuth.com.br.

Dentre essas empresas acima mensionadas o INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, apresentou os menores valores de inscrinçao da Proposta de preços conforme segue valores por inscrição: Ensino Fundamental R$ 70,00 (setenta reais), Ensino Médio R$ 90,00 (noventa reais) e Ensino Superior R$ 110,00 (cento e dez reais), INSTITUTO AZIMUTH DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA FISCAL, apresentou os seguintes valores por inscrição:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 20
Rubrica

Ensino Fundamental R$ 77,00 (setenta e sete reais), Ensino Médio R$ 105,50 (cento e cinco reais e cinqüenta centavos) e Ensino Superior R$ 113,00 (cento e treze reais), INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EDUCACIONAL, TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DA AMAZONIA – IDHEPA, apresentou os seguintes valores por inscrição: Ensino Fundamental R$ 76,50 (setenta e seis reais e cinquenta centavos), Ensino Médio R$ 106,50 (cento e seis reais e cinqüenta centavos) e Ensino Superior R$ 128,00 (cento e vinte e oito reais) e FUNDACAO EDUCACIONAL MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA, apresentou os seguintes valores por inscrição: Ensino Fundamental R$ 74,00 (setenta e quatro reais), Ensino Médio R$ 110,00 (cento e dez reais) e Ensino Superior R$ 130,00 (cento e trinta reais), sendo vencedora total a empresa INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK.

Pelo todo exposto, considerando que o valor orçado pelo INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK é adequado para o objeto da licitação fato este que, aliado à comprovada qualidade técnica demonstrada pela aludida instituição em trabalhos pretéritos realizados, justificam sua contratação por intermédio de dispensa nos termos do art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93.

VI – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A remuneração da contratada será única e exclusivamente pela arrecadação das inscrições independentemente do número de inscritos, sem nenhum custo financeiro para o Município de Vargem Grande/MA.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

As atividades efetuadas compreendem a elaboração de provas, os custos operacionais de elaboração e reprodução de cartazes de divulgação, transportes de provas, aplicação das provas, pagamento de pessoal e todos os custos pertinentes à execução do contrato, incluídos os encargos e impostos que serão cobertos com a cobrança das taxas de inscrição

A Contratante fará a captação das taxas a serem cobradas dos candidatos no ato da inscrição, não havendo isenção para os candidatos, ressalvados os casos previstos em lei específica, ficando o ônus para a instituição contratada.

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes ao objeto deste Contrato correrão por conta da instituição Contratada.

Os valores das taxas de inscrição referentes ao objeto deste Termo de Referência serão depositados pelos candidatos na conta do Contratante, que será informada oportunamente, a quem caberá a movimentação dos valores depositados. Os valores arrecadados a título de pagamento de inscrição serão repassados à Contratada com a finalidade de arcar com todos os custos da organização e execução de todas as fases do certame.

O Contratante receberá os valores referente às inscrições de acordo com a oferta de cargo constante no Edital do Concurso, pela qual será arrecadada taxas através da rede bancária, sendo as mesmas creditadas em conta específica do Órgão Contratante

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 31
Rubrica

Concluídas as inscrições, o Contratante fará o devido levantamento do valor efetivamente arrecadado, e este valor destinar-se-á ao pagamento do valor contratual à empresa Contratada.

VII - PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável até o prazo de validade do concurso. A execução do contrato dar-se-á dentro do seu período de vigência e terá como referência os prazos contidos no cronograma apresentado pela contratada e aprovado pelo Município de Vargem Grande/MA, com previsão para conclusão em, no máximo, 120 (cento e vinte) dias da data de início dos trabalhos.

VIII – DA SELEÇÃO

A empresa selecionada neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi o INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, doravante designado pelo nome "INSTITUTO JK", CNPJ 08.943.412/0001-77, situado a Rua São Luis, Edificil Manoel Fernandes, sala 201, Centro – CEP: 65.930-00.

IX - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Dispensa encontra fundamentação legal no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que dispõe: "na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

X – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

> "Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de: Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991); Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme os anexos.

XI - DA DELIBERAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 72
Rubrica

Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Dispensa, sendo assinado pela responsável do Município de Vargem Grande/MA e pela autoridade superior, para que produzam seus efeitos legais.

XII - DA RATIFICAÇÃO

Considerando-se as manifestações carreadas, a fundamentação jurídica apresentada e a instrução do presente processo, ratifico a presente contratação por dispensa de licitação, encaminhando-se os autos para as providências de estilo.

Vargem Grande - MA, em 20 de Dezembro de 2023.

Francisco Ferreira Lima Filho
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 23
Rubrica

DESPACHO

À
Procuradoria Geral
Prefeitura Municipal de Vargem Grande – MA

Senhor Assessor,

Estamos encaminhamos em anexo os autos do Processo administrativo nº. **0101.07239.2023**, para exame e aprovação, da Minuta do Contrato tendo como Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, de acordo com o previsto no Art. 24, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Vargem Grande - MA, 20 de Dezembro de 2023.

RICARDO BARROS PEREIRA
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 24
Rubrica

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE - MA, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A _____:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE**, pessoa jurídica de direito público interno, através de sua Prefeitura Municipal estabelecida a Rua Dr. Nina Rodrigues, n ° 20 - Centro, inscrita no CNPJ sob o Nº. _____/____-___, neste ato representada pelo Secretário de _____, Sr. _____, portador do CPF sob o nº _____, doravante denominada de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa , com endereço na inscrita no CNPJ sob o nº _____ , representada por , portador (a) do CPF n ° , ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato em conformidade com as disposições contidas na Lei n ° 8.666/93 atualizada pela Lei n ° 9.648/98, e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, com o fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidase correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação e correção das provas, assim como toda e qualquer logística necessária à execução dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

2.2 Este instrumento é celebrado com dispensa de licitação, tendo por base as disposições do art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 Este contrato vigerá por um ano, contado apartir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sob as condições do art. 57 da Lei 8.666/1993.

3.2 Obedecido o prazo estipulado no item anterior considerar-se-ão ultimados os referidos serviços tão logo a CONTRATADA entregue ao CONTRATANTE.

3.3 O presente contrato poderá ser alterado, em casos previstos no art. 57 da Lei 8.666/1993, mediante termo aditivo, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, e não haja modificação de seu objeto.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução dos serviços pactuados;

4.2 Articular- se com a instituição contratada, quanto às datas relativas às atividades constants deste Contrato, e fazer cumprir o respective calendário;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 25
Rubrica

4.3 Definir,em comum acordo com a instituição contratada, os cronogramas concernentes à realização do processo;

4.4 Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos por meio da (Comissão para Acompanhamento do Processo Concurso Público) devidamente designada, que se encarregará dos contatos com a instituição contratada para esclarecimentos das dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto deste contrato;

4.4 Receber e protocolar eventuais recursos administrativos e encaminhar à Contratada para julgamento;

4.5 Disponibilizar, sem ônus para a Contratada, locais adequados e pessoal de apoio para a realização do ato público de sorteio, se este for o ultimo critério de desempate designado no edital de Licitação;

4.6 Prover a Contratada, em caso de questionamento judicial a respeito da matéria relacionada ao Concurso, no limite de sua responsabilidade, de meios e subsídios jurídicos para que ela possa em juízo defender a validade do Concurso público.

4.7 Firmar convênio com instituição bancária para recolhimento dos valores de inscrição, arcando com eventuais despesas.

4.8 O recolhimento das inscrições, em conta especifica a ser fornecida pela Prefeitura de Vargem Grande/MA, no ato da elaboração do edital, utilizando-se para tanto de instituição bancária;

4.9 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação; e

4.10 Efetuar pagamentos nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA QUINTA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Caberá à CONTRATADA:

5.2 Iniciar os serviços, objeto desta contratação, em até 10 (dez) dias após a data de publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Município de Vargem Grande, apresentando minuta de cronograma, a ser submetido à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, discriminando todos os prazos em que as etapas do Concurso devem ser executadas;

5.2 Disponibilizar, a qualquer momento, quaisquer documentos solicitados pelo município Em virtude de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;

5.2.1 Comprometer-se conforme impõe a ética profissional a não revelar o conteúdo das provas a quem quer que seja antes da realização das mesmas;

5.2.2 Elaboração de Edital, incluindo todos os elementos normativos do Concurso público e conteúdo programático, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo prévia aprovação do Contratante.

5.2.3 Elaboração de todos os demais Editais necessários, tais como: homologação das inscrições, A divulgação de resultado de provas, julgamento de recursos, convocação para as provas, homologação do resultado final, classificação dos candidatos e demais;

5.2.4 Fornecimento de informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou por telefone, em todas as fases do Concurso público;

5.2.5 Montagem do banco de dados dos candidatos, contendo as informações prestadas pelos mesmos, na ficha de inscrição, bem como seu fornecimento à Contratante, em meio magnético, quando da conclusão de cada um dos processos;

5.2.6 Guardar, pelo período de validade do Concurso previsto na legislação pertinente, em ambiente próprio, os formulários de inscrição, as folhas de respostas, as folhas de frequência,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 76
Rubrica

bem como exemplares de todas as provas aplicadas no certame e/ou até o término da ação judicial, se for o caso:

5.2.7 Responsabilizar-se pela elaboração, digitação, revisão técnica e reprodução das provas objetivas, que deverão ser de responsabilidade de profissionais técnicos componentes da banca da proponente, devidamente cadastrados junto a seu órgão de classe, com participação e revisão da Administração do Contratante, de acordo com o número de inscritos;

5.2.8 Definir cronograma, horário de comparecimento para ingresso no recinto, condições de realização das provas quanto à possibilidade de consulta ou utilização de instrumentos;

5.2.9 Elaborar cadastro sigiloso dos candidatos inscritos, contendo qualificação completa (nome conforme descrito no RG, filiação, CPF. endereço e outros), produzir sistema computacional de apropriação e arquivo destes dados cadastrais, conferir informações, emitir relatórios (ordem alfabética, ordem de inscrição, etc.) e fornecê-los de imediato ao Contratante (emmeiomagnético-formato próprio para programa Microsoft Excel-efísico) ao final de cada fase ou etapa e quando for solicitado;

5.2.10 Elaborar, revisar, compor, imprimir, aplicar, fiscalizar, receber, corrigir, acondicionar as provas, a serem aplicadas nas etapas estabelecidas no Edital Normativo, devendo ser assegurado elaboração de provas especiais para as pessoas com deficiência, se assim a deficiência exigir, de acordo com a declaração no ato da inscrição;

5.2.11 Arcar com os prejuízos decorrentes de anulações de provas já realizadas e/ou de mudanças em sua data de aplicação, quando o motivo ensejador destes fatos for de responsabilidade da contratada;

5.2.12 Elaboração do layout e impressão dos cartões-resposta, para correção por sistema de leitura óptica;

5.2.13 Transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação sem ônus para o Contratante;

5.2.14 Elaboração de atase listas depresença emtodas as fasesde cadacertame;

5.2.15 Sinalização dos espaços físicos destinados à realização das provas, a ser cedido pelo Contratante;

5.2.16 Aplicação das provas, designando comissão coordenadora central, bem como banca defiscalização, que receberá o devido treinamento e supervisão, arcando a Contratada com todos os custos decorrentes desta contratação;

5.2.17 Elaborar provas especiais para candidatos com deficiência, indicadas no formulário de inscrição;

5.2.18 O edital deverá conter disposições relativas à reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável, assim como deverão ser garantidas condições de acessibilidade aos locais de prova;

5.2.19 Fornecimento do gabarito oficial, no primeiro dia útil após a data das provas;

5.2.20 Contratar coordenadores, subcoordenadores, chefes de sala, fiscais, seguranças, médicos e outros profissionais necessários à aplicação das provas, responsabilizando-os interinamente pelos serviços;

5.2.21 Receber e analisar recursos interpostos por candidatos, inclusive por via judiciais, bem como solicitações do Contratante em todas as fases do Concurso, elaborar respostas individualizadas a todos os recursos administrativos e judiciais, bem como convocar bancas e assessorial juridical para responder eventuais ações pertinentes ao processo. Todo e qualquer questionamento judicial e extrajudicial relative ao processo ficará a cargo da Instituição Contratada, mesmo após o encerramento do processo;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 22
Rubrica

5.2.22 Montagem de dossiê e entrega ao Contratante, contemplando todos os atos decorrentes da realização do Concurso público;

5.2.23 Apresentar até o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a realização da prova escrita, relação dos elaboradores das provas, contendo o nome, a graduação, o número do R.G. e C.P.F., bem como o número do Registro junto ao Conselho de Classe correspondente, devendo vir acompanhado das respectivas cópias autenticadas.

5.2.24 Tornar disponíveis todas as informações inerentes à execução do Concurso para a Comissão Coordenadora;

5.2.25 Imprimir e distribuir cartazes e publicações diversas promovendo a divulgação do Concurso;

5.2.26 Mantercentraldeatendimentocomlinhastelefônicasexclusivaseguichêsinstalados em sua sede própria para informações aos interessados durante todas as fases do Concurso, bemcomoatendimentoespecialàspessoascomdeficiência

5.2.27 Prestar atendimento ao candidato que necessite de assento especial ou de equipamento compatível com sua deficiência para a realização da prova;

5.2.28 Disponibilizar na Internet Home Page específica para que os interessados possam obter informações, na qual deverão estar disponíveis todos os editais e comunicados referentes ao certame;

5.2.29 Comunicar às polícias locais com antecedência mínima de 15 (quinze) dias os locaise horários de realização das provas presenciais;

5.2.30 Não transferor a outrem, no todo ou em parte, suas obrigações contratuais;

5.2.31 As provas objetivas serão em forma de teste de múltipla escolha, com quatro alternativas cada um (A, B, C e D), com apenas uma opção correta;

5.2.32 No ato da aplicação das provas, deverá ser conferida a identidade dos candidatos pelo documento de identificação apresentado no ato da inscrição, devendo a folha de respostas ser autenticada digitalmente pelo candidato, de forma a impossibilitar a realização de provas por terceiros através de documentos falsos;

5.2.33 Disponibilizar equipe para aplicação das provas composta minimamente por: 1 (um) fiscal para cada 28 (vinte e oito) candidatos e. no máximo, 2 (dois) por sala; fiscais para acompanhar os candidatos ao banheiro e ao bebedouro; fiscais para recebimento de aparelhos eletrônicos de candidatos; serventes para cada local de prova; seguranças por local de prova; e 1(um) coordenador por local de prova;

5.2.34 Providenciar na data de aplicação da Prova Prática material e equipamentos necessários para aplicação da mesma.

5.2.35 Disponibilizar pelo menos 1(um) representante da instituição realizadorado Concurso para gerenciar a aplicação das provas;

5.2.36 Dispor de assessoria técnica, jurídica e linguística em todas as etapas do Concurso para fins de elaboração de editais, avisos, comunicados, instruções aos candidatos e demais documentos necessários;

5.2.37 Utilizar de forma privative e confidencial, os documentos fornecidos pelo contratante para execução do contrato;

5.2.38 Responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

5.2.39 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sempre via autorização do Município de Vargem Grande/MA.

Fls 28
Rubrica

CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO, PAGAMENTO E DESPESA

6.1 O Concurso public destina-se ao provimento de vagas, do Município de Vargem Grande/ MA para os cargos descriminados no Anexol deste Termo de Referência/Projeto Básico.

6.2 Da estimativa de inscritos e de valor de inscrição por nível de escolaridade:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE VAGA	QUANTIDADE PREVISTA DE INSCRITOS	VALOR MÉDIO OBTIDO POR INSCRIÇÕES	VALOR MÉDIO TOTAL
01	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL)	20	1.600		
02	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL DE FORMAÇÃO ENSINO MEDIO)	10	1.200		
03	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PESSOAL / CONCURSO PUBLICO (NIVEL SUPERIOR)	70	1.980		
TOTAL		**100**	**4.780**		

6.3 O valor global estimado pelos serviços especificados no presente contrato é de R$ _____ (_____), candidatos inscritos e pagos, valor este considerado variável. Caso o número de candidatos for inferior ao estimado, a Administração Pública repassará apenas o arrecadado pelas inscrições, e caso ultrapasse a estimativa prevista, a Administração Pública pagará ao licitante 100% (cem por cento) das inscrições recebidas e pagas. Conforme proposta de preços expedida pela contratada e aceita pela Contratante, dividido em 03 (três) parcelas, assim dispostas:

a) 1° Parcela – 50% Até 5 (cinco) dias após homologação das inscrições, conforme;

b) 2° Parcela – 30% Até 5 (cinco) dias após a realização da Prova Objetiva;

c) 3° Parcela – 20% Até 5 (cinco) dias após a entrega do resultado final do referido Concurso Público.

CLÁUSULA SÉTIMA-FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado serão feitos pela Comissão para Acompanhamento do Concurso Público do Município de Vargem Grande/MA, composta pelos servidores (Nome), (Cargo), (N° do CPF), especialmente designada, que anotara em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados nos termos do art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93.

7.2 O município de Vargem Grande/ MA, exercerá, mediante da fiscalização do contrato, o acompanhamento dos serviços objeto do contrato, sendo que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do contrato não exime a instituição contratada de quaisquer de suas responsabilidades

perante o município ou terceiros.
7.3 A fiscalização do contrato estará à disposição da instituição contratada para fornecer informações, necessárias ao desenvolvimento dos serviços contratados.
7.4 A fiscalização do contrato terá acesso e plenos poderes para praticar atos que se destine a cautela represervar todo e qualquer direito do município de Vargem Grande/MA, tais como:
a) Recusar serviços que tenham sido executados em desacordo com as condições estabelecidas no contrato;
b) Proceder à verificação e à aprovação dos documentos, dos services do objeto do contrato encaminhado pela instituição contratada;
c) Instruir a instituição contrata da quanto à prioridade dos serviços as eremexecutados.
7.5 O município de Vargem Grande/MA. Mediante fiscalização do contrato, reserva-se no direito de exercer rígida e constant fiscalização à contratada no que se refere a sua capacitação e comportamento do contrato sobre os serviços, durante todo o período contratual, inclusive quanto ao pessoal da instituição.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS
8.1 Serão aplicadas as seguintes sanções pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações do presente Contrato à CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e da rescisão do mesmo, se for o caso:
8.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
8.1.2. Multa(s):
I. de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, no caso de descumprimento de cláusula contratual que não elencados nas hipóteses dos incisos anteriores, norma de legislação pertinente, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e/ou negligência na execução dos serviços contratados;
II. de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, no caso de descumprimento contratual total ou, ainda, quando ocorrer reincidência no cometimento de falta pela qual já houver sido a CONTRATADA advertida e/ou multada.
8.1.3. Suspensão do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo do CONTRATANTE considerar rescindido este vínculo obrigacional e/ou adotar as demais medidas legais e judiciais cabíveis, quando ocorrer:
I. Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
II. Reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados, acarretando prejuízos ao CONTRATANTE;
III. Atraso injustificado na execução dos serviços e retardamento na execução do Contrato, contrariando o disposto neste Contrato;
III.1. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:
a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
b) Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
c) A falha na execução do Contrato estará configurada quando o contratado descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o subitem Multa(s) desta cláusula.
IV. Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 80
Rubrica

V. Irregularidades que ensejam a rescisão contratual;
VI. Ação no intuito de tumultuar a execução do Contrato;
VII. Práticas de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
VIII. Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

16.2. As multas mencionadas nesta cláusula são, individualmente, limitadas a 30% (trinta por cento) do valor da base de cálculo de sua incidência, por ocorrência, sem prejuízo da cumulação de multas, limitadas a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.

16.3. A(s) multa(s) aplicadas(s) à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito devido à CONTRATADA ou serão cobrados judicialmente.

16.4. A(s) penalidade(s) de multa(s) não terá(ão) caráter compensatório, podendo ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não tem intuito indenizatório, não isentando a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e regulamento próprio do CONTRATANTE.

16.7. As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA NONA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

9.1 As partes não responderão pelo descumprimento das obrigações ou prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma do art. 393 do Código Civil Brasileiro, caso em que qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.

9.2 O período de suspensão dos serviços decorrentes de eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior será acrescido ao prazo contratual.

9.3 Ocorrendo circunstâncias que justifique ma inovação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito imediatamente, da ocorrência e de suas consequências.

9.4 Durante o period definido no item 9.2, as partes suportarão, independentemente, suas respectivas perdas.

9.5 Se as causas de suspensão perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar à outra, por escrito, para o encerramento do presente Contrato, sob condições idênticas às estipuladas no item 9.4.

CLÁUSULA DÉCIMA–PUBLICAÇÃO

10.1 O CONTRATANTE deverá manter à disposição do público em sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município, o extrato decorrente do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma lei, se for o caso.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 61
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES ENTRE O MUNICÍPIO E AEMPRESA CONTRATADA

13.1 A empresa Contratada fica obrigada a manter atualizado nos cadastros junto a esta municipalidadeseu endereço de e-mail e seu endereço físico, bem como fica responsável em acompanhar o Diário Oficial do Município —DOM, para acompanhar eventuais comunicações, citações, intimações e/ou notificações, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vargem Grande - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vargem Grande (MA)___de _____de _____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE
(Nome do Secretario)
Secretário Municipal de Administração

_____

(Nome da Empresa)
Representante da Empresa

Prefeitura de
VARGEM GRANDE

Fls 82

ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE – MA

PROCESSO N.º 0101.07239.2023

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Administração
ASSUNTO: Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA.

PARECER JURÍDICO Nº 136/2023 – CPL/ASSEJUR

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, XIII, LEI 8.666/93. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EM TODAS AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE/MA. ART 24. XIII, LEI 8.666/93.

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em Relatório, Análise da Demanda, Dispositivo e Encaminhamento.

✓ RELATÓRIO:

Versam os autos sobre a contratação direta do Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek mediante dispensa de licitação para a contratação de empresa para realização de Concurso Público para provimento de cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/, com base no art. 24, XIII da Lei 8.666/93.

Aponta a solicitação realizada pela Secretaria Municipal de Administração, para tanto, a contratação se faz necessária em decorrência de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado em 22 de dezembro 2022 entre o Município de Vargem Grande – MA e Ministério Público do Maranhão, Promotoria de Vargem Grande – MA, anexo aos autos, onde a Prefeitura Municipal se compromete a realizar concurso público para o provimento de cargos efetivos.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

A autorização para realização do concurso publico foi exarada pelo Prefeito Municipal de Vargem Grande – MA através da Lei 696/2023.

Com elaboração do Projeto Básico, foi este encaminhado a entidades que atuam no setor de atuação do objeto, com a finalidade de obter propostas para execução dos serviços.

A partir das propostas realizadas pelos interessados, a Secretaria Municipal de Administração avaliou as propostas ofertadas com base nos critérios estabelecidos no projeto básico, declarando, como vencedora do procedimento o Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek.

Assinala ainda que optou pelo Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, para a realização do concurso público em questão, por ser um instituto sem fins lucrativos, de comprovada capacidade para atender os anseios deste Município na questão, já que possui anos de experiência na área acadêmica, pesquisa e ensino e, por sua inquestionável reputação ética, enquadrando-se, dessa forma, no artigo anteriormente apontado.

É o relatório, passo a opinar.

- ✓ É o breve relatório:
- ✓ ANÁLISE DA DEMANDA

1. DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "in abstrato", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas

O art. 37, XXI da Constituição Federal estabelece:

> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
> (...)
> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

O artigo 37, inciso XXII, da Constituição Federal prevê que a contratação de obras e serviços por parte da Administração Pública será realizada mediante licitação na qual se assegure igualdade de condições aos participantes, ressalvados os casos especificados na legislação. Nesses termos, a própria ordem constitucional admite a possibilidade de o legislador criar exceções pontuais ao dever de licitar.

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva realização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88. A esse respeito, colho esclarecedor excerto da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

> *"O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, de conteúdo conceptual extensível primacialmente aos procedimentos licitatórios, insculpiu o princípio da isonomia assecuratória da igualdade de tratamento entre todos os concorrentes, em sintonia com o seu caput — obediência aos critérios da legalidade, impessoalidade e moralidade — e ao de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza."* (MS 22.509, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 04.12.1996).

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que há exceção à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração.

Tais exceções encontram-se nos arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93, respectivamente, dispensa e inexigibilidade de licitação.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO esclarece a distinção entre os dois institutos:

> *"A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que jus□fique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto, ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável".*

Regulamentando a previsão constitucional, a Lei 8.666/1993, também conhecida como lei de licitações e contratos da Administração Pública, enumera situações em que a licitação será dispensada ou inexigível, onde a Administração poderá efetuar a contratação direta. Dentre as hipóteses de dispensa, o artigo 24, inciso XIII, faz referência à contratação de instituto de ensino e pesquisa com inquestionável reputação ético-profissional e que não tenha fins lucrativos.

No caso em exame, pretende-se a contratação direta do Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII da Lei 8.666/93, o qual dispõe:

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
> (...)
> XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético profissional e não tenha fins lucrativos;"

Muito embora a Constituição Federal determine que a regra é a realização de licitação para a Administração Municipal contratar, não há, no caso concreto, qualquer impedimento ou ilegalidade na contratação pretendida, pois, como dito, são atendidos os requisitos legais para tanto.

A respeito do tema manifesta-se a jurisprudência:

> Ação civil pública. Município de São Paulo. Contratação do GTPOS, organização não-governamental, para implementação de projeto com realização de palestras e cursos de orientação sexual à população, abrangendo familiares dos alunos da rede pública municipal de ensino. Dispensa de licitação. Possibilidade. Atendimento dos requisitos da Lei 8.666/93, art. 24, XIII. Ausência de dano ao erário. Favorecimento não demonstrado. Improbidade administrativa não configurada. Sentença de procedência. Recurso do autor não provido. Recursos dos réus providos. (TJ-SP - APL: 01062566120078260053 SP 0106256-61.2007.8.26.0053, Relator: Carlos Violante, Data de Julgamento: 15/09/2015, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 17/09/2015) (grifo nosso);

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Fls 86
Rubrica

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POPULAR. CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO INCUMBIDA DA EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO SEM ÔNUS PARA A MUNICIPALIDADE. DISPENSA DE LICITAÇÃO. UTILIZAÇÃO DO ART. 24, XIII, DA LEI N. 8.666/93. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. I. A antecipação de tutela, nos termos do art. 273 do CPC, é medida excepcional, só podendo ser deferida diante da comprovação da verossimilhança das alegações e do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. II. Demonstrado pelo Agravante a motivação que ensejou a contratação de instituição incumbida da execução de concurso público, porquanto isenta de ônus para a municipalidade, bem como que a dispensa do procedimento licitatório fora embasada no art. 24, XIII, da Lei Federal n. 8.666/93, não se constatando, a priori, outras irregularidades quanto ao edital, deve ser revogada a decisão que determinou a paralisação do certame público, mormente se a ação popular que fora movida restringe-se a eventual prejuízo ao Município, ante a inexistência de outros interessados, o que não restou demonstrado. (TJ-MG - AI: 10382120146164001 MG, Relator: Washington Ferreira, Data de Julgamento: 18/12/2012, Câmaras Cíveis Isoladas / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/01/2013) (grifo nosso);

REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO POPULAR. CONTRATAÇÃO DE INSTITUTO DE ESTUDOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE NOTÁRIO E REGISTRADOR. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, XIII, DA LEI 8.666/93. IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Em se tratando de meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidação de ato imoral e lesivo ao patrimônio público, a ação popular tem por finalidade, ainda, a restituição aos cofres públicos do prejuízo causado. Muito embora a Constituição Federal determine que a regra é a realização de licitação para a Administração contratar, conforme se verifica do disposto no art. 37, XXI, o respectivo artigo ressalva os casos especificados na legislação onde poderá ocorrer a contratação direta. A Lei 8.666/93, em seu artigo 24, XIII, prevê a dispensa de licitação para a hipótese de contratação de instituição incumbida da pesquisa, do ensino ou desenvolvimento institucional, desde que tenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos. Cumpre registrar que a dispensa de licitação não retira a obrigatoriedade de observância dos princípios da Administração Pública. Não resta demonstrada, no caso concreto, a ilegalidade apontada pelos autores, tendo a contratação da instituição IESES sido formalizada com base no disposto no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, visto que se trata de instituição brasileira, sem fins lucrativos, incumbida do ensino, pesquisa e recrutamento de recursos humanos, dentre outras, e com inquestionável reputação ético-profissional, razão pela qual a manutenção da sentença é medida que se impõe. SENTENÇA MANTIDA, EM REMESSA

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Fls 82

NECESSÁRIA. (Reexame Necessário Nº 70077045979, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Julgado em 13/07/2018). (TJ-RS - REEX: 70077045979 RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Data de Julgamento: 13/07/2018, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/08/2018) (grifo nosso).

No caso concreto, a Secretaria Municipal de Administração remete os autos há esta Assessoria Jurídica acerca da possibilidade e previsão legal para a realização de contratação do Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek para a efetivação de concurso público para o provimento de cargos públicos no Município, através da modalidade de dispensa de licitação.

Aponta, para tanto, que a contratação se faz necessária, em resumo, pela obrigação assumida pelo Município em TAC firmado com a Promotoria e, ainda, por ser um instituto sem fins lucrativos, de comprovada capacidade e que possui inquestionável reputação ética, enquadrando-se, dessa forma, no artigo 24, inciso XIII da Lei 8.666/93.

Percebe-se que a Administração Municipal, celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta que objetiva a regularização das contratações de pessoal realizadas pelo Município e o consequente acesso aos cargos públicos municipais, conforme impõe o artigo 37, inciso II3, da CF. A Administração, dessa forma, obrigou-se à realização de concurso público, buscando a restruturação do quadro de servidores atualmente existentes e a melhor prestação dos serviços públicos, a fim de enaltecer os princípios da eficácia e eficiência administrativas.

Como se observa da documentação anexa ao procedimento, o Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek é voltado para a pesquisa, ensino e extensão, além de desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos, baseada no Código Civil Brasileiro, conforme cópia do CNPJ a atos constitutivos anexos.

Nos casos em comento há uma recomendação do TCU, no sentido de que se "*observe o caráter de **excepcionalidade** e os requisitos estritos da norma contida no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, tomando como regra a realização do procedimento licitatório*" (Acórdão 188/2009 – Plenário).

Oportuno trazer a lume uma síntese do entendimento de JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR quanto ao tema:

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Fls 88

> *Infere-se que longo e sinuoso tem sido o caminho do amadurecimento hermenêutico do inciso XIII do art. 24 da Lei Geral de Licitações. Hoje, seria possível extrair-se do decisório do TCU que são requisitos de validade da contratação direta nele amparável, em síntese esquemática: (a) a pessoa jurídica a ser contratada atender à qualificação expressa no texto legal (o estatuto ou regimento interno fazê-la dedicada ao ensino, à pesquisa ou ao desenvolvimento institucional); (b) o objeto do contrato corresponder a uma dessas especialidades; (c) o caráter intuito personae do contrato, a impor, que a execução das obrigações seja feita pela própria entidade, vedadas, em princípio, a subcontratação e a terceirização; (d) a expressão 'desenvolvimento institucional' compreender bem ou atividade sob a tutela da Constituição, conferindo à dispensa nota de excepcionalidade, com a qual não se compadecem serviços corriqueiramente encontrados no mercado"*

O Tribunal de Contas da União produziu duas súmulas quanto aos requisitos para as contratações diretas com base no art. 24, XIII da Lei 8.666/93, sendo uma genérica e outra especificamente para a hipótese de contratação de serviço de promoção e realização de concurso público:

> Súmula TCU 250: *"A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado."*
>
> Súmula TCU 287: *"É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado."*

Além da pertinência entre as finalidades institucionais e o objeto da contratação, prestigiada parcela da doutrina pátria, dentre os quais menciono MARÇAL JUSTEN FILHO, entende que *"somente podem ser abrigadas no permissivo do inc. XIII contratações cujo objeto se enquadre no conceito de **pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional** ou **recuperação social de presos**"*.

O Tribunal de Contas da União, acolhendo o entendimento doutrinário que tem por necessária a pertinência absoluta entre o objeto da contratação e as finalidades institucionais elencadas de forma expressa na norma, fixou o entendimento de que é juridicamente viável a contratação direta de instituição para a realização de concursos públicos com fundamento no art. 24, XIII da Lei 8.666/93, desde que preenchidos todos os requisitos constantes no citado dispositivo e esteja demonstrado, com critérios objetivos, no seu plano estratégico ou em instrumento congênere, a essencialidade do preenchimento do cargo objeto do concurso público para o seu desenvolvimento institucional (TC-011.348/2002-5, Acórdão nº 569/2005 - TCU).

Em outras palavras, reconheceu o TCU que a contratação de instituição para a realização de concursos públicos pode, em determinadas hipóteses, inserir-se no conceito de desenvolvimento institucional mencionado na norma permissiva.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Como se vê, o interesse público a nortear a dispensa de licitação prende-se à essencialidade do cargo ou das respectivas atividades para o atingimento dos objetivos institucionais do Órgão contratante.

Em síntese, são esses os requisitos para justificar a contratação direta de pessoa jurídica para a realização de concurso público com fundamento no art. 24, XIII da Lei n. 8.666/93:

(a) a pessoa jurídica a ser contratada deve atender à qualificação expressa no texto legal, ou seja, seu estatuto ou regimento interno deve apontar como finalidade institucional a dedicação ao ensino, à pesquisa ou ao desenvolvimento institucional;

(b) tratar-se de pessoa jurídica sem fins lucrativos;

(c) a instituição a ser contratada deve gozar de inquestionável reputação ético-profissional;

(d) o objeto do contrato corresponder a uma dessas especialidades;

(e) o contrato deve possuir caráter *intuito personae*, de sorte que a execução das obrigações seja feita pela própria entidade, vedadas, a princípio, a subcontratação e a terceirização;

(f) a expressão "*desenvolvimento institucional*" deve compreender bem ou atividade sob a tutela da Constituição, conferindo à dispensa nota de excepcionalidade, não se destinando para a contratação de serviços corriqueiramente encontrados no mercado;

(g) deve estar demonstrada, no plano estratégico ou instrumento congênere da administração contratante, a essencialidade do preenchimento dos cargos para o desenvolvimento institucional, como medida indispensável ao atingimento dos objetivos institucionais da organização.

Compulsando os autos denota-se que o Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek cumpre os requisitos supramencionados, justificando desta forma sua aptidão para entrega do objeto.

A Administração, mesmo nos casos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, deve seguir procedimento interno, que, segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, destina-se a:

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Fls 90
Rubrica

"a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros;
b) determinar a presença dos pressupostos legais para contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários);
c) determinar a prática dos atos prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos, etc.);
d) definir o objeto do contrato e as condições básicas da contratação;
e) verificar a presença dos pressupostos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação."

Dessa forma, verifico se os autos se encontram devidamente instruídos:

a) Projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93). O projeto básico atende ao exigido no art. 6º, IX da Lei 8.666/93.

Não havendo ônus para a Administração na realização do concurso, eis que esse será realizado com os recursos arrecadados com o pagamento das taxas de inscrição, não há se falar em necessidade de apresentação de orçamento detalhado no projeto básico. De qualquer forma, exigiu-se a apresentação da planilha estimativa de custos pelas bancas interessadas.

No caso da Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, que ora se visa contratar, foi apresentada planilha de custos.

b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93). Não havendo ônus financeiro à Administração, inaplicável o dispositivo à espécie.

c) Habilitação jurídica (art. 28 da Lei 8.666/93). Foram juntados aos autos documentos que comprovam a
habilitação jurídica da Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek para contratar com a Administração.

d) Documentação relativa à regularidade fiscal (art. 29, Lei 8.666/93). As certidões alusivas à regularidade fiscal da entidade que se busca contratar foram juntadas aos autos.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Fls 91

e) Documentação relativa à Capacidade Técnica (art. 30, Lei 8.666/93). Constam do documento de atestados de capacidade técnica quanto à realização pretérita de objetos assemelhados ao que ora se pretende contratar.

f) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira (art. 31, Lei 8.666/93). Nos documentos de ID SEI 89973733 e 90189782 foram apresentadas as certidões e declarações quanto à qualificação econômico-financeira.

Julgo oportuno asseverar que a verificação quanto à regularidade dos documentos apresentados, bem como a avaliação de que seu teor se mostra idôneo para o preenchimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços demandados, por envolver matéria técnica alheia à seara jurídica, são atividades de competência exclusiva da Secretaria consulente.

Nesse sentido, registre-se que a Justificativa, apontou, de forma fundamentada, o cumprimento dos requisitos para a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnico-profissional e qualificação econômico-financeira.

Além dos requisitos acima expostos, estabelece o art. 26 da Lei 8.666/93:

> *"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia*
> *dos atos.*
>
> *Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*
> *(...)*
> *II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*
> *III - justificativa do preço.*
> *(...)"*

No que tange às razões de escolha do fornecedor, a Secretaria Municipal de Administração, esclareceu que o processo de escolha da melhor proposta se deu por meio de procedimento seletivo com regras objetivas, previamente fixadas no projeto básico submetido aos interessados.

Deve ser ressaltado que o mérito da escolha em comento, fundamentada nos termos acima transcritos, se insere no âmbito das atribuições técnicas e gerenciais da Secretaria consulente, não sendo

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

de competência desta Procuradoria a emissão de juízo de valor quanto aos critérios definidos no projeto básico, bem como quanto à avaliação das propostas ofertadas.

Nessa linha, considerando todo o exposto, essa Assessoria Jurídica entende que há possibilidade de contratação do Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, na modalidade de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993

2. DA CARTA CONTRATO – MINUTA

Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta Comissão Permanente de Licitação junta aos autos a Minuta de Contrato.

Nesse diapasão, observa-se que a Minuta do Contrato em epígrafe contém as cláusulas necessárias para formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidas na Lei Federal

3. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há nos autos motivação, Projeto Básico, Justificativa de Preço (planilha com pesquisa de mercado e propostas), dotação orçamentária, autorização do Ordenador de Despesas, estando assim, devidamente instruídos os autos, a contratação pode ser viabilizada através da contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, art. 24, XIII, Lei Federal nº 8.666/93.

Ante o exposto, o presente parecer é favorável pela possibilidade de contratação do Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, para a realização de concurso público no Município de Vargem Grande - MA, com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, nos termos expostos.

Não obstante, a referida contratação é uma contratação dispensável, e não dispensada, podendo mesmo assim o Gestor optar pela Licitação, se assim entender, por estar dentro de sua seara discricionária.

DISPOSITIVO

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada, entende-se por opinar neste parecer que, a licitação no caso é dispensável (arts. 24, XIII).

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Fls 93

ENCAMINHAMENTO

Encaminhem-se os autos ao Ordenador de Despesas para conhecimento e deliberação. Sugerindo, ademais, que assim como requerido pela Comissão Permanente de Licitação, sejam enviados os processos previamente à Controladoria Interna para análise.

- ✓ É o parecer. Sub Censura:
- ✓ ENCAMINHAMENTO:

Remeta-se os autos ao Ordenador de Despesas para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Vargem Grande – MA, 22 de dezembro de 2023.

Hugo Raphael Araujo de Mesquita
Assessor Jurídico/CPL
OAB/MA 17.018

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

fls 94
Rubrica

A Empresa
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
CNPJ 08.943.412/0001-77
Endereço: Rua São Luis, Edifícil Manoel Fernandes, sala 201, Centro – CEP: 65.930-00

Prezados senhores,

Tendo em vista que a referida empresa apresentou o menor orçamento para o objeto Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, solicitamos a empresa que caso haja interesse, nos termos constantes na minuta do contrato, que apresente documentação de habilitação nos seguintes termos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

b) **Ato Constitutivo**, **Estatuto ou Contrato Social**, e suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da:

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** da licitante, mediante apresentação da:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação de:

- Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
- Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa.

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação da:

- Certidão Negativa de Débitos de ISSQN;
- Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa, relativa aos tributos ISSQN e TLVF;
- Alvará de Localização e Funcionamento referente à sede da licitante. (Facultativo).

g) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, mediante apresentação da:

a. Certificado de Regularidade do **FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Fls 95
Rubrica

b. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (Lei Federal 12.440/2019), emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br);

c. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 60 (sessenta) dias; Caso a certidão mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, e que está cumprido regulamente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993;

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, vide Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário, acompanhados de Nota Explicativa exigida pela Lei 6.404/1976, Art. 176, parágrafo;

d. **Qualificação Técnica**

- Prova de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, por meio de apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do(a) licitante, por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

Vargem Grande - MA, em 20 de Dezembro de 2023.

RICARDO BARROS PEREIRA
Decreto nº 05/2023
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

Gmail

vargem grande <vargemgrande.licitacao@gmail.com>



Solicitação de Documentos Habilitatórios

Instituto Jk <institutojkma@gmail.com>
Para: vargem grande <vargemgrande.licitacao@gmail.com>

21 de dezembro de 2023 às 08:05

Bom Dia!!

Conforme solicitado segue em anexo toda documentação de Habilitação do Instituto JK.

Qualquer dúvida estou a disposição

- **CERTIDÕES - FISCAL E TRABALHISTA.zip**
- **HABILITAÇÃO JURÍDICA.zip**
- **QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA.zip**
- **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.zip**

Instituto Social da Cidadania **Juscelino Kubitschek**
CNPJ Nº 08.943.412/0001-77

[Texto das mensagens anteriores oculto]

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Fls. 97

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/08/2023 14:43:19

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**
CNPJ: **08.943.412/0001-77**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.943.412/0001-77 **MATRIZ**		**10/07/2007**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO JK	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
58.19-1-00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
58.21-2-00 - Edição integrada à impressão de livros
58.22-1-02 - Edição integrada à impressão de jornais não diários
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
60.10-1-00 - Atividades de rádio
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.11-2-00 - Educação infantil - creche
85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO LUIS	**635**	**APT 201 CXPST 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.930-000	**CENTRO**	**ACAILANDIA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOJKMA@GMAIL.COM	**(98) 8119-4199**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/04/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/10/2023** às **13:12:04** (data e hora de Brasília).

Página: **1/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.943.412/0001-77 **MATRIZ**		**10/07/2007**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.13-9-00 - Ensino fundamental
85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação
85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
85.91-1-00 - Ensino de esportes
85.93-7-00 - Ensino de idiomas
85.99-6-03 - Treinamento em informática
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
86.30-5-04 - Atividade odontológica
86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO LUIS	**635**	**APT 201 CXPST 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.930-000	**CENTRO**	**ACAILANDIA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOJKMA@GMAIL.COM	**(98) 8119-4199**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/04/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/10/2023** às **13:12:04** (data e hora de Brasília).

Página: **2/3**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Fls 100

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.943.412/0001-77 **MATRIZ**		**10/07/2007**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
87.11-5-01 - Clínicas e residências geriátricas
87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos
87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio
87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO LUIS	**635**	**APT 201 CXPST 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.930-000	**CENTRO**	**ACAILANDIA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOJKMA@GMAIL.COM	**(98) 8119-4199**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/04/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/10/2023** às **13:12:04** (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

Fls. 191

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:42:07 do dia 16/08/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/02/2024.
Código de controle da certidão: **68FB.7D0E.425A.09A2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.943.412/0001-77
Razão Social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Endereço: RUA CASTELO BRANCO 1013 / CENTRO / ACAILANDIA / MA / 65930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:14/12/2023 a 12/01/2024

Certificação Número: 2023121418581579374695

Informação obtida em 20/12/2023 23:30:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 103

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.943.412/0001-77
Certidão nº: 58322631/2023
Expedição: 20/10/2023, às 15:14:04
Validade: 17/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.943.412/0001-77**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 104
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 318265/23 **Data da** 03/11/2023 13:26:12

Inscrição Estadual: 128066148 **CPF/CNPJ:** 08943412000177

Razão Social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Endereço: RUA SAO LUIS, 635 APT 201 CXPST 01 CEP: 65930000 - CENTRO

Telefone: (98)81194199 **Município:** ACAILANDIA **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 02/03/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 03/11/2023 13:26:12

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 125
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 072676/23 **Data da** 04/10/2023 17:42:39

Inscrição Estadual: 128066148 **CPF/CNPJ:** 08943412000177

Razão Social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Endereço: RUA SAO LUIS, 635 APT 201 CXPST 01 CEP: 65930000 - CENTRO

Telefone: (98)81194199 **Município:** ACAILANDIA **UF:** MA

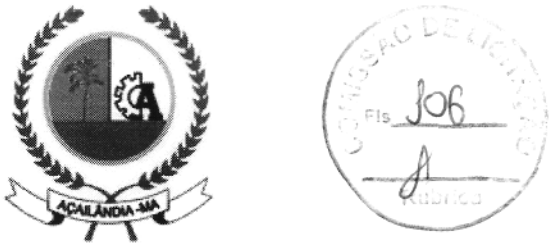
Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 01/02/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 20/10/2023 15:27:10



PREFEITURA DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA DE ECONOMINA E FINANÇAS
SUPERINTENDENCIA DA RECEITA TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO

DADOS DO CONTRIBUINTE

CNPJ/CPF: 08.943.412/0001-77 **CERTIDÃO Nº: 4829/2023**

NOME/RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK **Inscrição Municipal:** 3300005612

INICIO DAS ATIVIDADES: 25/05/2023

RUA: RUA: RUA. SÃO LUIS, 635, APT 201 CXPST 01, CEP - 65930-000

BAIRRO: CENTRO **CIDADE**: AÇAILÂNDIA

A Prefeitura do Município de AÇAILÂNDIA – MA, por intermédio do Departamento de Arrecadação, conforme preceitua os artigos 106 ao 113 e 136 ao 139 da Lei Complementar Municipal No 009/2016 – código Tributário Municipal, combinado com o disposto no artigo 205 da Lei Federal no 5.172/1966, que dispõe sobre o sistema tributário nacional, **CERTIFICA** que o contribuinte: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK** que possui o CNPJ: **08.943.412/0001-77** abaixo qualificado, encontra-se em situação regular perante a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL**, não constando débitos de natureza tributária e não tributária municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data. Fica, todavia, ressalvado o direito da Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados, ou que venham a ser apurados, conforme prerrogativa legal prevista artigo 149 da Lei Federa No 5.172/1966 c/c os artigos 62 a 71 da Lei Complementar Municipal No 009/2016.

Finalidade da Certidão: Diversos

Válida Até: 18/02/2024 **Código de Autenticidade: PID1PJ1**

consulte a autenticidade desta certidão em http://acailandia.famlex.com.br/fam-lex/servlet/hwpcconsautcert

CARTORIO DO 1º OFICIO DE ACAILANDIA-MA

07.504.590/0001-39
Oficial: Bel. Maria Ester Rodrigues de Sampaio
oficio1acai@yahoo.com.br
(099) 91910790/3538-2170
Escreventes Autorizados
Paulo Oliveira Sousa/Antônio Carlos Rodrigues de Sampaio

FIS. 107

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

B0117B781830580CB502DB988B6D2F90

ATO DE N..: 1328/2023

ULTIMOS..: 5 (CINCO) Anos

CERTIFICO, a requerimento verbal e ou escrito, da parte interessada,que revendo neste Cartório os livros de inscrição de Protestos dos Ultimos 5 (CINCO) Anos , neles constatei **não** haver **TITULO(S) OU LETRAS PROTESTADAS** em nome de: INST. SOCIAL DA CIDADANIA JUSC. KUBITSCHEK, CNPJ de Nº: 08.943.412/0001-77. Situada à RUA SAO LUIS, N 625, SALA 201 - CENTRO na cidade de AÇAILANDIA/MA Até a presente data.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE AÇAILÂNDIA/MA
Em cumprimento às Leis Complementares nº 221 e 222/2019.
Emolumentos serão acrescidos de 4% (quatro por cento) ao FEMP e 4% (quatro por cento) ao FADEP.

O referido é verdade e dou fé

AÇAILÂNDIA/MA 29 de Setembro de 2023

Poder Judiciário – TJMA. Selo: CERELE03018957AU0DCDR7JZ7F33, 29/09/2023 12:19:21, Ato: 17.5.5, Parte(s): INST. SOCIAL DA CIDADANIA JUSC. KUBITSCHEK, Total R$ 71,77 Emol R$ 64,67 FERC R$ 1,94 FADEP R$ 2,58 FEMP R$ 2,58 Consulte em https://selos.tjma.jus.br

Assinado com certificado digital: PAULIANA CHAVES ALMEIDA DE ARAUJO:01320391338 29/09/2023 12:18:17

Estado do Maranhão

SINTEGRA/ICMS

Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão

Secretaria da Fazenda

Fls 108

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 08.943.412/0001-77 **Inscrição Estadual:** 12.806614-8

Razão Social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA SAO LUIS

Número: 635 **Complemento:** APT 201 CXPST 01

Bairro: CENTRO

Município: ACAILANDIA **UF:** MA

CEP: 65930000 **DDD:** **Telefone:** 81194199

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 9430800 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
6204000	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
7020400	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
7220700	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
7320300	PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA
7490103	SERVIÇOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS
7490199	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7820500	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
7830200	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
8299799	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8511200	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
9499500	ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8512100	EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
8513900	ENSINO FUNDAMENTAL
8532500	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
8533300	EDUCAÇÃO SUPERIOR - PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
8541400	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO
8542200	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO
8550302	ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES
8591100	ENSINO DE ESPORTES
8593700	ENSINO DE IDIOMAS
8599603	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA
4761001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS
8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8599699	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8610101	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
8610102	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
8630501	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS
8630502	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES
8630503	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS
8630504	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA
8630506	SERVIÇOS DE VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO HUMANA
8630599	ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
5819100	EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS
8660700	ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
8690999	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8711501	CLÍNICAS E RESIDÊNCIAS GERIÁTRICAS

CNAEs Secundários	
Código	**Descrição CNAE**
8711502	INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS
8712300	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICÍLIO
8730199	ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8800600	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
9319101	PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS
9319199	OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9412099	OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS PROFISSIONAIS
5821200	EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO DE LIVROS
9493600	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE
3900500	DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS
4647802	COMÉRCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES
5822102	EDIÇÃO INTEGRADA A IMPRESSÃO DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS
5911199	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
5912099	ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
6010100	ATIVIDADES DE RÁDIO

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 26/09/2023

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/10/2010 - (5821200-5819100), 01/12/2010 - (6010100-4647802),

EDF a partir de: 26/05/2023,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 20/10/2023

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA TRIBUTÁRIA - SRT
RUA SÃO RAIMUNDO, Nº 55 - CENTRO - WHATSAPP: (99) 99110-9735
CNPJ 07.000.268/0001-72

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - 2023

Nº do Cadastro	Nº da Inscrição	Nº do Alvará	Validade
279488	3300005612	6427	31/12/2023

Contribuinte

Nome: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**
CPF/CNPJ: **08.943.412/0001-77**
RG/Insc. Est.: **-----**
Nome Fantasia: **INSTITUTO JK**

Endereço

Logradouro: **RUA. SÃO LUIS** Número: **635**
Complemento: **APT 201 CXPST 01** CEP: **65930000**
Bairro: **CENTRO**
Cidade: **AÇAILÂNDIA** Estado: **MA**

ATIVIDADE PRINCIPAL
9430800-ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS 8-ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA, SINDICATOS E CONGÊNERES

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Não Informado

CÓDIGO DO IMÓVEL	ÁREA COMERCIAL
4769	1.00 m²

OBSERVAÇÕES

RESTRIÇÕES Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e deprevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

Alvará 2023

Cod. Autenticidade		Data de Abertura
HHXSFPCAK44	**AÇAILÂNDIA-MA, 05/06/23**	**10/07/2007**

ESTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL Á FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL E RENOVADO ANUALMENTE

111

ATIVIDADE SECUNDÁRIA

6010100 - ATIVIDADES DE RADIO
7490103 - SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS
8730199 - ATIVIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDENCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9001999 - ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
9003500 - GESTAO DE ESPACOS PARA ARTES CENICAS, ESPETACULOS E OUTRAS ATIVIDADES ARTISTICAS
9311500 - GESTAO DE INSTALACOES DE ESPORTES
9319101 - PRODUCAO E PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS
8550302 - ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES
7112000 - SERVICOS DE ENGENHARIA

Cod. Autenticidade		Data de Abertura
HHXSFPCAK44	**AÇAILÂNDIA-MA, 05/06/23**	**10/07/2007**

TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
4 NOVEMBRO DE 1813

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição de Açailândia

112

CERTJUDONE-SJDA - 4562023
Código de validação: 63BE35AF05

Número da guia: 23102201001667432.

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO,** a requerimento de pessoa interessada, que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio,** a partir do mês de agosto (08) do ano de mil novecentos e noventa e um (1991) até o dia **19 de dezembro de 2023**, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de pedido de **Falência ou Recuperação Judicial** contra: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**, inscrita no **CNPJ nº 08.943.412/0001-77**. **CERTIFICO,** finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente nesta cidade e Termo Judiciário de Açailândia. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Dr. José de Ribamar Fiquene", nesta cidade de Açailândia, Estado do Maranhão. Eu, **Fernando Amaral Rodrigues**, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 191809, consultei, digitei, subscrevo e assino digitalmente.

FERNANDO AMARAL RODRIGUES
Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Intermediária
Secretaria Judicial de Distribuição de Açailândia
Matrícula 191809

OBSERVAÇÃO:
O CNPJ constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas nos sistemas Themis PG e Processo Judicial Eletrônico (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE AÇAILÂNDIA/MA**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
113
Rubrica

CEP: 65930-000 – Fone: (99) 3311-3432
Gmail: distribuicao_aca@tjma.jus.br

Documento assinado. AÇAILÂNDIA, 20/12/2023 17:46 (FERNANDO AMARAL RODRIGUES)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
114
Rubrica

Balanço Patrimonial

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77 Fontes Contábil
Endereço: AV SANTA LUZIA , Complemento: QUADRA 02, LOTE 11, N.º: 11, Bairro: PARQUE DAS NACOES, Cidade: Açailândia, Estado: MA, CEP: 65930000, Telefone: (98) 982601156

Conta	Descrição	31/12/2022
1	*** Ativo ***	154.277,84 D
1.01	Ativo Circulante	77.177,84 D
1.01.01	Disponibilidades	7.682,90 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	7.682,90 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	7.682,90 D
1.01.01.01.01.0002	Banco conta Movimento	7.682,90 D
1.01.03	Clientes	5.544,94 D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	5.544,94 D
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	5.544,94 D
1.01.03.01.01.0001	Doações a Receber	5.544,94 D
1.01.15	Estoques	63.950,00 D
1.01.15.01	Estoques em Estabelecimentos Próprios	63.950,00 D
1.01.15.01.02	Estoques de Materiais	63.950,00 D
1.01.15.01.02.0001	Matérias Doados a Distribuir	63.950,00 D
1.07	Ativo não Circulante	77.100,00 D
1.07.04	Imobilizado	77.100,00 D
1.07.04.01	Bens em Operação	77.100,00 D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	77.100,00 D
1.07.04.01.01.0001	Terrenos	20.700,00 D
1.07.04.01.01.0004	Veículos	30.000,00 D
1.07.04.01.01.0005	Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	26.400,00 D
Total Ativo		154.277,84 D
2	*** Passivo ***	154.277,84 C
2.01	Passivo Circulante	50.826,00 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	50.826,00 C
2.01.01.01	Fornecedores	50.826,00 C
2.01.01.01.01	Fornecedores Nacionais	50.826,00 C
2.01.01.01.01.0001	Fornecedores Diversos	50.826,00 C
2.08	Patrimônio Social	103.451,84 C
2.08.07	Outras Contas	103.451,84 C
2.08.07.01	Outras Contas	103.451,84 C
2.08.07.01.01	Superávits Acumulados	103.451,84 C
2.08.07.01.01.0001	Superávits Acumulados	103.451,84 C
Total Passivo		154.277,84 C

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 154.277,84 (Cento e Cinqüenta e Quatro Mil Duzentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Quatro Centavos) .

Açailândia-MA, 31 de Dezembro de 2022

2º OFÍCIO

Jessica Silva e Silva
JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

Thalyta Nunes Botelho
THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

7º Tabelionato

Cartório do 2º Ofício
Ca Devanir Garcia
Tabeliã
(99) 3538-9055
Açailândia-MA

2º Ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabeliã: Devanir Garcia / Tabeliã Substituta: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 6,02 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia-MA, 14 de agosto de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027QTZM4RILWNUB53T36
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dall Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 2109-2268

RECONHECO, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 14/08/2023 11:41:42 Luís Felipe 5664

Luís Felipe Mendes Braz - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794VLRTQHULM0GZW78 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício
Tabelionato de Notas
Açailândia-MA

7º TABELIONATO DE NOTAS
São Luís-MA

Fim

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Folha Contábil
Rubrica

Índices Financeiros

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ					
ÍNDICE		FÓRMULAS		VALORES	ÍNDICE
LIQUIDEZ GERAL	=	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	=	77.177,84 / 50.826,00	1,52
LIQUIDEZ CORRENTE	=	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	=	77.177,84 / 50.826,00	1,52
SOLVENCIA GERAL	=	ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	=	154.277,84 / 50.826,00	3,04

Açailândia-MA, 31 de Dezembro de 2022

Jessica Silva e Silva
JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

Thalyta Nunes Botelho
7º Tabellionato
THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

7º TABELIONATO DE NOTAS
São Luís-MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 9, quadra 01, Turiaçu - CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão - (98) 3256-2366
RECONHECO, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 14/08/2023 11:41:37 Luís Felipe 6365
Luís Felipe Mendes Braz - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794GUX0YSCMPESODR04 - Ato: 1317.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
116
Rubrica

DMPL

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

01/01/2022 a 31/12/2022	Patrimonio Social	Reserva de Capital , Opções outorgadas e Ações e Tesouraria	Reserva de Lucros	Superávit/ Défict	Outros Resultados Abrangentes	Totais
Saldos Iniciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gasto com Emissão de Acões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Opções Outorgadas Reconhecidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações em Tesouraria Adquirida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações em Tesouraria Vendidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Socios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Instrumentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equiv. Patrim. s/ Ganhos Abrang. de Coligadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Conversão do Periodo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributo s/ Ajuste de Convesão do Periodo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Resultados Abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Instrum. Financ. Reclassificação p/ Resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização da Reserva de Reavalição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação de Resultados Abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro Liquido do Periodo	0,00	0,00	0,00	**103.451,84**	0,00	0,00
Constituição de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Finais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.451,84**	**0,00**	**0,00**

Açailândia-MA, 31 de Dezembro de 2022

Jessica Silva e Silva
JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

7º Tabellonato
Thalyta Nunes Botelho
THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

TABELIONATO DE NOTAS
São Luís-MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Luiz Matos de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, quadra D, Cohama, CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão - (98) 3256-7266
RECONHECO, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 14/08/2023 11:41:39 Luís Felipe 19185
Luís Felipe Mendes Braz - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794ST1D37CLYOH05J22 - Ato: 13 17 2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT030270UZJMIOL4PZGHK901
18/08/2023 16:53:40, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
117
Rubrica

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV0302709D48OXLPM0VGCX62
18/08/2023 16:54:23, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 24,08 Emol R$ 21,76 FERC R$ 0,64 FADEP R$ 0,84 FEMP R$ 0,84 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia - Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Protocolo: 15679, Registro: 11738, Livro B - 141 Fls 68 - 71

Poder Judiciário – TJMA, Selo: REGTER0302707LU9P1C6O2EM8729, 18/08/2023 16:41:18, Ato: 16.7.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Angelo Garcia - Tabelião Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Cartório do 2º Ofício
Escrivão
(99) 3538-9055
Açailândia - MA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua São Francisco, nº 1124 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

Nº 017.327

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rubrica

CERTIDÃO POSITIVA

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro de Títulos e Documentos** neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia – MA, constatei o seguinte registro: Livro B-141, às Folhas 068/071, protocolizado e digitalizado sob o nº 15.679 e registrado sob o nº 11.738, em data de 18/08/2023; Encontra-se devidamente registradas(a) o(a): **BALANÇO PATRIMONIAL, EXERCÍCIO 01/01/2022 A 31/12/2022 que faz, INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**. O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 18 de agosto de 2023.

Em test.º da verdade.

Angelo Garcia
Tabelião Substituto

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270IN84RK3E57NEDX97
18/08/2023 16:51:32, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Escrivão
99 3538-9055
Açailândia - MA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 119
Rubrica

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 8 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 8 em uma via, todas elas já escrituradas como LIVRO DIÁRIO nº 1, referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK estabelecida no(a) RUA SÃO BENTO, bairro VILA TANCREDO, CEP 65.930-000, cidade ACAILÂNCIA, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 08.943.412/0001-77

Açailândia-MA, 1 de Janeiro de 2022

2º OFÍCIO

Jessica Silva e Silva

JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

Thalyta Nunes Botelho

7º Tabelionato

THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol: R$6,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$6,82. Açailândia-MA, 18 de agosto de 2023.

(Escrevente Autorizada)
Selo RECFIR80270ZHD7NACHIBEBJ17
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, Quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 3250-2266

RECONHECO, por autenticidade, a(s) firma(s) de
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 14/08/2023 11:41:41 Luis Felipe 32013

Luís Felipe Mendes Braz - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794XDWLKJC5DUOEB13 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas: R$6,02 Total: R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

TABELIONATO DE NOTAS São Luís-MA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 120

Fonte: Pública

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
03/01/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber	Vlr. ref. a doações a receber para o mês de Janeiro/2022.	0001	001	167726	5.600,00	
03/01/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações	Vlr. ref. a doações a receber para o mês de Janeiro/2022.	0001	001	167726		5.600,00
03/01/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento	Vlr. ref. a recebimento de receita.	0001	001	167794	4.000,00	
03/01/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações	Vlr. ref. a recebimento de receita.	0001	001	167794		4.000,00
					Totais do dia 03:	**9.600,00**	**9.600,00**
06/01/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167728	198,45	
06/01/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167728		198,45
					Totais do dia 06:	**198,45**	**198,45**
11/01/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ	Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167730	1.000,00	
11/01/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber	Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167730		1.000,00
					Totais do dia 11:	**1.000,00**	**1.000,00**
					Totais do mês de Janeiro:	**10.798,45**	**10.798,45**
02/02/2022	1.07.04.01.01.0004 - Veículos	Vlr. ref. a veículo recebido como doação no valor de R$ 30.000,00 para utilização nas atividades da entidade.	0001	001	167733	30.000,00	
02/02/2022	4.01.01.01.05.0004 - Doações/Subvenções	Vlr. ref. a veículo recebido como doação no valor de R$ 30.000,00 para utilização nas atividades da entidade.	0001	001	167733		30.000,00
					Totais do dia 02:	**30.000,00**	**30.000,00**
04/02/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber	Vlr. ref. a doações a receber para o mês de Fevereiro/2022.	0001	001	167734	4.300,00	
04/02/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações	Vlr. ref. a doações a receber para o mês de Fevereiro/2022.	0001	001	167734		4.300,00
					Totais do dia 04:	**4.300,00**	**4.300,00**
05/02/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167735	122,54	
05/02/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167735		122,54
					Totais do dia 05:	**122,54**	**122,54**
10/02/2022	1.01.15.01.02.0001 - Matérias Doados a Distribuir	Vlr. ref. a recebimento de materiais para aplicação na cultura e arte	0001	001	167737	21.500,00	
10/02/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações	Vlr. ref. a recebimento de materiais para aplicação na cultura e arte	0001	001	167737		21.500,00
10/02/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						

Continua...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 191
Rubrica

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77 Fortes Contábil
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167738	500,00	
10/02/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167738		500,00
					Totais do dia 10:	**22.000,00**	**22.000,00**
25/02/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167740	5.166,00	
25/02/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167740		5.166,00
					Totais do dia 25:	**5.166,00**	**5.166,00**
					Totais do mês de Fevereiro:	**61.588,54**	**61.588,54**
03/03/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167741	180,06	
03/03/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167741		180,06
					Totais do dia 03:	**180,06**	**180,06**
09/03/2022	1.01.15.01.02.0001 - Matérias Doados a Distribuir						
		Vlr. ref. a recebimento de materiais para na plicação na cultura e arte.	0001	001	167742	27.450,00	
09/03/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vlr. ref. a recebimento de materiais para na plicação na cultura e arte.	0001	001	167742		27.450,00
					Totais do dia 09:	**27.450,00**	**27.450,00**
10/03/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167743	500,00	
10/03/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167743		500,00
					Totais do dia 10:	**500,00**	**500,00**
11/03/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços juridicos.	0001	001	167744	1.000,00	
11/03/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços juridicos.	0001	001	167744		1.000,00
					Totais do dia 11:	**1.000,00**	**1.000,00**
25/03/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167745	5.166,00	
25/03/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167745		5.166,00
					Totais do dia 25:	**5.166,00**	**5.166,00**
					Totais do mês de Março:	**34.296,06**	**34.296,06**
05/04/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167746	205,14	

Continua...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 129
Pág. Rubrica

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
05/04/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167746		205,14
					Totais do dia 05:	**205,14**	**205,14**
10/04/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167747	500,00	
10/04/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167747		500,00
					Totais do dia 10:	**500,00**	**500,00**
11/04/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Juridica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços juridicos.	0001	001	167748	1.000,00	
11/04/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços juridicos.	0001	001	167748		1.000,00
					Totais do dia 11:	**1.000,00**	**1.000,00**
16/04/2022	1.07.04.01.01.0001 - Terrenos						
		Vlr. ref. a recebimento de terreno doado, sendo que o doador não fixou termo de uso do imobilizado.	0001	001	167749	20.700,00	
16/04/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vlr. ref. a recebimento de terreno doado, sendo que o doador não fixou termo de uso do imobilizado.	0001	001	167749		20.700,00
					Totais do dia 16:	**20.700,00**	**20.700,00**
25/04/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de nassociações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167751	5.166,00	
25/04/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de nassociações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167751		5.166,00
					Totais do dia 25:	**5.166,00**	**5.166,00**
					Totais do mês de Abril:	**27.571,14**	**27.571,14**
07/05/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167752	200,11	
07/05/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167752		200,11
					Totais do dia 07:	**200,11**	**200,11**
10/05/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167753	500,00	
10/05/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167753		500,00
					Totais do dia 10:	**500,00**	**500,00**
11/05/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Juridica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços juridicos.	0001	001	167754	1.000,00	
11/05/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços juridicos.	0001	001	167754		1.000,00

Continua...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 193
Rubrica

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
					Totais do dia 11:	**1.000,00**	**1.000,00**
25/05/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto	0001	001	167756	5.166,00	
25/05/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto	0001	001	167756		5.166,00
					Totais do dia 25:	**5.166,00**	**5.166,00**
					Totais do mês de Maio:	**6.866,11**	**6.866,11**
10/06/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167759	500,00	
10/06/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167759		500,00
					Totais do dia 10:	**500,00**	**500,00**
11/06/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167760	1.000,00	
11/06/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167760		1.000,00
					Totais do dia 11:	**1.000,00**	**1.000,00**
16/06/2022	1.01.15.01.02.0001 - Matérias Doados a Distribuir						
		Vlr. ref. a recebimento de materiais.	0001	001	167761	15.000,00	
16/06/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vlr. ref. a recebimento de materiais.	0001	001	167761		15.000,00
					Totais do dia 16:	**15.000,00**	**15.000,00**
25/06/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167762	5.166,00	
25/06/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167762		5.166,00
					Totais do dia 25:	**5.166,00**	**5.166,00**
					Totais do mês de Junho:	**21.666,00**	**21.666,00**
06/07/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica do Instituto.	0001	001	167763	255,06	
06/07/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica do Instituto.	0001	001	167763		255,06
					Totais do dia 06:	**255,06**	**255,06**
10/07/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167764	500,00	
10/07/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167764		500,00
					Totais do dia 10:	**500,00**	**500,00**
11/07/2022	1.07.04.01.01.0005 - Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais						
		Vlr. ref. a recebimento de móveis e utensílios.	0001	001	167765	11.400,00	

Continua...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 124
Rubrica
Fortes Contabil

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
11/07/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vlr. ref. a recebimento de móveis e utensilios.	0001	001	167765		11.400,00
11/07/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167766	1.000,00	
11/07/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167766		1.000,00
					Totais do dia 11:	**12.400,00**	**12.400,00**
25/07/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167767	4.166,00	
25/07/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167767		4.166,00
					Totais do dia 25:	**4.166,00**	**4.166,00**
					Totais do mês de Julho:	**17.321,06**	**17.321,06**
10/08/2022	1.07.04.01.01.0005 - Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais						
		Vlr. ref. a recebimento de móveis como forma de doação, sendo que o doador não fixou termos de uso.	0001	001	167769	15.000,00	
10/08/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vlr. ref. a recebimento de móveis como forma de doação, sendo que o doador não fixou termos de uso.	0001	001	167769		15.000,00
10/08/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167770	500,00	
10/08/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167770		500,00
					Totais do dia 10:	**15.500,00**	**15.500,00**
11/08/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167771	1.000,00	
11/08/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167771		1.000,00
					Totais do dia 11:	**1.000,00**	**1.000,00**
25/08/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167772	4.166,00	
25/08/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167772		4.166,00
25/08/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a recebimento de receita - doações, mês 08/2022.	0001	001	167795	5.000,00	
25/08/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vlr. ref. a recebimento de receita - doações, mês 08/2022.	0001	001	167795		5.000,00
					Totais do dia 25:	**9.166,00**	**9.166,00**

Continua...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 128
Rubrica

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
					Totais do mês de Agosto:	**25.666,00**	**25.666,00**
10/09/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a doações a receber para o mês de Setembro/2022.	0001	001	167774	9.900,00	
10/09/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vlr. ref. a doações a receber para o mês de Setembro/2022.	0001	001	167774		9.900,00
10/09/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167775	500,00	
10/09/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167775		500,00
					Totais do dia 10:	**10.400,00**	**10.400,00**
11/09/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167776	154,80	
11/09/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167776		154,80
11/09/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167777	1.000,00	
11/09/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167777		1.000,00
					Totais do dia 11:	**1.154,80**	**1.154,80**
25/09/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto	0001	001	167778	4.166,00	
25/09/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto	0001	001	167778		4.166,00
					Totais do dia 25:	**4.166,00**	**4.166,00**
					Totais do mês de Setembro:	**15.720,80**	**15.720,80**
05/10/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167779	211,00	
05/10/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento						
		Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica Instituto.	0001	001	167779		211,00
					Totais do dia 05:	**211,00**	**211,00**
10/10/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167780	500,00	
10/10/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167780		500,00
					Totais do dia 10:	**500,00**	**500,00**
11/10/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167781	1.000,00	
11/10/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167781		1.000,00

Continua...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 126
Rubrica

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Fortes Contábil

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
				Totais do dia 11:		**1.000,00**	**1.000,00**
25/10/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral	Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167782	4.166,00	
25/10/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos	Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167782		4.166,00
				Totais do dia 25:		**4.166,00**	**4.166,00**
				Totais do mês de Outubro:		**5.877,00**	**5.877,00**
10/11/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ	Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167783	500,00	
10/11/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber	Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167783		500,00
				Totais do dia 10:		**500,00**	**500,00**
11/11/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ	Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167784	1.000,00	
11/11/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber	Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167784		1.000,00
				Totais do dia 11:		**1.000,00**	**1.000,00**
21/11/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica do Instituto.	0001	001	167785	180,00	
21/11/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica do Instituto.	0001	001	167785		180,00
				Totais do dia 21:		**180,00**	**180,00**
25/11/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral	Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167787	4.166,00	
25/11/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos	Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167787		4.166,00
				Totais do dia 25:		**4.166,00**	**4.166,00**
				Totais do mês de Novembro:		**5.846,00**	**5.846,00**
01/12/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica do Instituto.	0001	001	167788	215,00	
01/12/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento	Vlr. ref. a pagamento de energia eletrica do Instituto.	0001	001	167788		215,00
				Totais do dia 01:		**215,00**	**215,00**
05/12/2022	1.01.01.01.01.0002 - Banco conta Movimento	Vlr. ref. a recebimento de receita - doações, mês 12/2022.	0001	001	167789	3.350,00	
05/12/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações	Vlr. ref. a recebimento de receita - doações, mês 12/2022.	0001	001	167789		3.350,00
				Totais do dia 05:		**3.350,00**	**3.350,00**
10/12/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						

Continua...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 127
Rubrica
Fortes Contábil

Livro Diário Nº. 1

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022
Endereço: RUA SÃO BENTO, N.º: 209, Bairro: VILA TANCREDO, Cidade: ACAILANDIA, Estado: MA, CEP: 65.930-000.

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167790	500,00	
10/12/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços contábeis.	0001	001	167790		500,00
					Totais do dia 10:	**500,00**	**500,00**
11/12/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços jurídicos.	0001	001	167791	1.500,00	
11/12/2022	1.01.03.01.01.0001 - Doações a Receber						
		Vlr. ref. a pagamento de serviços juridicos.	0001	001	167791		1.500,00
					Totais do dia 11:	**1.500,00**	**1.500,00**
25/12/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167792	4.166,00	
25/12/2022	2.01.01.01.01.0001 - Fornecedores Diversos						
		Vlr. ref. a custos para atividades de associações de defesa de direitos sociais do Instituto.	0001	001	167792		4.166,00
					Totais do dia 25:	**4.166,00**	**4.166,00**
31/12/2022	4.01.01.01.05.0004 - Doações/Subvenções						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796	30.000,00	
31/12/2022	4.01.01.01.05.0006 - Receita de Doações						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796	143.200,00	
31/12/2022	6.01 - Apuração do Exercício						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796	1.922,16	
31/12/2022	6.01 - Apuração do Exercício						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796	5.500,00	
31/12/2022	6.01 - Apuração do Exercício						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796	11.500,00	
31/12/2022	6.01 - Apuração do Exercício						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796	50.826,00	
31/12/2022	6.01 - Apuração do Exercício						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796	103.451,84	
31/12/2022	2.08.07.01.01.0001 - Superávits Acumulados						
		Vr. ref. a superávits do exercício.	0001	001	167796		103.451,84
31/12/2022	4.01.03.02.04.0001 - Custo Para as Demais Atividades em Geral						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796		50.826,00
31/12/2022	4.01.07.01.01.0055 - Energia Elétrica						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796		1.922,16
31/12/2022	4.01.07.01.01.0067 - Assessoria Jurídica - PJ						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796		11.500,00
31/12/2022	4.01.07.01.01.0074 - Assessoria Contábil - PJ						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796		5.500,00
31/12/2022	6.01 - Apuração do Exercício						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796		30.000,00
31/12/2022	6.01 - Apuração do Exercício						
		Vr.encerramento do exercício de 2022.	0001	001	167796		143.200,00
					Totais do dia 31:	**346.400,00**	**346.400,00**
					Totais do mês de Dezembro:	**356.131,00**	**356.131,00**

Fim

Poder Judiciário – TJMA
Selo: REGTER030270IJCHR3L51DVAYP10
18/08/2023 15:27:36, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 45,95 Emol R$ 41,45 FERC R$ 1,20 FADEP R$ 1,65 FEMP R$ 1,65 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT030270LYY2KULU7G7IU121
18/08/2023 15:30:10, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV030270R07OONU9FCO2P782
18/08/2023 15:30:44, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 60,20 Emol R$ 54,40 FERC R$ 1,60 FADEP R$ 2,10 FEMP R$ 2,10 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 128
Rubrica

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 8 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 8 em uma via, todas elas já escrituradas como LIVRO DIÁRIO nº 1, referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK estabelecida no(a) RUA SÃO BENTO, bairro VILA TANCREDO, CEP 65.930-000, cidade ACAILÂNCIA, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 08.943.412/0001-77

2º OFÍCIO

Açailândia-MA, 31 de Dezembro de 2022

JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

7º Tabellionato

THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 5,40 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia-MA, 18 de agosto de 2023
Francisca Joslene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR[illegible]27CKTTSU27CLWC60BB92
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Devanir Garcia
Tabeliã
(99) 3538-9055
Açailândia-MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de la Touche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 3256-2.[illegible]

RECONHECO. por autenticidade. a(s) firma(s) de:
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 14/08/2023 11:41:40 Luís Felipe 25598
Luís Felipe Mendes Braz - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794LW127ACTWSFDCF92 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

TABELIONATO DE NOTAS
São Luís-MA

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel. (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Protocolo: 15677, Registro: 11736, Livro B - 141 Fls 56 - 65

Poder Judiciário – TJMA, Selo: REGTER030270XFGKTT3EDQYI2X01, 18/08/2023 15:16:54, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Angelo Garcia - Tabelião Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Escrivão
(99) 3538-9055
Açailândia-MA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua São Francisco, nº 1124 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

COMISSÃO DE LI... Fls. 129 Rubrica

Nº 017.325

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO POSITIVA

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro de Títulos e Documentos** neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia – MA, constatei o seguinte registro: Livro B-141, às Folhas 056/065, protocolizado e digitalizado sob o nº 15.677 e registrado sob o nº 11.736, em data de 18/08/2023; Encontra-se devidamente registradas(a) o(a): **LIVRO CONTÁBIL, DO PERIÚDO 01/01/2022 A 31/12/2022 que faz, INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**. O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 18 de agosto de 2023.

Em test.º _____ da verdade.

Angelo Garcia
Tabelião Substituto

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraidas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID0302700BJ7YUL5VID6JD98
18/08/2023 15:46:48, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício ... Açailândia ...

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 130 Rubrica

INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
CNPJ: 08.943.412/0001-77
Endereço: Rua São Bento, nº 209, Bairro: Vila Tancredo, Cidade: Açailândia – MA, CEP: 65.930-000.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

I – OBJETIVOS DA ENTIDADE E CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, é uma associação de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos com descrição de atividade econômica 9430-8/00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 5911-1/99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; 0230-6/00 - Atividades de apoio à produção florestal; 8591-1/00 - Ensino de esportes; 8511-2/00 - Educação infantil – creche; 8630-5/06 - Serviços de vacinação e imunização humana; 8512-1/00 - Educação infantil - pré-escola; 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 7320-3/00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública; 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 3600-6/02 - Distribuição de água por caminhões; 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; 6010-1/00 - Atividades de rádio; 7490-1/03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias; 8513-9/00 - Ensino fundamental; 9319-1/01 - Produção e promoção de eventos esportivos; 8711-5/02 - Instituições de longa permanência para idosos; 8532-5/00 - Educação superior - graduação e pós-graduação; 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; 5821-2/00 - Edição integrada à impressão de livros; 8533-3/00 - Educação superior - pós-graduação e extensão; 8599-6/03 - Treinamento em informática; 8711-5/01 - Clínicas e residências geriátricas; 7112-0/00 - Serviços de engenharia; 7820-5/00 - Locação de mão-de-obra temporária; 8730-1/99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente; 8630-5/04 - Atividade odontológica; 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; 8690-9/99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; 9001-9/99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente; 8412-4/00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais; 7220-7/00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas; 5822-1/02 - Edição integrada à impressão de jornais não diários; 8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; 9003-5/00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; 8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde; 8593-7/00 - Ensino de idiomas; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 9311-5/00 - Gestão de instalações de esportes.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.121/08, que

aprovou a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas Folha: 617 explicativas das entidades sem finalidade de lucro e Resolução n.º 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. Os relatórios ora publicados estão adequados à Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 131
Rubrica

III - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais procedimentos contábeis mais relevantes adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram os seguintes:

A) Receitas e Despesas

As receitas com a prestação de serviço pela atividade de associações de defesa de direitos sociais - foram reconhecidas em conformidade ao regime de caixa, pois, a entidade executou-se da atividade para receber pela prestação de serviço executada. As despesas foram registradas em conformidade ao Princípio da Competência dos Exercícios.

B) Imobilizado

Os bens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear. As taxas utilizadas são estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, com base no decreto lei 3.000/1999.

C) Patrimônio Social

Esse saldo é representado pelo patrimônio inicial da entidade, acrescido das prestações de serviços, bem como, doações, subvenções, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição.

IV – BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – DISPONIBILIDADES

a) A conta "Bancos Conta Movimento" representa o somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas.

NOTA 2 – IMOBILIZADO

Os componentes do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou valor original, deduzidas as respectivas depreciações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica, conforme Instrução Normativa SRF nº 162/1998, bem como Resolução nº 1.177, de 01.01.2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

DE LICITAÇÃO
132

NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE

Passivo da entidade está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício. Sendo que os fornecedores de materiais e serviços estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 4 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Os recursos que compõem este grupo são acrescidos das doações, subvenções, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição.

2º OFÍCIO

Açailândia-MA, 31 de Dezembro de 2022

7º Tabellonato

Jessica Silva e Silva
JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

Thalyta Nunes Botelho
THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol R$ 8,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 8,82 Açailândia MA, 18 de agosto de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027O766BRRLME5ZFGH96
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício Devanir Garcia Escrevente (99) 3538-9055 Açailândia - MA

2º OFÍCIO

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 61, quadra D, Cohama, CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão - (98) 3256-2366

RECONHECO, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 14/08/2023 11:41:38 Luís Felipe 12774

Luís Felipe Mendes Braz - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO: TJMA
Selo: RECFIR156794HVJONMCRUE22FZ35 Ato: 13.17.7
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

TABELIONATO DE NOTAS São Luís-MA

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Protocolo: 15681, Registro: 11740, Livro B - 141 Fls 72 - 75

Poder Judiciário - TJMA, Selo: REGTER0302704T7ZYOL7Z6192X91, 18/08/2023 17:11:52, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Angelo Garcia - Tabelião Substituto

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Cartório do 2º Ofício Devanir Garcia Escrevente (99) 3538-9055 Açailândia - MA

Poder Judiciário – TJMA

Selo: PRENOT030270ZX7861CHTE2BHJ18

18/08/2023 17:18:38, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 133
Rubrica

Poder Judiciário – TJMA

Selo: ARQUIV030270QL9ZXZUQMQFIY339

18/08/2023 17:19:17, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Total R$ 24,08 Emol R$ 21,76 FERC R$ 0,64 FADEP R$ 0,84 FEMP R$ 0,84 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua São Francisco, nº 1124 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

COMISSÃO DE L... Fls 134 Rubrica

Nº 017.328

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO POSITIVA

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro de Títulos e Documentos** neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia – MA, constatei o seguinte registro: Livro B-141, às Folhas 072/075, protocolizado e digitalizado sob o nº 15.681 e registrado sob o nº 11.740, em data de 18/08/2023; Encontra-se devidamente registradas(a) o(a): **NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022 que faz, INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**. O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 18 de agosto de 2023.

Em test.º _____ da verdade.

Angelo Garcia
Tabelião Substituto

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270BKIBI531L4H7KT15
18/08/2023 17:24:15, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício Devanir Garcia Escrivão (99) 3538-9055 Açailândia - MA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 132
Rubrica

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77 Fontes Contábil
Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos
Endereço: AV SANTA LUZIA , Complemento: QUADRA 02, LOTE 11, N.º: 11, Bairro: PARQUE DAS NACOES, Cidade: Açailândia, Estado: MA, CEP: 65930000, Telefone: (98) 982601156

Conta	Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022
(+) 010	Receita Bruta Operacional	173.200,00
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	173.200,00
010.01.05	Outras Atividades	173.200,00
(=) 030	Receita Líquida	173.200,00
(-) 040	Custo Serviços e Produtos Vendidos	50.826,00
040.02	Custo Serviços Prestados	50.826,00
040.02.04	Custo Serv. Prest para Demais Atividades	50.826,00
(=) 060	Lucro Bruto	122.374,00
(-) 070	Despesas Operacionais	18.922,16
070.01	Despesas Operacionais	18.922,16
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	103.451,84

2º OFÍCIO

Açailândia-MA, 31 de Dezembro de 2022

Jessica Silva e Silva
JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

Thalyta Nunes Botelho
THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

7º Tabellionato

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 6,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total: R$ 6,02. Açailândia - MA, 14 de agosto de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR30270SIP0XEKUQ9NHGQB14
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Tabeliã
(99) 3538-9055
Açailândia - MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, quadra D, Coroadinho CEP 65.054-115 - São Luís - Maranhão (98) 3286-3266

RECONHECO, por autenticidade, a(s) firma(s) de
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 14/08/2023 11:41:43 Luís Felipe 12083

Luís Felipe Mendes Braz - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794TLOAB5CA35HS0F31 Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

SELO DE AUTENTICIDADE

SÃO LUÍS-MA

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

Protocolo: 15678, Registro: 11737, Livro B - 141 Fls 66 - 67

Poder Judiciário – TJMA, Selo: REGTIT030270Q0X2SKUBWF0TEB14, 18/08/2023 15:55:58, Ato: 15.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, Total R$ 1.217,49 Emol R$ 1.096,85 FERC R$ 32,90 FADEP R$ 43,87 FEMP R$ 43,87 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Angelo Garcia - Tabelião Substituto
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Tabeliã
(99) 3538-9055
Açailândia - MA

Fim

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT030270U1KGHOLOKYDUTL17
18/08/2023 16:04:02, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 136
Rubrica

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV030270IH48AE35T8D1C582
18/08/2023 16:04:59, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 12,04 Emol R$ 10,88 FERC R$ 0,32 FADEP R$ 0,42 FEMP R$ 0,42 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua São Francisco, n° 1124 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

Nº 017.326

COMISSÃO DE LIC... Fls. 137 Rubrica

CERTIDÃO POSITIVA

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro de Títulos e Documentos** neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia – MA, constatei o seguinte registro: Livro B-141, às Folhas 066/067, protocolizado e digitalizado sob o n° 15.678 e registrado sob o n° 11.737, em data de 18/08/2023; Encontra-se devidamente registradas(a) o(a): **DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, 01/01/2022 A 31/12/2022 que faz, INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**. O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 18 de agosto de 2023.

Em test.º ____ da verdade.

Angelo Garcia
Tabelião Substituto

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270N7HSWCLXNA39OP61
18/08/2023 16:28:05, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício Devanir Garcia Escrivão (99) 3538-9055 Açailândia - MA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO MARANHÃO

Categoria
CONTADORA

Nº Registro
MA-015348/O-8

Nome
Thalyta Nunes Botelho

Nascimento
09/01/1998

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
VIANA-MA



Thalyta Nunes Botelho

Assinatura do Profissional

Filiação
JOAO RAIMUNDO PINTO BOTELHO
JOSELENA NUNES BOTELHO

CPF
610.244.963-09

Documento de Identificação
0442134620121
SESP-MA

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Data de Registro
04/02/2021

Validado eletronicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **39A723**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO MARANHÃO

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/61024496309/codigo/39A723

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 138
Rubrica

Arquivo emitido pelo aplicativo CRCDigital em **terça-feira, 27 de julho de 2021, às 23:31**.

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 139
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : Thalyta Nunes Botelho
REGISTRO..... : MA-015348/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.244.963-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 20/10/2023 as 10:19:10.
Válido até: 18/01/2024.
Código de Controle: 366982.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua São Francisco, nº 1124 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

Nº 017.329

Fls. 140

Rubrica

CERTIDÃO POSITIVA

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro de Títulos e Documentos** neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia – MA, constatei o seguinte registro: Livro B-141, às Folhas 102/103, protocolizado e digitalizado sob o nº 15.684 e registrado sob o nº 11.743, em data de 21/08/2023; Encontra-se devidamente registradas(a) o(a): **DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRETO EM 01/01/2022 A 31/12/2022 que faz, INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**. O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 21 de agosto de 2023.

Em test.º _____ da verdade.

Angelo Garcia
Tabelião Substituto

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270GW6TQFL73SZMGX51
21/08/2023 10:13:28, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Tabelião
(99) 3538-9055
Açailândia - MA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 141
Rubrica

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT030270M8W5EQUN2NQ76R11
21/08/2023 10:15:59, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV0302709T4MJEUNFAY3Z787
21/08/2023 10:16:22, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Total R$ 12,04 Emol R$ 10,88 FERC R$ 0,32 FADEP R$ 0,42 FEMP R$ 0,42 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 4º Ofício
Escrevente

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 142
Rubrica

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Empresa: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - CNPJ: 08.943.412/0001-77

Endereço: AV SANTA LUZIA , Complemento: QUADRA 02, LOTE 11, N.º: 11, Bairro: PARQUE DAS NACOES, Cidade: Açailândia, Estado: MA, CEP: 65930000.

	01/01/2022 a 31/12/2022
Atividades Operacionais	
Superávits Acumulados	103.451,84
Aumento em Clientes	(5.544,94)
Aumento em Estoques	(63.950,00)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**33.956,90**
Atividades Investimento	
Aumento em Imobilizado	(77.100,00)
Caixa Líquido das Atividades Investimento	**(77.100,00)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**(43.143,10)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	**0,00**
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	**7.682,90**

2º OFÍCIO

Açailândia-MA, 31 de Dezembro de 2022

Jessica Silva e Silva

JESSICA SILVA E SILVA
PRESIDENTE
CPF: 056.971.733-77

1º Tabelionato

Thalyta Nunes Botelho

THALYTA NUNES BOTELHO
CONTADORA
CPF: 610.244.963-09
CRC MA: 015348/O-8

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA . Dou fé. Emol: R$ 19,18 FERC R$ 0,67 FADEP R$ 0,76 FEMP R$ 0,76 Total R$ 21,37 [illegible] MA, 21 de agosto de 2023.

Francisca Ilaniana [illegible] (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR15030270F0ONF3LQP0XI2P92
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Tabeliã
(99) 3538-9055
Açailândia

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dall Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, quadra D, Cohama CEP nº 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 3236-2266

RECONHECO, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
THALYTA NUNES BOTELHO
São Luís, 16/08/2023 12:30:15 Susana 29613

Susana Maria Silva Belo - Escrevente

PODER JUDICIARIO - TJMA
Selo: RECFIR15679461 4MKVC1965R8N92 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS

Protocolo: 15684, Registro: 11743, Livro B - 141 Fls 102 - 103

Poder Judiciário - TJMA, Selo: REGTIT030270AWLRYKUDNXI3JN12, 21/08/2023 10:06:33, Ato: 15.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, Total R$ 115,19 Emol R$ 103,78 FERC R$ 0,11 FADEP R$ 4,15 FEMP R$ 4,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Angelo Garcia - Tabelião Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Tabelião
(99) 3538-9055
Açailândia - MA

Fim

FACULDADE ATENAS MARANHENSE – FAMA
CNPJ (MF) Nº 03.062.543/0001-21
Fone/fax: (0xx98) 213-6000 – E-mail: faculdade@fama.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 143
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de comprovação de qualificação técnica que o **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK**, nome fantasia **INSTITUTO JK**, inscrição no CNPJ/MF Sob o nº. 08.943.412/0001-77 com sede na cidade de Açailândia/MA, Rua Castelo Branco, nº 1013, bairro Centro – CEP: 65.930-00, atendeu todas as determinações legais e cumpriu as etapas do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professores do **CENTRO DE ENSINO ATENAS MARANHENSE LTDA – FAMA,** para atuarem nos polos de São Luís e Imperatriz no estado do Maranhão**,** cumprindo todas as etapas do referido Seletivo dentro dos prazos estabelecidos, para atender 100(cem) vagas, sendo Administração (45), Pedagogia (12), Ciências Contábeis (9), Serviço Social (14),Turismo (10), Enfermagem (10). Totalizando 5.633 (Cinco mil e seiscentos e trinta e três) inscrições válidas, deferidas e homologadas.

E para dar fé do atestado acima, dato e assino o presente.

São Luís/MA, 15 de abril de 2009.

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de:
[0133923] - ZENIRA MASSOLI FIQUENE
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 6,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test° ___ da verdade São Luís - MA, 21/08/2023 07:49:06 SELO RECFIR02998639FLYNQUXYRNAFJJ2
LUIS FERNANDO CARVALHO CORREA DE MELLO - ESCREVENTE Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

3º OFÍCIO DE NOTAS

Zenira Massoli Fiquene
Representante Legal
CPF nº 100.713.773-87

Nº 011.239

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, nº 1219 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 144
Rubrica

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia - MA, constatei que no Livro A - 66, Fls. 178 - 190, protocolizado e digitalizado sob o nº 15.492 e registrado sob o nº 3.646 em data de 05 de abril de 2023. Encontra-se devidamente registrada o (a) **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ELEITORAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO JK PARA MANDATO NO PERÍODO DE 16 DE MARÇO DE 2022 A 16 DE MARÇO DE 2024. REALIZADO AOS DIAS 16 DE MARÇO DE 2022.** O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 05 de abril de 2023.

Em test.º _____ da verdade.

Jessica Railane Ferreira Cabral
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270KBAEA3LK5K38DD59
05/04/2023 12:40:10, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Tabelião
(99) 3538-9055
Açailândia-MA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 145
Rubrica

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Eleitoral para Eleição e Posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal do Instituto JK para o mandato no período de 16 de março de 2022 a 16 de março de 2024.

Às 08:00h (oito horas) do dia dezesseis de março do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do Instituto JK, situada na Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, reuniram-se os associados em dia com suas obrigações sociais da referida entidade, em conformidade ao Estatuto Social da Entidade em seus artigos 26, 30, §1º e 43, para deliberarem sobre a eleição e posse da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração do Instituto JK. Estabelecido o *quórum* estatutário, organizaram o trabalho de Comissão Eleitoral: Presidente: Guilherme Rodrigue da Silva, OAB/MA 17.278, CPF: 014.009.543-80; 1º Mesário: Raimundo José Oliveira Junior, OAB/MA 9.917, CPF: 012.155.561-52; 2º Mesário: Thiago Oliveira Firmino, CPF: 017.610.063-06, que foram escolhidos durante Assembleia Geral realizada no dia 14 de fevereiro de 2022. Para o referido pleito foi registrado apenas uma Chapa de número 01 (um). Assim sendo, foi realizada a abertura dos trabalhos de votação. A eleição transcorreu normalmente durante todo o seu percurso, onde, às 16:00h foi dada por encerrada a votação. Em seguida, a urna eleitoral foi aberta para dar início a contagem dos votos, finalizando-se a contagem das cédulas de votação às 16:25. Ao final da apuração constatou-se os seguintes resultados: total de sócios aptos a votar: 39 (trinta e nove), total de votantes 32 (trinta e dois) votos em branco 00 (zero), votos nulos 00 (zero), votos válidos 32 (trinta e dois). Obtidos estes resultados, foi declarada eleita e empossada com 32 (trinta e dois) votos a nova Diretoria e Conselho Fiscal da Chapa 01 para o mandato no período de 16 de março de 2022 a 16 de março de 2024, assim constituída: **DIRETORIA EXECUTIVA: 1. CARGO:** Presidente da Diretoria Executiva, NOME: JESSICA SILVA E SILVA, ENDEREÇO: Rua São Bento, nº 209, Vila Tancredo, Açailândia/MA, ESTADO CIVIL: Solteira, PROFISSÃO: Recepcionista, RG: 039356012010-6 SSP MA, CPF: 056971733-77, E-MAIL: jessica_ss2015@gmai.com; **2. CARGO:** Vice-presidente da Diretoria Executiva, NOME: FRANCISCO SOUZA DE CARVALHO, ENDEREÇO: Rua Goiás 2, Número 154 - Bairro Jacu – Açailândia/MA, PROFISSÃO: Autônomo, ESTADO CIVIL: Solteiro, RG: 0314473820062 SSP MA, CPF: 83599363315, E-MAIL: francarv35@gmail.com; **3. CARGO:** 1º Tesoureiro, NOME: BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO, ENDEREÇO: Rua Goiás 2, Número 154. Bairro Jacu – Açailândia/Ma, PROFISSÃO: Autônomo, ESTADO CIVIL: Solteiro, RG: 202503220024 SSP MA, CPF: 74569112315, E-MAIL: bern.filho45@gmail.com; **4. CARGO:** 2º Secretário, NOME: Antônio Monzerlândio Tomaz da Silva, ENDEREÇO: Rua Principal, s/nº, Centro, Cândido Mendes/MA, CEP: 65280-000, ESTADO CIVIL: Casado, PROFISSÃO: Autônomo, RG: 024321742003-5, CPF: 022.867.953-20, E-MAIL: monzerlandio_tomaz@hotmail.com; **5. CARGO:** 1º Secretário, NOME: ALESSANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA, ENDEREÇO: Rua Lamante Júnior 253 - A / Vila Maranhão / Açailândia/MA, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Administrador, RG: 055914782015 - 3 SSP MA, CPF: 57090645304, E-MAIL: alesandroteixeira1@hotmail.com; **6. CARGO:** 2º Tesoureiro, NOME: Carlos Magno de Sousa Rego, ENDEREÇO: Rua Araçá, s/nº, Centro, Santa Quitéria do Maranhão/MA, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Professor, RG: 022752142002-7, CPF: 779.284.153-72, E-MAIL: carlos_msr77@gmail.com. **CONSELHO FISCAL: 1. CARGO:** Membro do Conselho Fiscal, NOME: Fernanda Kely Mota Costa, ENDEREÇO: Rua do Sol, nº 590, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP: 65.272-000, ESTADO CIVIL: Solteira, PROFISSÃO: Esteticista, RG: 060087342016-0, CPF: 086.024.653-19, E-MAIL: kelycosta@gmail.com; **2. CARGO:** Membro do Conselho Fiscal, NOME: Eduardo Gomes da Silva, ENDEREÇO: Rua do Sol, nº 02, Centro, Santa Quitéria do Maranhão/MA, CEP: 65.540-000, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Técnico em Edificações, RG:

Jéssica Silva e Silva

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 146 Rubrica

069948612019-5, CPF: 099.995.363-01, E-MAIL: dudu1212_gs@hotmail.com; **3. CARGO**: Membro do Conselho Fiscal, NOME: Zaquel Paulo Pereira da Silva, ENDEREÇO: Rua Antônio Medeiros, s/nº, Cândido Mendes/MA, CEP:65280-000, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Autônomo, RG: 045444352012-3, CPF: 068.438.303-90, E-MAIL: zaquel_paulo12@hotmail.com; **4. CARGO:** Membro do Conselho Fiscal, NOME: Marcos Ruan da Silva Gomes, ENDEREÇO: Rua Boa Esperança, nº 307, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP: 65.272-000, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Técnico em Mecânica, RG: 066809302018-6, CPF: 631.215.643-58, E-MAIL: ruan_silva788@gmail.com; **5. CARGO:** Membro do Conselho Fiscal, NOME: Maria Tainara Pereira, ENDEREÇO: Povoado Pico II, s/nº Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000, ESTADO CIVIL: Solteira, PROFISSÃO: Autônoma, RG: 045427112012-2, CPF: 611.402.503-29, E-MAIL: tai_pereira45@gmail.com; **6. CARGO:** Membro do Conselho Fiscal, NOME: Simone Rodrigues de Oliveira, ENDEREÇO: Rua do Colégio, s/nº, Centro, Cândido Mendes/MA, CEP:65280-000, ESTADO CIVIL: Solteira, PROFISSÃO: Autônoma, RG: 044407932012-7, CPF: 065.993.293-81, E-MAIL: simone2015_rodrigues@hotmail.com. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1. CARGO**: Presidente do Conselho de Administração, NOME: Maria Francisca Nunes Araújo, ENDEREÇO: Rua Major Bandeira, nº 14, Centro, Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000, ESTADO CIVIL: Solteira, PROFISSÃO: Autônoma, RG: 059228192016-0, CPF: 844.700.541-00, E-MAIL: fran_nunes@gmail.com; **2. CARGO**: Vice-presidente do Conselho de Administração, NOME: Maria Antônia Vieira da Conceição, ENDEREÇO: Rua Itamar, s/nº, Vila Lacerda, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP: 65.272-000, ESTADO CIVIL: Solteira, PROFISSÃO: Autônoma, RG: 05279000120140, CPF: 618.775.453-09, E-MAIL: mari_vc111@hotmail.com; **3. CARGO:** Secretário do Conselho de Administração, NOME: Francisco das Chagas Evangelista Filho, ENDEREÇO: Rua Paulo Bogéa, nº 35, Centro, Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Autônomo, RG: 57043796-2, CPF: 816.971.983-68, E-MAIL: evangelista_chagas1988@gmail.com; **4. CARGO:** Membro do Conselho de Administração, NOME: DAYANE FERREIRA COSTA DE JESUS, ENDEREÇO: Rua São José, Casa 8, Bequimão, São Luís/Ma, ESTADO CIVIL: Casada, PROFISSÃO: Autônoma, CPF: 05158153377, RG: 036408912008 - 4 SSP MA, E-MAIL: dejesusdayane19@gmail.com; **5. CARGO**: Membro do Conselho de Administração, NOME: TRISCIA KARINE BARBOSA DOS SANTOS, ENDEREÇO: Rua 4, Casa 2, Residencial Araras, Cohama. São Luís/Ma, PROFISSÃO: Autônoma, ESTADO CIVIL: Solteira, RG: 3710094-9 SSP MA, CPF: 649374461320, E-MAIL: patykatiny@hotmail.com; **6. CARGO**: Membro do Conselho de Administração, NOME: MÁRCIO GHEYSAN DA SILVA SOUZA, ENDEREÇO: Av. dos Holandeses S/N, Qd. 13A, Apt 503C, Condomínio Sports Garden, Bairro Olho D'Agua - São Luís – Ma, PROFISSÃO: Contador, ESTADO CIVIL: Divorciado, RG: 16171693 - 8 SSP MA, CPF: 83952950300, E-MAIL: marciogheysan@gmail.com; **7. CARGO**: Membro do Conselho de Administração, NOME: PEDRO GUILHERME CARNEIRO DE ALMEIDA, ENDEREÇO: Cond. Cais da Sagração, Bloco Vermelho, Apt 202. São Luís/Ma, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Advogado, RG: 58730199-5 SSP MA, CPF: 06676028360, E-MAIL: pedrogca07@gmail.com; **8. CARGO**: Membro do Conselho de Administração, NOME: MARCOS PAULO RÊGO PAIXÃO, ENDEREÇO: Rua Manoel Antônio de Almeida, Quadra 13, nº 04, Maranhão Novo, São Luís/Ma, ESTADO CIVIL: Casado, PROFISSÃO: Comerciante, RG: 42034695 / 3 SSP MA, CPF: 82784612368, E-MAIL: marcospaixao0579@hotmail.com; **9. CARGO**: Membro do Conselho de Administração, NOME: Maria de Jesus Coelho, ENDEREÇO: Rua Caiçara, nº 102, Centro, Santa Quitéria do Maranhão/MA, CEP: 65.540-000, ESTADO CIVIL: Solteira, PROFISSÃO: Técnica em enfermagem, RG: 064893052018-8, CPF: 079.532.467-75, E-MAIL: mariazinhajescoe@gmail.com; **10. CARGO**: Membro do Conselho de Administração, NOME: BENEDITO DE ARAÚJO CARVALHO FILHO, ENDEREÇO: Rua Dep. Luís Rocha, 3537, Cond. Juçara 2, Bl 3, Apt 1 - Vicente Fialho, São Luís/Ma, ESTADO CIVIL: Casado, PROFISSÃO:

Jessica Silva e Silva.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 147
Rubrica

Advogado, RG: 27466494-1 SSP/MA, CPF: 767.065.913-00, E-MAIL: beneditofilhoa@hotmail.com; **11. CARGO**: Membro do Conselho de Administração, NOME: ANTÔNIA TOMAZ DA SILVA E SILVA, ENDEREÇO: Av. Gerino Silva, nº 192, Centro, Capinzal do Norte/MA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: Autônoma, RG: 000087191897-8 SSP/MA, CPF: 036.262.213-26, E-MAIL: antoniatomaz_ss@gmail.com; **12. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: LUIS DE SOUSA PEREIRA FILHO, ENDEREÇO: Rua Boa Esperança, nº 08, Cohama, São Luís/MA, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Técnico em Edificações, RG: 5349393-1 SSP/MA, CPF: 329.244.533-72, E-MAIL: luis_pereira72@gmail.com; **13. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: JOSE ROGÉRIO OLIVEIRA FREIRE, ENDEREÇO: Rua do Desterro, nº 120, Cond. Praia Porto Barra, São Luís/MA, ESTADO CIVIL: Solteiro, PROFISSÃO: Auxiliar Jurídico, RG: 398421951 SSP/MA, CPF: 444.905.183-15, E-MAIL: rogeriozig@hotmail.com; **14. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: ANNA KELLENNE SILVA MACEDO, ENDEREÇO: Rua Manoel Uchôa, s/nº, Barra do Corda/MA, ESTADO CIVIL: CASADA, PROFISSÃO: ENGENHEIRA, RG: 230165920021-SSP-MA, CPF: 005.293.913-84, E-MAIL: kellennemacedo_@hotmail.com; **15. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DO NASCIMENTO, ENDEREÇO: BR-222, s/nº, Povoado Segundo Núcleo, Buriticupu/MA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: PESCADORA, RG: 069421772019-9-SSP-MA, CPF: 918.077.864-04, E-MAIL: maria_graca_oli@gmail.com; **16. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: WILLIAM PEREIRA DA SILVA FILHO, ENDEREÇO: Rua Domingos Alves da Rocha; nº 07, Vila Conceição II, São Luís/MA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA, RG: 020313262002-6-SSP-MA, CPF: 114.172.213-00, E-MAIL: william_pereira1989@hotmail.com; **17. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: LUANA CRISTINA DA SILVA, ENDEREÇO: 1ª Tv. Nova Jerusalém, Qd. 158, nº 35-b, Jardim São Cristóvão, São Luís/MA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: AUTÔNOMA, RG: 000013822493-5-SSP-MA, CPF: 611.892.553-40, E-MAIL: lua_cristina@gmail.com; **18. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: ESTER CORREA VALE, ENDEREÇO: R. EPITÁCIO CAFETEIRA, Nº 05-B, VILA BRASIL, SÃO LUÍS/MA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: AUTÔNOMA, RG: 032153522006-0 SSP/MA, CPF: 057.558.133-61, E-MAIL: estervale99@hotmail.com; **19. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: ANDERSON ANDRADE COSTA, ENDEREÇO: RUA PROF. MATA ROMA, Nº 16-B, BAIRRO DE FÁTIMA, SÃO LUIS/MA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, RG: 013564092000-0 SSP-MA, CPF: 017.655.133-67, E-MAIL: Anderson_ppto@hotmail.com; **20. CARGO**: Suplente do Conselho de Administração, NOME: VITORIA MILHOMEM MELO, ENDEREÇO: cond. Vitré, BL 08, Apto 102, Rua Munin, Recanto dos Vinhais, São Luís/MA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRA, PROFISSÃO: AUTONOMA, RG: 035559822008-8 SSP/MA, CPF: 046.995.033-14, E-MAIL: vitoriamilhomem@hotmail.com. O presidente e os demais componentes da chapa vencedora (Chapa 01) prometeram continuar na luta para o bom desenvolvimento da entidade, bem como defender os direitos e lutar por mais benefícios dos associados. Sem mais para o momento, eu Francisco Souza de Carvalho, lavrei a presente ata a qual vai assinada por mim e pelos demais.

Assinaturas:

Guilherme Rodrigues da Silva

Jéssica Silva e Silva

Thiago Oliveira Firmino

Jéssica Silva e Silva

Instituto IK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 147
Rubrica

Antonio Wanderlândio Tomaz da Silva
Simone Rodrigues de Oliveira
Raquel Paulo Pereira da Silva
Maria Francisca Nunes Araújo
Francisco das Chagas Evangelista Filho
Maria Cairana Pereira
Carlos Magno de Sousa Reis
Maria de Jesus Costa
Eduardo Gomes da Silva
Fernanda Kely Mota Costa
Maria Antonia Pereira da Conceição
Marcos Ruan da Silva Gomes
Andresan Andrade Costa
Estefani Correia Vale
Willian Pereira da Silva Filho
José Rogério O. Freire

Luís de Sousa Pereira Filho
Antônia Tomaz da Silva e Silva
Ana Kelleine Silva Macedo
Maria das Graças Oliveira do Nascimento
Rayana Cristina da Silva
Vitória Williany Melo
Marcos Paulo Reis Caixeta
Kayany Ferreira Costa de Jesus
BENEDITO CARVALHO
MARCIO GHEYSAN DA SILVA SOUZA
Carissa Karine Barbosa Santos
PEDRO GUILHERME CARNEIRO DE ALMEIDA
Bernardo Borges de Carvalho Filho
Francisco Souza de Carvalho
Alexandre de Jesus Lima Tavares

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3536-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia - MA, 05 de abril de 2023.

Jessica Raliane Ferreira Cabral (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027QXZ5KJ539VFAQBH76
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3536-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia - MA, 05 de abril de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027QEYZTZZ3Y9OV38D91
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3536-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de ALESSANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia - MA, 05 de abril de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027QEYZTZZ3Y9OV38LFLX3YTKRL57
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Jessica Silva e Silva

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO JK

GESTÃO ADMINISTRATIVA DE 16/03/2022 à 16/03/2024



DIRETORIA EXECUTIVA
1. CARGO: Presidente da Diretoria Executiva **NOME:** JESSICA SILVA E SILVA **ENDEREÇO:** Rua São Bento, 209 / Vila Tancredo - Açailândia - MA **ESTADO CIVIL:** Solteira **PROFISSÃO:** Recepcionista **RG:** 039356012010 - 6 SSP MA **CPF:** 056971733 – 77 **E-MAIL:** jessica_ss2015@gmai.com
2. CARGO: Vice-presidente da Diretoria Executiva **NOME:** FRANCISCO SOUZA DE CARVALHO **ENDEREÇO:** Rua Goiás 2, Número 154 - Bairro Jacu - Açailândia - Ma **PROFISSÃO:** Autônomo **ESTADO CIVIL:** Solteiro **RG:** 0314473820062 SSP MA **CPF:** 83599363315 **E-MAIL:** francarv35@gmail.com
3. CARGO: 1º Secretário **NOME:** BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO **ENDEREÇO:** Rua Goias 2, Número 154. Bairro Jacu - Açailândia - Ma **PROFISSÃO:** Autônomo **ESTADO CIVIL:** Solteiro **RG:** 202503220024 SSP MA **CPF:** 74569112315 **E-MAIL:** bern.filho45@gmail.com
4. CARGO: 2º Secretário **NOME:** Antônio Monzerlândio Tomaz da Silva **ENDEREÇO:** Rua Principal, s/nº, Centro, Cândido Mendes/MA, CEP: 65280-000 **ESTADO CIVIL:** Casado **PROFISSÃO**: Autônomo **RG:** 024321742003-5 **CPF:** 022.867.953-20 **E-MAIL:** monzerlandio_tomaz@hotmail.com
5. CARGO: 1º Tesoureiro **NOME:** ALESSANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA **ENDEREÇO:** Rua Lamante Júnior 253 - A / Vila Maranhão / Açailândia - Ma **ESTADO CIVIL:** Solteiro **PROFISSÃO:** Administrador **RG:** 055914782015 - 3 SSP MA **CPF:** 57090645304 **E-MAIL:** alesandroteixeira1@hotmail.com
6. CARGO: 2º Tesoureiro **NOME:** Carlos Magno de Sousa Rego **ENDEREÇO:** Rua Araçá, s/nº, Centro, Santa Quitéria do Maranhão/MA **ESTADO CIVIL:** Solteiro **PROFISSÃO**: Professor **RG:** 022752142002-7 **CPF:** 779.284.153-72 **E-MAIL:** carlos_msr77@gmail.com

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO JK

CONSELHO FISCAL
1. CARGO: Membro do Conselho Fiscal **NOME:** Fernanda Kely Mota Costa **ENDEREÇO:** Rua do Sol, nº 590, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP: 65.272-000 **ESTADO CIVIL:** Solteira **PROFISSÃO**: Esteticista **RG:** 060087342016-0 **CPF:** 086.024.653-19 **E-MAIL:** kelycosta@gmail.com
2. CARGO: Membro do Conselho Fiscal **NOME:** Eduardo Gomes da Silva **ENDEREÇO:** Rua do Sol, nº 02, Centro, Santa Quitéria do Maranhão/MA, CEP: 65.540-000 **ESTADO CIVIL:** Solteiro **PROFISSÃO**: Técnico em Edificações **RG:** 069948612019-5 **CPF:** 099.995.363-01 **E-MAIL:** dudu1212_gs@hotmail.com
3. CARGO: Membro do Conselho Fiscal **NOME:** Zaquel Paulo Pereira da Silva **ENDEREÇO:** Rua Antônio Medeiros, s/nº, Cândido Mendes/MA, CEP:65280-000 **ESTADO CIVIL:** Solteiro **PROFISSÃO**: Autônomo **RG:** 045444352012-3 **CPF:** 068.438.303-90 **E-MAIL:** zaquel_paulo12@hotmail.com
4. CARGO: Membro do Conselho Fiscal **NOME:** Marcos Ruan da Silva Gomes **ENDEREÇO:** Rua Boa Esperança, nº 307, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP: 65.272-000 **ESTADO CIVIL:** Solteiro **PROFISSÃO**: Técnico em Mecânica **RG:** 066809302018-6 **CPF:** 631.215.643-58 **E-MAIL:** ruan_silva788@gmail.com
5. CARGO: Membro do Conselho Fiscal **NOME:** Maria Tainara Pereira **ENDEREÇO:** Povoado Pico II, s/nº Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000 **ESTADO CIVIL:** Solteira **PROFISSÃO**: Autônoma **RG:** 045427112012-2 **CPF:** 611.402.503-29 **E-MAIL:** tai_pereira45@gmail.com
6. CARGO: Membro do Conselho Fiscal **NOME:** Simone Rodrigues de Oliveira **ENDEREÇO:** Rua do Colégio, s/nº, Centro, Cândido Mendes/MA, CEP:65280-000 **ESTADO CIVIL:** Solteira **PROFISSÃO**: Autônoma **RG:** 044407932012-7 **CPF:** 065.993.293-81 **E-MAIL:** simone2015_rodrigues@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 150
Rubrica

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO JK

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
1. CARGO: Presidente do Conselho de Administração **NOME:** Maria Francisca Nunes Araújo **ENDEREÇO:** Rua Major Bandeira, nº 14, Centro, Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000 **ESTADO CIVIL:** Solteira **PROFISSÃO**: Autônoma **RG:** 059228192016-0 **CPF:** 844.700.541-00 **E-MAIL:** fran_nunes@gmail.com
2. CARGO: Vice-presidente do Conselho de Administração **NOME:** Maria Antônia Vieira da Conceição **ENDEREÇO:** Rua Itamar, s/nº, Vila Lacerda, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP: 65.272-000 **ESTADO CIVIL:** Solteira **PROFISSÃO**: Autônoma **RG:** 05279000120140 **CPF:** 618.775.453-09 **E-MAIL:** mari_vc111@hotmail.com
3. CARGO: Secretário do Conselho de Administração **NOME:** Francisco das Chagas Evangelista Filho **ENDEREÇO:** Rua Paulo Bogéa, nº 35, Centro, Itapecuru-Mirim/MA, CEP: 65.485-000 **ESTADO CIVIL:** Solteiro **PROFISSÃO**: Autônomo **RG:** 57043796-2 **CPF:** 816.971.983-68 **E-MAIL:** evangelista_chagas1988@gmail.com
4. CARGO: Membro do Conselho de Administração **NOME:** DAYANE FERREIRA COSTA DE JESUS **ENDEREÇO:** Rua São José, Casa 8, Bequimão - São Luís - Ma **ESTADO CIVIL:** Casada **PROFISSÃO:** Autônoma **CPF:** 05158153377 **RG:** 036408912008 - 4 SSP MA **E-MAIL:** dejesusdayane19@gmail.com
5. CARGO: Membro do Conselho de Administração **NOME:** TRISCIA KARINE BARBOSA DOS SANTOS **ENDEREÇO:** Rua 4, Casa 2, Residencial Araras, Cohama. São Luís - Ma **PROFISSÃO:** Autônoma **ESTADO CIVIL:** Solteira **RG:** 3710094 - 9 SSP MA **CPF:** 649374461320 **E-MAIL:** patykatiny@hotmail.com
6. CARGO: Membro do Conselho de Administração **NOME:** MÁRCIO GHEYSAN DA SILVA SOUZA **ENDEREÇO:** Av. dos Holandeses S/N, Quadra 13A, Apt 503C, Condomínio Sports Garden, Bairro Olho D'Agua - São Luís - Ma **PROFISSÃO:** Contador **ESTADO CIVIL:** Divorciado **RG:** 16171693 - 8 SSP MA **CPF:** 83952950300 **E-MAIL:** marciogheysan@gmail.com
7. CARGO: Membro do Conselho de Administração **NOME:** PEDRO GUILHERME CARNEIRO DE ALMEIDA **ENDEREÇO:** Condomínio Cais da Sagração, Bloco Vermelho, Apt 202. São Luís - Ma **ESTADO CIVIL:** Solteiro

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 159 Rubrica

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO JK

PROFISSÃO: Advogado
RG: 58730199 - 5 SSP MA
CPF: 06676028360
E-MAIL: pedrogca07@gmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 152
Rubrica

8. CARGO: Membro do Conselho de Administração
NOME: MARCOS PAULO RÊGO PAIXÃO
ENDEREÇO: Rua Manoel Antônio de Almeida, Quadra 13, Número 04, Maranhão Novo - São Luís - Ma
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Comerciante
RG: 42034695 / 3 SSP MA
CPF: 82784612368
E-MAIL: marcospaixao0579@hotmail.com

9. CARGO: Membro do Conselho de Administração
NOME: Maria de Jesus Coelho
ENDEREÇO: Rua Caiçara, nº 102, Centro, Santa Quitéria do Maranhão/MA, CEP: 65.540-000
ESTADO CIVIL: Solteira
PROFISSÃO: Técnica em enfermagem
RG: 064893052018-8
CPF: 079.532.467-75
E-MAIL: mariazinhajescoe@gmail.com

10. CARGO: Membro do Conselho de Administração
NOME: BENEDITO DE ARAÚJO CARVALHO FILHO
ENDEREÇO: Rua Dep. Luís Rocha, 3537, Cond. Juçara 2, Bl 3, Apt 1 - Vicente Fialho / São Luís - Ma
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Advogado
RG: 27466494 - 1 SSP - MA
CPF: 76706591300
E-MAIL: beneditofilhoa@hotmail.com

11. CARGO: Membro do Conselho de Administração
NOME: ANTÔNIA TOMAZ DA SILVA E SILVA
ENDEREÇO: Av. Gerino Silva, nº 192, Centro, Capinzal do Norte/MA
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
PROFISSÃO: PESCADORA
RG: 000087191897-8 SSP/MA
CPF: 036.262.213-26
E-MAIL: antoniatomaz_ss@gmail.com

12. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: LUIS DE SOUSA PEREIRA FILHO
ENDEREÇO: Rua Boa Esperança, nº 08, Cohama, São Luís/MA
ESTADO CIVIL: Solteiro
PROFISSÃO: Técnico em Edificações
RG: 5349393-1 SSP/MA
CPF: 329.244.533-72
E-MAIL: luis_pereira72@gmail.com

13. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: JOSE ROGÉRIO OLIVEIRA FREIRE
ENDEREÇO: Rua do Desterro, nº 120, Cond. Praia Porto Barra, São Luís/MA
ESTADO CIVIL: Solteiro
PROFISSÃO: Auxiliar Jurídico
RG: 398421951 SSP/MA
CPF: 444.905.183-15
E-MAIL: rogeriozig@hotmail.com

14. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: ANNA KELLENNE SILVA MACEDO

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO JK

ENDEREÇO: Rua Manoel Uchôa, s/nº, Barra do Corda/MA
ESTADO CIVIL: CASADA
PROFISSÃO: ENGENHEIRA
RG: 230165920021-SSP-MA
CPF: 005.293.913-84
E-MAIL: kellennemacedo_@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 153
Rubrica

15. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DO NASCIMENTO
ENDEREÇO: BR-222, s/nº, Povoado Segundo Núcleo, Buriticupu/MA
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
PROFISSÃO: PESCADORA
RG: 069421772019-9-SSP-MA
CPF: 918.077.864-04
E-MAIL: maria_graca_oli@gmail.com

16. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: WILLIAM PEREIRA DA SILVA FILHO
ENDEREÇO: Rua Domingos Alves da Rocha; nº 07, Vila Conceição II, São Luís/MA.
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO
PROFISSÃO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA
RG: 020313262002-6-SSP-MA
CPF: 114.172.213-00
E-MAIL: william_pereira1989@hotmail.com

17. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: LUANA CRISTINA DA SILVA
ENDEREÇO: 1ª Tv. Nova Jerusalém, Qd. 158, nº 35-b, Jardim São Cristóvão, São Luís/MA.
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
PROFISSÃO: AUTÔNOMA
RG: 000013822493-5-SSP-MA
CPF: 611.892.553-40
E-MAIL: lua_cristina@gmail.com

18. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: ESTER CORREA VALE
ENDEREÇO: R. EPITÁCIO CAFETEIRA, Nº 05-B, VILA BRASIL, SÃO LUÍS/MA
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
PROFISSÃO: AUTÔNOMA
RG: 032153522006-0 SSP/MA
CPF: 057.558.133-61
E-MAIL: estervale99@hotmail.com

19. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: ANDERSON ANDRADE COSTA
ENDEREÇO: RUA PROF. MATA ROMA, Nº 16-B, BAIRRO DE FÁTIMA, SÃO LUIS/MA
ESTADO CIVIL: CASADO
PROFISSÃO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES
RG: 013564092000-0 SSP-MA
CPF: 017.655.133-67
E-MAIL: Anderson_ppto@hotmail.com

20. CARGO: Suplente do Conselho de Administração
NOME: VITORIA MILHOMEM MELO
ENDEREÇO: cond. Vitré, BL 08, Apto 102, Rua Munin, Recanto dos Vinhais, São Luís/MA
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
PROFISSÃO: AUTONOMA
RG: 035559822008-8 SSP/MA
CPF: 046.995.033-14
E-MAIL: vitoriamilhomem@hotmail.com

Instituto JK
Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 154
Rubrica

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital de Convocação, o Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck (Instituto JK), em obediência ao Estatuto Social, em seus artigos 26, 30, §1º e 43, convoca, a todos os associados desta entidade, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária para:

ORDEM DO DIA:

1. **OBJETIVOS:**

•ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK (Instituto JK);

2. **DATA:** 16 de março de 2022.
3. **HORÁRIO:** 08:00 às 16:00 horas.
4. **LOCAL:** Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA.

2º OFÍCIO

Açailândia/MA, 14 de fevereiro de 2022.

Raimundo Nonato Folha Conceição
Presidente do Conselho de Administração
Instituto JK

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Sousa, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3536-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de RAIMUNDO NONATO FOLHA CONCEICAO Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 04 de abril de 2022.
Jessica Raiane Ferreira Cabral (Secrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027ON711FVCIFN7J3R07
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício

2º OFÍCIO

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 155
Rubrica

REQUERIMENTO

Ao Cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Açailândia/MA
Endereço: Rua Dorgival Pinheiro de Sousa N°1219, Bairro: Centro - Açailândia/MA, CEP 65.930-000.
✉ Email: cartorio2acailandia@terra.com.br
☎ Telefone(s): (99) 3538-9055 e (99) 3538-1261

Ilmª. Srª Oficiala do Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município de Açailândia/MA,

O Instituto JK, entidade privada sem fins lucrativos, CNPJ nº 08.943.412/0001-77, com sede na Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, vem requerer, ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que seja efetuado o Registro de:

1) **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Eleição e Posse de Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração do Instituto JK;**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Açailândia/MA, 29 de março de 2023.

2º OFÍCIO

Jessica Silva e Silva

JESSICA SILVA E SILVA
Presidente
Instituto JK

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia - Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 6,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 04 de abril de 2023.

Jessica Raliane Ferreira Cabral (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027099EAUT2MWYMAL01
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício
Devanir Garcia
Escrevente

2º OFÍCIO

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT03027017HGBQUHPP9SAR36
05/04/2023 12:31:43, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES...
Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Fls 186
Rubrica

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV030270HVNH1N32AI8WCT00
05/04/2023 12:32:38, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES...
Total R$ 78,26 Emol R$ 70,72 FERC R$ 2,08 FADEP R$ 2,73 FEMP R$ 2,73 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: REGTER030270EJPFX1CHPKOK5J92
05/04/2023 12:33:38, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES...
Total R$ 73,52 Emol R$ 66,32 FERC R$ 1,92 FADEP R$ 2,64 FEMP R$ 2,64 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3538-9055 • Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
Protocolo: 15492, Registro: 3646, Livro A - 66 Fls 178 - 190
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER030270FOEDL23P9OAIKL15, 05/04/2023 12:21:59, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - ATA DIA 16/03/..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Jessica Raliane Ferreira Cabral - Escrevente Aut.

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, nº 1219 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 157
Rubrica

Nº 011.610

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO POSITIVA DE REGISTRO

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro de Títulos e Documentos - Registro Integral**, neste Cartório do 2° Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia - MA, constatei que no Livro B - 5, às Folhas 169-F à 170-F, registrado sob n° 3.978, com número de selo: 008077426, protocolizado sob n° 4.107, às Folhas 068vº, do Livro 1-A, em data de 10 de julho de 2017. Encontra-se devidamente registada a **ATA INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBISTSCHEK INSTITUTO JK PRIMEIRA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA FUNDAÇÃO DIS INSTITUTO JK Ata nº 001/2007.** No que segue de forma transcrita: ***ATA*** *- Termo de Concordância. Prenotado no protocolo sob o nº 4107 Lº 1-A fls. 068vº;* ***ATA INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK INSTITUTO JK*** *PRIMEIRA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO JK Ata nº 001/2007 Data 06 de junho de 2007 Ordem do dia: ASSEMBLÉIA GERAL DA COSTITUIÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK- INSTITUTO JK. Açailândia, às nove horas e vinte minutos (09:20 hs.), reuniram-se em assembléia geral, na Rua Castelo Branco, nº 1013, Centro, nesta cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, diversos cidadãos e cidadãs, todos domiciliados neste município, com o objetivo de constituir uma entidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativo do tipo associação de utilidade pública, facultando à sua conveniência instalar representações onde sua administração julgar necessária, em qualquer parte do território Nacional. Assumiu em comum acordo entre os presentes, interinamente a presidência dos trabalhos, o Sr. Guilherme Osório Dorigon Filho, que convidou a*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 158
Rubrica

mim, Maria Elisângela Freitas da Silva, para secretariar os trabalhos. Constituída assim a mesa e dando início aos trabalhos, feita à verificação dos presentes, constatou-se o comparecimento de cinqüenta e cinco (55) pessoas. O presidente interino da mesa solicitou à leitura da ordem do dia, publicado no Edital e amplamente divulgado nos meios de comunicação local, cujo teor é o seguinte: ***a)*** *constituição da entidade;* ***b)*** *aprovação do Estatuto;* ***c)*** *eleição e posse do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;* ***c)*** *apresentação do cadastro de associados a serem aprovados pela Assembléia Geral; e* ***d)*** *Assunto diversos relacionados a entidade. O presidente fez um breve relato sobre a importância da criação da nova entidade e que tinha a absoluta certeza que seria o início de nova era, que somente a sociedade organizada tem como ajudar os interesses daqueles mais necessitados. Em seguida, foi apresentada a proposta da denominação da entidade de:* ***INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK,*** *devendo também doravante ser utilizado como denominação social para todos os atos da entidade, como nome de fantasia simplesmente* ***INSTITUTO JK,*** *colocado em votação, aprovado por unanimidade. Após a escolha da denominação, o presidente solicitou a mim a leitura do Estatuto na íntegra do seu inteiro teor, previamente elaborado, do qual depois de lido e discutido, foi aprovado sem emendas por unanimidade, que após a eleição e posse do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, a direção executiva tomaria as devidas providências para o registro nos órgãos competentes, tudo dentro das disciplinas da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 (Código Civil) e outras normas específicas do terceiro setor cabível. Dando continuidade a palavra foi franqueada para que os demais presentes dessem suas opiniões ou idéias. Franqueou a palavra, o Sr. Pedro Rodrigues de Souza, falou da importância da criação do novo Instituto, dando ênfase ao objetivo da entidade no sentido de realizar, acompanhar e fiscalizar os projetos de incentivo do Governo Federal à agricultura familiar e do agro-negócio dos micros e pequenos produtores rurais. Flanqueado a palavra, a Sra. Maria Elisângela Freitas da Silva, falou também da importância da criação da nova entidade, dando ênfase ao objetivo do Instituto no sentido de promover mecanismo para a proteção da família menos assistida, do amparo às crianças e adolescentes carentes. Franqueado a*

Cartório do 2º Ofício

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, nº 1219 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 159
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

palavra, o Sr. Juscelino Oliveira e Silva, falou que tinha absoluta certeza do sucesso que esta entidade iria alcançar e que estava convicto de que as proposta aqui apresentadas não ficaria só no papel, como muitas outras entidades. Destacou também, o interesse do Instituto em realizar projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida da população, através de palestras educacionais do meio ambiente, atividades culturais. Franqueado a palavra, o Sr. Jorge Rodrigues da Silva, ressaltou a importância da realização de projetos que busque melhorar o déficit habitacional do município, já que havia muitos recursos do Governo Federal para construção da casa própria. Não havendo mais nenhum presente que quisesse usar a palavra, o Presidente interino, suspendeu os trabalhos por vinte (20) minutos, para que os presentes apresentassem as chapas de votação com os nomes dos candidatos que pretendessem ocupar algum cargo na administração do Instituto. Após o recesso, reiniciaram-se os trabalhos, para apresentar as chapas com os nomes dos candidatos que concorreriam logo em seguida à eleição do Conselho de administração da entidade. Por unanimidade, ficou acordado que haveria chapa única, com os seguintes nomes e seus respectivos suplentes na direção do Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, conforme adiante discriminados: ***Conselho de Administração****; Juscelino Oliveira e Silva, Pedro Rodrigues de Souza, Nelson Luiz Bragatto, Lauro Nascimento Sobrinho, Guilherme Osório Dorigon Filho, Paulo Lira dos Santos, Rejane Oliveira Queiroz, Maria Elisângela Freitas da Silva, Lucimar José de Souza, Jorge Rodrigues da Silva, Raimundo Nonato da Silva Araújo.* ***Suplentes do Conselho de Administração;*** *Valdelice Soares de Oliveira, José Carlos Brandão, Francisco Pereira da Silva, Raimundo Nonato Folha Conceição, Edefran Cavalcante Lima, Jordglan Santos Trajano, Marialdina Pereira de Sousa, Antonio Wilson dos Santos Moraes, Leonésio Santos Carneiro, Raphael Chaves de Oliveira e Francisco Adriano Borge de Sousa. O presidente interino, coordenando a votação, entregou chapa única com os nomes dos candidatos e seus respectivos suplentes, a cada um dos presentes, explicando que a votação seria secreta e quem escrevesse a palrava "sim", seria aprovando a chapa e a palavra "não", seria reprovando. Após conferir conclui-se que foram cinqüenta e cinco (55) votos e todos escreveram "sim", o presidente declarou a eleição do Conselho de*

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 160
Rubrica

Administração e seus suplentes eleitos por unanimidade. O presidente interino parabenizou os eleitos, empossando-os e solicitou ao novo Conselho de Administração eleito, que elegesse entre eles, um presidente, um vice-presidente e um secretário, conforme Artigo 11° do Estatuto já aprovado. Para que desse tempo aos novos membros do Conselho, determinou mais um recesso de quinze (15) minutos para que os mesmos após o recesso proclamassem os membros escolhidos entre si. Reiniciou os trabalhos, o Conselho de Administração eleito, declarou e empossou seu presidente, o Sr. Lauro Nascimento Sobrinho, o seu Vice-presidente, Paulo Lira dos Santos, e, sua Secretária do Conselho, a Sra. Maria Elisângela Freitas da Silva O presidente interino congratulou os novos eleitos, presidente, vice-presidente e a secretária do Conselho de administração, agradeceu a todos e passou a direção dos trabalhos ao novo Presidente que coordenaria dali em diante todos os atos da reunião. O Presidente do Conselho de administração, já no uso de suas atribuições solicitou aos presentes que apresentassem chapas com os nomes dos candidatos aos cargos para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, para tanto, suspendeu a seção por vinte (20) minutos. Após o recesso, foi apresentada chapa única com os seguintes nomes: Diretoria Executiva; Presidente Diretor Executivo, Juscelino Oliveira e Silva, Vice-presidente, Pedro Rodrigues de Sousa, Primeiro Secretário, Lucimar José de Souza, Segundo Secretário, Raimundo Nonato da Silva Araújo, Primeiro Tesoureiro, Rejane Oliveira Queiroz, e, Segundo Tesoureiro, Guilherme Osório Dorigon Filho. Conselho Fiscal; Raphael Carlos Galletti, Antonio César Barros da Silva, Edivaldo Verissimo Cardoso, Railda dos Santos Ramos, José de Ribamar Ferreira Oliveira e Josélia Santos. O presidente apresentou a chapa única com os nomes dos candidatos para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, declarando que seria usado o mesmo critério da eleição anterior, Após conferir concluiu-se que foram cinqüenta e cinco (55) votos e todos escreveram "sim", o presidente declarou aprovada a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, eleita por unanimidade. Os eleitos foram logo empossados em seus respectivos cargos para o biênio, compreendendo o período de 06 de junho de 2007 a 26 de junho de 2009, , como também para o mesmo período o Conselho de Administração. O novo Presidente da Diretoria Executiva, já empossado, usando de suas atribuições

Cartório do 7º Ofício

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, nº 1219 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

Fls. 161

Rubrica

legais, cumprimentou a todos os presentes, agradecendo a confiança que lhes fora depositada, que dali em diante daria o melhor de si e faria o possível para que o Instituto JK alcançasse seus objetivos. O Conselheiro Presidente após consultar todos os membros do Conselho de Administração, deliberou para a Diretoria Executiva, as providências, na medida do possível, o registro do Estatuto aprovado nesta reunião, juntamente com Ata a ser lavrada ao Cartório competente e posteriormente a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na Secretaria da Receita Federal. Solicitou também, ao Presidente Diretor Executivo, Sr. Juscelino Oliveira, que após os devidos registros, fosse publicado no Diário Oficial do Estado, a resenha do Estatuto, como também, solicitasse a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, aprovação de Lei que incluísse o Instituto JK como entidade de utilidade pública. Registrou que independentemente de convocação por edital, já que todos se encontravam presentes, a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração, juntamente com a Diretoria executiva para o dia 06 de julho do corrente ano, para que fosse feito um balanço das atividades executadas e deliberar novas metas e ações para o bom andamento do Instituto. Como não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença e a participação de todos e deu por encerrado os trabalhos da presente reunião. Da qual para constar foi lavrada e digitada a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim Maria Elisângela Freitas da Silva, que secretariei os trabalhos, pelo Presidente eleito do Conselho de Administração, Presidente da Diretoria Executiva e Secretário da Diretória Executiva, juntamente com relação anexa de todos os sócios presentes nesta primeira reunião de fundação do Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, cujo teor é igual lavrada em livro próprio. Açailândia – MA 10 de julho de 2007. Era o que se continha, no que me foi requerido por Certidão. Certifico, ainda, que a denominação anterior deste Cartório era "Cartório Teixeira Lima". O atual tem novo titular chamado Devanir Garcia, o qual foi delegado em razão de sua aprovação em concurso público, através do ato de nº 1276/2009 – TJ e tomando posse no dia 18 de janeiro de 2010. No entanto, trata-se de uma mesma Serventia Extrajudicial do 2º Oficio da Comarca de Açailândia - MA.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 162
Rubrica

O referido é verdade e dou fé. O referido é verdade e dou fé. Era o que se continha, no que me foi requerido por Certidão. O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 15 de maio de 2023.

Em test.º ____ da verdade.

Thiago Palacio Melo
Escrevente Autorizado

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE:

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270XBFZH5UDSF55H704
15/05/2023 09:11:18, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK – Instituto - Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270W7AGZWUFQHZR7767
15/05/2023 09:15:35, Ato: 15.10.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK – Instituto - Total R$ 18,64 Emol R$ 16,82 FERC R$ 0,50 FADEP R$ 0,66 FEMP R$ 0,66 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Cartório do 2º Ofício

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls 163
Rubrica

ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO JK

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1° - O **Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck (Instituto JK)**, também designado pela sigla **"IJK"**, constituída em 06 de junho de 2007, inscrita no CNPJ sob o nº 08.943.412/0001-77, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de caráter beneficente, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sem cunho político/partidário, com duração por tempo indeterminado e número ilimitado de sócios, de âmbito nacional e internacional, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou credo, com sede e foro na Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, CEP 65.930-000, sendo regido pelo presente Estatuto, pela Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, atendendo, naquilo que couber, o disposto na Lei nº 13.204/2015 (MROSC), e, ainda, pelas demais legislações pertinentes e aplicáveis à sua atuação junto à sociedade.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 2°- O **Instituto JK**, com atuação, predominantemente, nas áreas de saúde, educação, assistência social, possui os seus objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social com vistas à:

I - Promover a assistência social, através da proteção à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à família na sua integralidade; ao amparo às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social; a habilitação e reabilitação e pessoas com deficiências, bem como integração à vida social.

§1°. Promover ações de amparo à criança e adolescente quilombola e indígena;

§2°. Promover ações que visem o combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de menores, buscando parceria e orientação junto às instituições que lidam com essas temáticas;

§3°. Desenvolver ações que valorizem e promovam o protagonismo, empoderamento e convivência familiar e comunitária da pessoa idosa;

§4°. Prestar serviço Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI, conforme a Lei nº 10.741/2003 e as Resoluções CNDI nº 12/2008 e RDC nº 283/2005 e demais legislações pertinentes, promovendo ações para desenvolver políticas que visam à promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas, com vistas à:

a) Prestar serviços de relevância social e de interesse público de acolhimento institucional aos idosos, quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares, proporcionando-lhes proteção social especial de alta complexidade, prestando serviços de atendimento de modo gratuito, universal, continuada, permanente e planejada;

b) Manter unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, independentes ou com diversos graus de dependência, que estejam nas seguintes situações: falta de condições dignas para permanecer com a família, sendo vítimas de atos de violência e/ou negligência, em situação de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em conformidade com o presente estatuto;

c) proporcionar aos idosos institucionalizados, assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, bem como atividades culturais e recreativas, visando à preservação de sua saúde física e mental;

d) propiciar ambiente acolhedor aos idosos institucionalizados na instituição em conformidade com o estatuto do idoso, buscando sempre a longevidade e o bem-estar deles;

e) incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção aos idosos institucionalizados, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar, como formas de sociabilidade.

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 164
Rubrica

§6º. O **IJK** adotará um Regimento Interno que, aprovado por sua diretoria após a homologação expressa do respectivo Conselho Municipal, disciplinará o seu funcionamento, a sua organização, a capacidade operacional, os procedimentos de acolhimento e desacolhimento institucional, os critérios e as normas a serem observadas, inclusive quanto à aplicação das regras do **IJK** e outros assuntos de seu interesse.

II – Promover e desenvolver o acesso à educação básica, nos níveis infantil, através de creches (em regime parcial e/ou integral) e pré-escolas; o ensino fundamental; o ensino de jovens e adultos (EJA), bem como a educação no campo, especial, profissional e técnica.

§1º. Implantar projetos educativos, nas mais diversas áreas, possibilitando inclusive, a inclusão tecnológica, o ensino de idiomas e treinamento em geral nas comunidades;

§2º. Atuar na promoção gratuita de educação, de forma complementar, podendo instalar, gerir e manter atividades educacionais, bem como cursos de extensão e especialização;

§3º. Firmar parcerias com outras instituições ou entidades sem fins econômicos, no sentido de oferecer qualificações quando se fizerem necessárias;

§4º. Promover a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento institucional, por meio da elaboração e execução de projetos;

§5º. Conceder ou gerenciar bolsas de ensino, pesquisa e extensão, em nível básico, técnico, de graduação, pós-graduação (*Stricto Sensu* e *Lato Sensu*) em atividades vinculadas com as finalidades estatutárias;

§6º. Organização, promoção e participação em atividades culturais e educacionais, tais como treinamentos, conferências, seminários, exposições e outras formas de divulgação dos avanços técnicos e científicos em suas áreas de atuação, do Brasil e de outros países.

III – Apoiar e prestar assistência integral de saúde às pessoas de situação econômica deficitária, inclusive, no âmbito hospitalar e ambulatorial, de forma gratuita, podendo implantar e gerir serviços médico-hospitalares e de assistência à saúde de baixa, média e alta complexidade, podendo ainda:

§1º. Estimular a pesquisa e a produção de trabalhos científicos de natureza médica, econômica e social no campo da saúde pública, por meio de estudos, cursos, simpósios, conferências e outros tipos de eventos, objetivando a formação, a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de profissionais em geral;

§2º. Assessorar gestores de saúde e equipes assistenciais visando à melhoria da atenção à saúde da população atendida pelo sistema de saúde;

§3º. Promover o ensino das ciências da saúde, com ênfase nas ações voltadas para a formulação e gestão da política de saúde, modelos de atenção à saúde e práticas assistenciais individuais e coletivas;

§4º. Prestar assistência médico-hospitalar remunerada, revertendo os resultados financeiros para a execução das suas finalidades, excluídos, entretanto, os seus associados e diretores de qualquer participação nesses resultados financeiros.

§5º. Prestar serviços gratuitos permanentes sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo CNAS;

§6º. Manter amplo serviço de assistência médica, pedagógica e social;

§7º. promover a gestão da saúde primária, secundária e terciária, inclusive em parceria com o Poder Público, contribuindo de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil visando, principalmente, garantir a universalidade e as oportunidades de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão;

§8º. Conjugar esforços com outras entidades e poder público, a fim de atingir seus objetivos específicos, mediante contratação e/ou parcerias, de forma a proporcionar melhoria na qualidade da assistência;

§9º. promover a prevenção em saúde por intermédio de atividades voltadas para redução de risco à saúde nas áreas de:

a. nutrição e alimentação saudável;

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 165
Rubrica

b. prática corporal ou atividade física;
c. prevenção e controle do tabagismo;
d. prevenção ao câncer, ao vírus da imunodeficiência humana (HIV), às hepatites virais, à tuberculose, à hanseníase, à malária e à dengue;
e. redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito;
f. prevenção da violência; e
g. redução da morbimortalidade nos diversos ciclos de vida.

IV – Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, através de mecanismos à formação e integração das comunidades, estimulando o desenvolvimento intelectual, cultural e social das mesmas.

§1º. Coletar, elaborar e divulgar, nos meios de comunicações locais, regionais, nacionais e internacionais informações de cunho político, social e cultural, relacionados aos interesses das comunidades, por meio de pesquisas de mercado e de opinião pública;

§2º. Implantar, estruturar e gerir projetos de comunicação e informação cultural em rádios comunitárias, com vistas à integração da comunidade e à preservação da identidade cultural;

V – Promover a defesa da preservação e conservação da biodiversidade, da agricultura familiar, da fauna e da flora, da pesca e demais recursos naturais indispensáveis à sobrevivência humana, com vista ao desenvolvimento sustentável e ao apoio produtivo local.

§1º. Promover e participar de ações visando a preservação, a recuperação e educação ambiental, em geral e, particularmente, a conservação e a otimização do uso sustentável das águas brasileiras e ecossistemas associados, visando garantir a integridade dos processos naturais, o equilíbrio ambiental e o bem-estar social, objetivando o desenvolvimento local integrado e sustentável;

§2º. Apoiar, subsidiar e orientar comunidades locais e tradicionais, rurais e urbanas, agricultores familiares e povos indígenas na elaboração, planejamento e desenvolvimento de projetos e atividades que visem ao seu desenvolvimento econômico, à conservação ambiental e à justiça social;

§3º. Promover ações e projetos da reforma agrária, da agricultura familiar, da inclusão social, da pesca e aquicultura, do apoio produtivo e da geração de trabalho e renda;

§4º. Apoiar projetos e implantar ações de eficiência energética contribuindo para a conservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis, voltados ao desenvolvimento sustentável e ao consumo consciente;

§5º. Firmar parcerias com diversos setores da sociedade, almejando a redução de custos referente ao consumo de insumos energéticos e hídricos a população;

§6º. Garantir condições de utilização de fontes de energia primária produzidas localmente, a conscientização sobre o uso eficiente dos recursos renováveis e geração de energia com menos emissões, almejando a redução dos impactos ambientais;

§7º. Fomentar ações que busquem novas tecnologias de baixo custo de operação e manutenção de consumo de rede elétrica a populações em situação de vulnerabilidade;

§8º. Prevenção da poluição e implementação de políticas de saneamento básico para gestão adequada dos resíduos sólidos e melhoria do padrão de vida das comunidades;

§9º. Conscientizar e mobilizar sociedade para estilos sustentáveis de vida com utilização consciente e bem-estar para todos;

§10. Estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias dos pequenos produtores das comunidades rurais para dinamizar atividades produtivas;

§11. Promover a assistência técnica e a extensão rural;

§12. Promover a funcionalidade, gestão, operação, revitalização, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas, bem como realizar ações para ampliar a oferta de água para usos múltiplos;

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls 166
Rubrica

§13. Fomentar iniciativas inovadoras que reduzam as emissões de gases do efeito estufa para promover a proteção, conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros;

§14. Fomentar projetos de recuperação de florestas, agricultura de baixo carbono, geração de créditos de carbono, recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta e energia;

§15. Apoiar a consecução de atividades técnicas por meio do fornecimento de suporte técnico e operacional para suporte às atividades de proteção, manejo, pesquisa e monitoramento da biodiversidade;

§16. Atuar para a criação de parques, reservas, monumentos naturais e corredores de biodiversidade, dando-se especial atenção às espécies ameaçadas de extinção, áreas estratégicas para a proteção e preservação de sítios de rara beleza cênica e prestar serviços de consultoria e assessoria nas áreas de conservação, proteção e restauração do meio ambiente, resgate e preservação do patrimônio cultural e no desenvolvimento socioeconômico de comunidades;

§17. Cooperar com instituições interessadas na conservação dos recursos naturais, através de convênios e afins e realizar a arrecadação, administração e desembolso de fundos, através de entidades e órgãos governamentais e não governamentais, ou privados, para a conservação do meio ambiente, valorização do patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável.

VI - Promover ações voltadas para construção de unidades habitacionais e/ou obras de infraestrutura para energia elétrica/renovável, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos, de interesse popular, tanto urbana quanto rural, com vistas à moradia digna.

VII - Promover ações de cadastramento e/ou legalização de áreas urbanas ou rurais para projetos de habitação popular e instalação de projetos de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

VIII – Desenvolver, acompanhar, fiscalizar e executar projetos de engenharia, arquitetônicos e estruturas de criação e ampliação de espaços físicos, construção/reforma de casas populares, preparação de terreno, quadras e quaisquer edificações no desenvolvimento de projetos sociais;

IX - Promover programas de esporte e lazer que auxiliam no desenvolvimento de hábitos saudáveis na população;

X - Possibilitar a inclusão digital através de qualificação e capacitação em cursos profissionalizantes;

XI - Estimular a utilização dos meios de comunicações digitais e visuais;

XII - Promover o voluntariado, conforme disposições estabelecidas em Regimento Interno;

XIII - Promover ações de combate à pobreza, à insegurança alimentar, à miséria e à exclusão, com vistas ao desenvolvimento social;

XIV - Promover a defesa da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, para a constituição de uma sociedade justa e igualitária;

XV - Propiciar o atendimento e assessoramento aos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social LOAS, defesa e garantia de seus direitos;

XVI - Prestar serviços jurídicos, por intermédio de advogado e/ou sociedade de advogado, para orientar e defender os direitos dos povos, comunidades e organizações da sociedade;

XVII - Promover estudos de direito comparado, estudos antropológicos, geográficos, biológicos, ecológicos, sociológicos, sociodemográficos e outros dos demais campos do saber humano correlatos com suas diversas atividades;

XVIII - Prestar assessorias e consultorias nas mais diversas áreas a entidades sem fins econômicos, instituições públicas municipais, federais, empresas privadas e pessoas físicas;

XIX - Desenvolver projetos e atividades para realizar captação de recursos pelas Leis de Incentivos e Fundos (nacionais/estrangeiros) voltados ao desenvolvimento social e econômico;

XX - Desenvolver projetos, programas ou planos de ações, com repasse ou doação de recursos

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silv
OAB/MA nº 17.27[illegible]

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 167
Rubrica

físicos, humanos ou financeiros, ou ainda por meio da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos que atuam em áreas afins e a órgãos do setor público;

XXI - Elaborar projetos e propostas para captação de recursos junto a instituições nacionais e internacionais para financiamento de projetos e/ou programas próprios ou de outras entidades com objetivos semelhantes aos do Instituto;

XXII - promover ações voltadas ao combate das formas de discriminação racial, étnica e de gênero;

XXIII - Promover a saúde, educação e a gestão de serviços e programas em estabelecimentos socioeducativos e em unidades prisionais para população privada de liberdade;

XXIV - promover ações voltadas à geração de renda, com integração ao mercado de trabalho.

Art. 3°- No desenvolvimento de suas atividades, a entidade observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade, e da eficiência. Prestará serviços gratuitos permanentes, sem quaisquer discriminações de raça, cor, gênero, religião, gostos e nacionalidade em toda a sociedade.

Art. 4° - A entidade terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral disciplinará o seu funcionamento;

Art. 5º - Com a finalidade de cumprir seus propósitos, o Instituto poderá firmar: Termo de Colaboração, Termos de Fomento, Acordos de Cooperação, Convênios, e propor procedimento de manifestação de interesse social e outros tipos de avenças, com pessoas físicas e jurídicas de natureza pública ou privada, de direito interno e externo, entidades e órgãos públicos da administração direta e indireta, municipal, estadual e federal, bem como, outras instituições de âmbito nacional e/ou internacional, dentre as quais:

I. organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições regimentais e estatutárias, bem como por normas operacionais específicas;

II. promover a participação voluntária de pessoas e instituições interessadas em contribuir para a melhoria das condições de vida e de bem-estar social;

III. participar de certames licitatórios, ou outras formas de contratação administrativas, previstas na legislação vigente;

IV. promover a convergência de trabalhos com entidades afins, evitando-se a sobreposição de esforços;

V. realizar outras atividades éticas e legais que contribuam para suas finalidades, manutenção e patrimônio.

§1º. Cada unidade independente disposta no inciso I será administrada por um Gerente Regional nomeado pelo Conselho de Administração e que atuará nos limites expressos de atribuição e responsabilidades que por procuração pública lhe for outorgada pelo Diretor Presidente, sob pena de responsabilização pessoal em caso de excesso, nos termos da lei vigente.

Art. 6º - A entidade disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral e Ordem Executiva emitida pela Diretoria.

Art. 7º - O **IJK,** a fim de cumprir suas finalidades, se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem, as quais se regerão pelo Regimento Interno em todo território nacional e Internacional.

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 16
Rubrica

CAPÍTULO III - DAS ATIVIDADES SOCIAIS

Art.8º - O **IJK**, terá como prioridades as atividades que serão atribuídas à Diretoria e seus Conselhos:

I - Criar, manter ou administrar unidades de apoio e produção de recursos audiovisuais e demais atividades correlatas;

II - Realizar programas educacionais comunitários;

III - Associar-se, estabelecer parcerias, intercâmbios, celebrar contratos, acordos, convênios e outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou internacional;

IV - Patrocinar exposições, vender, editar e distribuir livros, cadernos, revistas, jornais, monografias, filmes, vídeos, que versem sobre a educação e as finalidades da própria entidade;

V - Promover ações sócio culturais, educacionais e beneficentes, destinadas ao homem da cidade e do campo nas suas dimensões físicas, intelectual, técnica, econômica, social e espiritual, promovendo a inclusão social e cidadania;

VI - Promover, sugerir, coordenar, administrar, gerir e executar ações, recursos, projetos, financiamentos e programas, em todos os seus aspectos, relacionados à cultura, educação, saúde, lazer, comunicações, esportes, recursos humanos e da agricultura familiar.

Art. 9º - Como forma de cumprir e alcançar os melhores padrões de qualidade científica, técnica e profissional no desenvolvimento de seus objetivos, o **IJK** buscará a autossustentação econômica e financeira mantendo para isso, onde lhe convier e de acordo com seus Planos de Ação, nas seguintes atividades:

I. Unidades de Pesquisa Médicas e Jurídicas, de Estudo e Ensino;

II. Desenvolvimento de atividades nas diversas áreas de saúde, de forma ampla e não limitada, em especial as áreas de odontologia, enfermagem, nutrição, psicologia e psicanálise, fisioterapia, terapia ocupacional, terapia de nutrição enteral e parental, mas a elas não se restringindo;

III. Gestão de Unidades Básicas de Saúde, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência, Unidades de Pronto Atendimento, UTI móvel, Clínicas, Programas de Saúde da Família e hospitais;

IV. Desenvolvimento de atividades de atendimento hospitalar, pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento de urgências e emergência, atividade médico ambulatorial com a realização de procedimento cirúrgico, realização de exames complementares e consultas, bem como atividade de reprodução assistida e demais atividades inerentes a área de saúde;

V. Fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência ao paciente em domicílio;

VI. Realização de serviço de vacinação, imunização humana e serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;

VII. Desenvolvimento de atividades de apoio à gestão da saúde;

VIII. Produção Literária, cinematográfica, audiovisual, multimídia e similares;

IX. Apoio na área médica, jurídica e administrativa, podendo desenvolver parcerias em qualquer área necessária para o melhor funcionamento das entidades públicas;

X. Realização de estudo de viabilidade técnica e instalação de equipamentos de tecnologia da área médica, via internet, áudio, vídeo, rádio, satélite e similares para possibilitar melhores condições para o setor médico;

XI. Realização de estudo técnico de viabilização, utilização e instalação de tecnologia de soluções de informática para as atividades e procedimentos de saúde, educação, contabilidade e recursos humanos dos municípios, podendo realizar, organizar, incentivar, promover e apoiar serviços de consultoria e assessoramento;

XII. Desenvolvimento de modelos para modernização da gestão pública, utilizando métodos de

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 169
Rubrica

planejamento ordenado das ações do **IJK**, através de instrumentos de programação, controle orçamentário, acompanhamento e avaliação de atividades;

XIII. Desenvolvimento de estudos, planos, programas e ações executivas e gerenciais, voltados para modernização da gestão educacional com programas de capacitação de equipes de docentes e gestores públicos vinculados à educação;

XIV. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, não-customizáveis e/ou sob encomenda;

XV. Consultoria, suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação; e,

XVI. Fornecimento e locação de equipamentos, maquinários e mão-de-obra temporária.

CAPÍTULO IV - DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 10 - O **IJK,** adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 11 - São órgãos da administração da entidade:
I. Assembleia Geral;
II. Diretoria Executiva;
III. Conselho Fiscal;
IV. Conselho Administrativo.

Art. 12 - Fica vedada aos dirigentes do **IJK**, na gestão administrativa, a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, bem como em relação aos seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até 3° grau.

SEÇÃO I - ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13 - Assembleia Geral é órgão Máximo e soberano da vontade social e será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatuários, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Administrativo.

Art. 14 - A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, em cada semestre, e delibera por maioria de seus integrantes, salvo os casos previstos neste Estatuto, podendo reunir-se extraordinariamente sempre que convocado pela Diretoria Executiva, Conselhos ou por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados, quites com seus direitos estatutários.

I. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da entidade e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, assinado pelo Presidente Executivo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data fixada para sua realização e tratará meramente da pauta do edital.

a) O Edital indicará, também, o dia, a hora e o local da Assembleia.

b) A Assembleia tratará, meramente, da pauta do edital.

II. Salvo disposição expressa, prevista neste Estatuto, as reuniões da Assembleia Geral serão instaladas pelo Presidente da Assembleia em primeira convocação com a presença da maioria absoluta de seus associados, ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois com o *quórum* estabelecido neste parágrafo;

III. No caso de não atendimento do quórum fixado no parágrafo anterior, o Presidente da Assembleia efetuará terceira convocação para o mesmo local, mantida a mesma pauta e observado

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 120 Rubrica

o espaço mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após a segunda convocação, tendo como quórum a maioria simples;

IV. As deliberações da Assembleia Geral, em suas reuniões extraordinárias, são tomadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes, salvo nos casos em que este estatuto requeira outro quórum de votação;

V. Caberá ao presidente da assembleia, sempre que necessário, o voto de qualidade;

Art. 15 - A Assembleia Geral ordinária reunir-se-á, obrigatoriamente, no primeiro trimestre de cada ano para a prestação de contas, e apresentação de relatórios e planos de ação.

SUBSEÇÃO I - DAS ORDENS NORMATIVAS

Art. 16 - A Assembleia Geral, ao elaborar as ordens normativas da entidade, fixará:

I - As atribuições de seus representantes e sócios, não constantes neste Estatuto;

II - A organização e funcionamento da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Administrativo;

III - O processo de eleição dos órgãos internos.

Art. 17 - Compete a Assembleia Geral:

I - Eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II - Destituir os membros da Diretoria Executiva e/ou do Conselho Fiscal;

III - Apreciar o relatório semestral e o relatório anual de atividades do **IJK**, elaborados pela Diretoria Executiva;

IV - Alterar o Estatuto, inclusive no tocante a administração;

V - Aprovar o balancete semestral e o balanço anual, após parecer prévio Conselho Fiscal;

VI - Deliberar sobre o plano anual de atividades da entidade e seus respectivos orçamentos, elaborados pela Diretoria Executiva;

VII - Emitir ordens normativas para funcionamento interno da entidade;

VIII - Instituir comitê técnico com vistas à avaliação de qualidade das ações, programas e projetos desenvolvidos, bem como fixar a forma de sua contratação e remuneração;

IX - Regulamentar os critérios de contribuição de entidades beneficiárias e os serviços prestados pelo **IJK**;

Parágrafo Único – para as atribuições previstas nos incisos II e V, é exigida a deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, em quórum respeitado no parágrafo 2° do artigo 14 deste Estatuto, ou com de 1/3 (um terço) dos associados nas convocações seguintes.

SEÇÃO II - DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18 - A Diretoria Executiva será constituída por:

I – Presidente;

II. Vice-Presidente; e,

III. Tesoureiro.

Parágrafo Único - Os Diretores de Departamentos são de livre escolha do Presidente, não havendo eleição para escolha dos mesmos.

Art. 19 - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, sendo permitida mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 20 - Os membros eleitos da Diretoria, com atuação efetiva e cotidiana na Gestão

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 171
Rubrica

Administrativa do **IJK**, bem como aqueles que lhe prestam serviços específicos, poderão ser remunerados, respeitando os limites máximos e valores praticados por suas funções e de acordo com o mercado da região correspondente à sua área de atuação, devendo o valor da remuneração de cada membro, ser fixado pela Assembleia Geral, obedecendo aos critérios razoáveis, que considerem os graus de dedicação individual e a responsabilidade administrativa e jurídica de cada membro da Diretoria.

Parágrafo Único - Independentemente dessa remuneração pela Gestão Executiva, é permitida a cumulação de funções remuneradas dos membros da Diretoria Administrativa em projetos e ações da **IJK**, desde que compatíveis com as suas funções e competências estabelecida neste Estatuto.

Art. 21 - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

SUBSEÇÃO I - ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 22 - São atribuições da Diretoria Executiva:

I. Elaborar programa anual de atividades e executá-lo;

II. Reunir-se com instituições públicas e privadas, para mútua colaboração em atividades de interesses comum;

III. Convocar a Assembleia Geral;

IV. Propor a Assembleia Geral a criação, incorporação, manutenção, transferência e extinção de atividades, projetos e programas, em qualquer localidade do Território Nacional;

V. Propor a Assembleia Geral a criação de setores especializados, sem personalidade jurídica própria, visando o desenvolvimento das finalidades do Instituto, em qualquer localidade do Território Nacional;

VI. Elaborar e encaminhar à aprovação da Assembleia Geral, o seu regulamento e os regulamentos de seus setores e/ou programas de atuação;

VII. Dar efetiva consecução as finalidades do **IJK** administrando e supervisionando os serviços inerentes a mesma;

VIII. Conceder bolsas de estudo e de pesquisa, conforme programas aprovados pela Assembleia Geral;

IX. Formular a política de admissão, atribuições e critérios de promoção e remuneração dos empregados do Instituto e apresentá-lo a Assembleia Geral para aprovação;

X. Zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e demais dispositivo regimentais e regulamentares;

XI. Representar o Instituto perante todos os entes federativos, administração direta e indireta, órgãos públicos em geral, empresas privadas nacionais e internacionais, em juízo ou fora dele, e perante toda a sociedade civil brasileira organizada em qualquer circunstância jurídica, social, administrativa, oficial e extraoficial.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá incluir outras atribuições á Diretoria Executiva, em tudo, obedecido este Estatuto.

SUBSEÇÃO II - COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23 - Compete ao Presidente:

I. Extrajudicialmente, e em todos os atos e negócios de interesses representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e inerentes aos seus objetivos;

II. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contas de poupança e aplicações financeiras junto a bancos e instituições financeiras em geral, receber senhas, solicitar talões de cheques, fazer depósitos, efetuar saques, emitindo, assinando e endossando cheques, ordens de pagamento e

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.27[illegible]

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 172
Rubrica

outros documentos a que se fizer necessário juntamente com o Tesoureiro;

III. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

IV. Administrar a entidade, em suas relações com Assembleia Geral, com o Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e com terceiros, governos, órgãos (públicos e privados), autarquias, iniciativa privada e instituições diversas;

V. Convocar, instalar e presidir reuniões da Diretoria Executiva;

VI. Nomear as comissões julgadas necessárias à apreciação e estudo de questão que, pela sua natureza, exijam acurado exame;

VII. Dirigir e supervisionar todas as atividades da Instituição, podendo, para tanto, admitir e dispensar empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, contratar a locação de serviços de trabalhadores eventuais e sem vínculo empregatício, quando for caso;

VIII. Emitir e/ou aceitar as notas fiscais, faturas e duplicatas, bem como descontá-las junto a instituições financeiras;

IX. Assinar convênios e contratos relativos às finalidades em todos os níveis, entidades e órgãos da administração pública e/ou privada;

X. Praticar em nome do Instituto quaisquer outros atos em direitos permitidos e que, por disposição estatutária, não pressuponham a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral;

XI. Administrar e gerir fundos e recursos provenientes de órgãos e entidades da administração direta e indireta (municipal, estadual e federal) em nome da entidade, representando-a em todas as instâncias e níveis;

XII. Assinar todos os documentos, de qualquer ordem, como convênios, contratos e termos de parcerias com governos (municipal, estadual e federal) e autarquias, podendo assinar, juntar e receber documentos, requerer e promover todos os atos necessários ao fiel desempenho dessa função;

Art. 24 - Compete ao Vice-Presidente:

I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

II. Assumir o mandado, em caso de vacância, até o seu término;

III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

IV. Organizar e secretariar as reuniões da diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;

Art. 25 - Compete ao Tesoureiro:

I - Substituir o Presidente e/ou Vice-Presidente nos seus eventuais impedimentos;

II - Receber os recursos financeiros e efetuar pagamentos escriturando-os em livro próprio;

III - Cuidar da escrituração contábil, mantendo-a rigorosamente em dia e manter sob sua guarda os haveres, títulos e documentos do **IJK**, que representem valores;

IV - Apresentar mensalmente o balancete do movimento financeiro do **IJK**, bem como, organizar o balanço geral no fim do ano para ser anexado ao relatório do Presidente a fim de ser submetido à aprovação do Conselho Fiscal;

V - Redigir a proposta de orçamento anual;

VI - Redigir a prestação anual de contas;

VII - Emitir e endossar cheques, bem como, expedir ordens de pagamento, assinando em conjunto com o Presidente;

VIII - Executar as atribuições delegadas;

IX - Abrir conta em Banco de escolha da Diretoria;

SEÇÃO III - CONSELHO FISCAL

Art. 26 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembleia

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 173
Rubrica

Geral, sendo composto pelo: Presidente do Conselho Fiscal; Vice-Presidente e Primeiro Secretário.

I. Os membros do Conselho Fiscal não poderão acumular outros cargos na administração do **IJK**;

II. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Art. 27 - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei, sendo competente, dentre outras atribuições para:

I. Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, devendo a Diretoria Executiva prestar todas as informações solicitadas;

II. Examinar as contas da Diretoria Executiva no final de cada exercício, submetendo-as a aprovação da Assembleia Geral;

III. Auxiliar a Diretoria Executiva, sempre que solicitado;

IV. Sugerir a contratação e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

V. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

Art. 28 - Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

I. Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;

II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Secretário;

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal:

I. Arrecadar e contabilizar as doações, subvenções, auxílio e donativos, mantendo em dia a escrituração;

II. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;

III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

IV. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

V. Apresentar, semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal:

VI. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

VII. Assinar em conjunto com o Presidente todos os cheques, recibos e duplicatas emitidos pela entidade;

VIII. Apresentar relatórios financeiros para serem submetidos a Assembleia Geral;

IX. Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, contratado por profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil.

Art. 30 - Compete ao Primeiro Secretário do Conselho Fiscal:

I. Substituir o Vice-Presidente do Conselho Fiscal em suas faltas ou impedimentos;

II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal.

SEÇÃO IV – DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 31 - O Conselho de Administração, segue os seguintes critérios:

I - Composição:

a) De até 55% (cinquenta e cinco) por cento de membros eleitos pela Assembleia Geral;

b) De 35% (trinta e cinco) por cento eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls 174
Rubrica

c) 10% (dez) por cento de membros indicados ou eleitos pela diretoria.

II - Os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, admitida recondução;

III - O Conselho Administrativo será escolhido em Assembleia Geral;

IV - O Presidente Executivo deverá participar das reuniões deste Conselho sem direito a voto;

V - O Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo três vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - Os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços prestados ao Instituto, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VII - Os membros do Conselho Administrativo não poderão acumular outros cargos na administração do **IJK.**

Art. 32 - É de competência do Conselho de Administração:

I - Aprovar a proposta de Contrato de Gestão;

II - Aprovar a proposta de orçamento e o programa de investimentos do Instituto;

III - Designar e dispensar os membros da Diretoria;

IV- Fixar a remuneração dos membros da Diretoria;

V - Aprovar o Estatuto bem como suas alterações e a extinção da entidade:

VI - Aprovar o regimento do Instituto, que deve dispor, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

VII - Aprovar sobre o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços bem como para compras, alienações e o plano de cargos, salários benefícios dos empregados da entidade, elaborados pela Diretoria;

VIII - Aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do Contrato de Gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

IX - Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Parágrafo Único - Constituem atribuições privativas do Conselho de Administração:

I. fixar o âmbito de atuação e diretrizes do **IJK**, para consecução dos seus objetivos;

II. aprovar a proposta de contrato de gestão do **IJK**;

III. aprovar a proposta do orçamento e o programa de investimentos do **IJK**;

IV. designar e dispensar os membros da Diretoria, inclusive regionais ou em unidades independentes;

V. fixar em ata a remuneração, caso ocorra, dos membros da Diretoria, inclusive regionais ou em unidades independentes, respeitados os limites máximos, os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua atuação, remuneração esta que deverá ser inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do poder executivo federal;

VI. aprovar o Regimento Interno do **IJK**, apresentado pela Diretoria, que deve dispor, no mínimo sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VII. aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da **IJK**;

VIII. aprovar e encaminhar, ao órgão superior da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades, elaborados pela Diretoria;

IX. fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas nos contratos de gestão e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do **IJK**, com o auxílio de auditoria externa, caso necessário;

X. convocar a Diretoria, sempre que necessário.

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls 125
Rubrica

CAPÍTULO V – DOS SÓCIOS

Art. 33 - O **IJK** é composto de Sócios:

I. Fundadores: São considerados todos aqueles que participaram da reunião de fundação e assinaram a primeira Ata da Entidade;

II. Efetivos: Aquele que ingressou na entidade posteriormente a sua fundação, e contribuiu com a realização de seus objetivos, distinguidos pela Assembleia Geral entre os sócios, para comporem o Quadro Efetivo da Entidade;

III. Contribuintes: Considera-se, todo aquele que contribuir mensalmente com certa quantia para a manutenção da entidade, na forma que dispuser a resolução da Assembleia Geral;

IV. Benemérito: Será considerado benemérito todo aquele que obtiver o Diploma da assembleia geral, mediante proposta aprovada de que prestou relevantes serviços a entidade, que lhe concederá o referido título, ficando o mesmo isento de pagamento de mensalidade;

V. Honorários: Considera-se sócio Honorário o cidadão, autoridade, empresa ou instituições governamentais ou não governamentais que presta serviços voluntários ao **IJK** e sempre na condição de gratuidade;

§ 1° - Os direitos e atribuições específicos dos sócios serão descritos nas ordens normativas para funcionamento interno do **IJK**;

§ 2° – A entidade, não tem entre seus sócios, colegiados e demais integrantes nenhum caráter de vitaliciedade e/ou perpetuidade de função e/ou composição, deixando de pertencer a ela aquele que não mais estiver ativo conforme este estatuto e ordens normativas;

§ 3° - O **IJK** expedirá instruções normativas a respeito dos sócios contribuintes, advindos de cursos e treinamentos diversos promovidos pela entidade, em áreas especificas, com o objetivo do disciplinamento de suas ações;

§ 4° - Os sócios Honorários não têm direito de votar e serem votados;

§ 5° - Os sócios Contribuintes e pessoas física ou jurídica não recebem restituição das contribuições que tiverem doados, vez que já integra o Patrimônio do Instituto.

Art. 33-A - Para o disposto neste Estatuto, entende-se como Voluntário toda pessoa física, que prestar serviço voluntário, sendo necessária a admissão pela Direção, e, sobretudo, respeitar a legislação específica e as demais normas e regras sobre o tema adotadas pelo **IJK** inclusive, sendo indispensável a assinatura do Termo de Adesão de Trabalho Voluntário.

§ 1° - Para implementação do disposto neste artigo, a entidade poderá, além de outras ações executar projetos sociais ALUMAR, VALE, Poder Público em geral, dentre outras entidades;

§ 2° - Os Voluntários não serão considerados sócios da Entidade, para os efeitos das regras dispostas no Capítulo V, deste Estatuto.

SEÇÃO I - DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 34 - São Direitos dos Sócios Quites com Suas Obrigações Sociais:

I. Votar e ser votado para os cargos eletivos;

II. Tomar parte nas Assembleias Gerais;

III. Requerer convocação da Assembleia Geral com no mínimo de 20% (vinte por cento) de sócios em pleno gozo de seus direitos sociais e estatuários;

IV. Frequentar as dependências do Instituto e participar de qualquer atividade por ela promovida;

V. Concorrer a qualquer cargo eletivo do **IJK**, desde que tenha carência de 01 (um) ano, sem anistia;

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls 176
Rubrica

VI. Usufruir dos programas e benefícios do **IJK**;
VII. Direito de requerer a qualquer momento o seu desligamento da entidade com oficio dirigido para Diretoria Executiva.

Art. 35 - São Deveres dos Sócios:
I. Cumprir as disposições Estatutárias e Regimentais;
II. Acatar as decisões da Diretoria;
III. Observar o Estatuto, ordens normativas, Regimento, deliberações, regulamentos e resoluções dos órgãos do Instituto;
IV. Respeitar a administração social e seus representantes associados autorizados;
V. Exercer integralmente qualquer cargo para o qual foi eleito ou nomeado, salvo por motivo justificado;
VI. Cooperar para promover o maior prestígio do Instituto;
VII. Comparecer às reuniões a que foi convocado.

SEÇÃO II – ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

Art. 36 - A admissão de novos sócios será decidida pela Diretoria Executiva por proposta de 02 (dois) sócios em dia com suas obrigações estatutárias e efetivadas após compromisso de cumprimento, pelo postulante dos encargos estatutários.
I. A qualidade de associado é intransmissível;
II. Os associados não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo **IJK** ou em nome dele, não havendo entre os associados quaisquer direitos e/ou obrigações recíprocas.
III. O desligamento do associado do **IJK** poderá ocorrer, somente, nas circunstâncias seguintes:
a) Por morte física;
b) Por incapacidade civil não suprida;
c) Por proposta do associado à Direção, de forma unilateral e por escrito, com anuência da Assembleia Geral; e,
d) Por decisão da Assembleia Geral, com maioria simples de votos, quando se verificar justa causa.

SEÇÃO III – PENALIDADES

Art. 37 - Os associados de qualquer categoria que afligirem as disposições deste estatuto, bem como os regulamentos internos vigentes, serão passiveis de penalidades, tais como:
I. Advertência
II. Suspensão
III. Exclusão
Parágrafo Único – Os sócios que tentarem desrespeitar este Estatuto serão punidos conforme ordens normativas, estando sujeito as penalidades de advertência ou suspensão.

Art. 38 - A pena de advertência será aplicada ao associado que deixar de cumprir as normas estatutárias e regulamentos.

Art. 39 - A pena de suspensão do **IJK**, imposta pela Diretoria Executiva, será aplicada quando:
I. O associado incorrer em falta grave ou quando já houver sido advertido conforme Parágrafo Único do Art.38;
II. For condenado em sentença transitada em julgado, por ato desabonador e que o torne inidôneo ao convívio social.

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls. 177
Rubrica

Art. 40 - Considerando-se falta grave passível de exclusão, provocar ou causar grave prejuízo moral ou material para o **IJK**.

Parágrafo Único - A exclusão dos associados só é admissível, havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e recurso à Diretoria executiva e/ou Assembleia Geral.

40-A - A perda da qualidade de associado em procedimento disciplinar ocorrerá quando ficar comprovada a ocorrência de:

I. Violação do estatuto social;

II. Difamação do **IJK**, de seus membros ou de seus associados;

III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;

IV. Desvio dos bons costumes;

V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;

§1º. Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da comunicação;

§2º. Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida pelo Diretor Presidente, de forma fundamentada;

§3º. Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, no prazo de 05 (cinco) dias, que decidirá o recurso em reunião extraordinária de pauta única;

§4º. Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º. A perda dos cargos dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, bem como os respectivos Diretor Presidente e Diretor Executivo, se dará nas hipóteses de abuso de mandato ou infração das disposições estatutárias, assegurado sempre o direito de defesa, decisão que caberá à assembleia geral.

40-B - É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Assembleia Geral, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas, sendo considerada sua efetividade na data no protocolo do requerimento.

CAPÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES

Art. 41 - A eleição para a Diretoria e Conselho Fiscal será realizada a cada 03 (três) anos, podendo ser nomeada comissão eleitoral para organizar o processo eleitoral, sendo constituída pelo Presidente, 1º Mesário e 2º Mesário.

Art. 42 - As chapas que concorrerão às eleições, serão compostas de todos os cargos previstos no presente estatuto e se registrarão até 72 (setenta e duas) horas da data das eleições, na secretaria do Instituto.

I. Em 24 (vinte e quatro) horas da data da eleição, deverá ser tornado público, a composição de todas as chapas, sob pena de nulidade do pleito.

II. Caso seja registrado apenas uma chapa (chapa única), as eleições serão realizadas por aclamação dos sócios presentes.

Art. 43 - Considera-se eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos dos sócios presentes às eleições.

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls. 128

Art. 44 - Para exercer direito de voto é necessário que o associado esteja regular com as obrigações sociais e esteja inscrito como sócio 02 (dois) anos antes da convocação da eleição.

Parágrafo Único - Logo após a proclamação do resultado da nova Diretoria e Conselho Fiscal, os membros eleitos serão empossados em seguida ou posteriormente em data a ser marcada.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 45 - O exercício financeiro do **IJK** tem início em 1° de janeiro e finda em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 46 - Até o dia trinta (30) de março de cada ano, a Diretoria Executiva apresentará a Assembleia Geral o Plano Anual de atividades e seu respectivo Orçamento Anual.

Parágrafo Único- A proposta orçamentária será anual e compreenderá:

I. Estimativa de receitas, discriminadas por fontes de recurso;

II. Fixação de despesas com discriminação analítica.

Art. 47 - O **IJK** mantém, nos termos da lei, escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis, revestidos das devidas formalidades legais e capazes de assegurar a exatidão de seus procedimentos e adota todas as medidas legais concernentes a sua condição social.

Art. 48 - A prestação anual de contas será submetida à Assembleia Geral até o dia trinta e um (31) de maio de cada ano, com base nos Demonstrativos Contábeis encerrados em 31 de dezembro de ano anterior, revestidos das devidas formalidades legais e capazes de assegurar a exatidão de seus procedimentos e adotar todas as medidas legais concernentes a sua condição social.

Art. 49 - O **IJK** conservará em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial.

CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 50 - A Prestação de Contas do **IJK** será submetida à Assembleia Geral, tendo por base:

I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;

II. Publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termo de parceria, conforme previsto em regulamento ou quando a legislação específica assim exigir;

Art. 51 - Na gestão dos recursos oriundos de acordos firmados com o poder público os dirigentes do **IJK** observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sendo cumprida as bases dos incisos I, II e III do art. 49.

Art. 52 - O **IJK** cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária, devendo a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública serem objeto de prestação de contas na forma do estabelecido pelo artigo 70 da Constituição federal.

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls. 129
Rubrica

Parágrafo Único - A entidade adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 53 - Os relatórios financeiros e de execução dos contratos de gestão do **IJK** serão publicados no respectivo Diário Oficial do Poder Público, anualmente, ou com a periodicidade determinada pelo Poder Executivo responsável, podendo ser da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

CAPÍTULO IX - DAS RECEITAS

Art. 54 - Constituem receitas do **IJK**:

I. os rendimentos provenientes de títulos, ações, papéis financeiros de sua propriedade ou frutos de outros de seus investimentos;

II. as rendas, os frutos e os produtos dos bens móveis e imóveis que possua;

III. os recursos provenientes dos contratos, convênios ou qualquer outro tipo de ajuste celebrado com instituições públicas ou privadas;

IV. a remuneração que receber por serviços que prestar e trabalhos que executar, a qualquer título;

V. as subvenções e transferências do Poder Público e quaisquer contribuições e auxílios efetivados por pessoas físicas e jurídicas, objetivando o desempenho de suas finalidades estatutárias;

VI. bens originários de outras instituições congênere que venham a ser extintas e que lhe sejam atribuídos;

VII. as dotações que lhe forem destinadas;

VIII. os recursos financeiros provenientes de venda de publicações, edições filmes, vídeos e outros bens, produzidos pela instituição ou não;

IX. outros recursos financeiros e patrimoniais que porventura lhe sejam destinados.

Art. 55 - Ao **IJK**, por sua natureza jurídica, aplica todas as suas rendas, seus recursos e eventual *superávit* integralmente no território nacional, na sua manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 56 - A propriedade e os direitos relativos a bens imóveis que constituírem o patrimônio do **IJK** somente poderão ser alienados, permutados ou gravados com ônus mediante prévia aprovação da Assembleia Geral.

Art. 57 - No caso de extinção ou perda da qualificação como Organização Social, o patrimônio, legados ou doações, bem como excedentes financeiros decorrentes exclusivamente das atividades desenvolvidas pelo **IJK** em razão de contrato de gestão, serão integralmente incorporados ao patrimônio de outra entidade congênere, qualificada como Organização Social, e que atue na mesma área, sendo indicada pelo ente político (estadual, distrito federal, municipal ou federal), responsável pela qualificação do **IJK**, ou ainda, ao patrimônio do próprio ente político, na proporção dos recursos e bens por eles alocados.

CAPÍTULO X - DO CONSELHO DE ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls. 150
Rubrica

Art. 58 – O Conselho de Ética e Transparência será composto por 03 (três) membros, sendo 02 (dois) membros efetivos e 01 (um) convidado.

§1º. As vagas destinadas aos membros efetivos serão compostas pelo Analista de *Compliance* do **IJK**, que ficará responsável por coordenar as atividades do Conselho, e por dois membros indicados livremente pelo Conselho de Administração do **IJK**, com mandatos de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

§2º. Nas apurações ou deliberações acerca de infrações à Lei, Regulamentos, ao Código de Ética e Conduta e demais normas internas, praticadas por Colaboradores da instituição, o Presidente do **IJK** deverá indicar para compor o Conselho, na condição de membro convidado, o líder hierarquicamente superior à pessoa investigada.

Art. 59 – Compete ao Conselho de Ética e Transparência:

I- Fiscalizar e exigir o cumprimento das Leis e Regulamentos do **IJK**;

II- Esclarecer dúvidas dos Colaboradores e terceiros a respeito da aplicação do Código de Ética e Conduta ou das condutas a serem adotadas perante qualquer negócio ou situação;

III- Deliberar acerca das apurações contra infrações à Lei, Regulamentos, ao Código de Ética e Conduta e demais normas internas, que forem praticadas pelos Colaboradores ou terceiros relacionados;

IV- Participar ativamente na divulgação, promoção e consolidação da cultura de ética, de transparência e boa conduta, promovendo palestras, cursos, seminários, comunicados gerais, alertas e orientação institucionais.

Art. 60 – As decisões do Conselho deverão, sempre, ser à unanimidade e serão reportadas diretamente em Relatórios de encaminhamento para o Conselho de Administração, a quem caberá à homologação das decisões sobre os fatos tratados no Conselho.

Art. 61 – O Conselho manterá obrigatório registro documental das suas atividades, conforme prazo do artigo 49 supra, facultando amplo acesso ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, à Presidência, à Superintendência e à Diretoria Geral, sempre mediante registro próprio.

CAPÍTULO XI - DAS FILIAIS E SUAS COMPOSIÇÕES DIRETIVAS

Art. 62 - A constituição, dissolução ou fusão das filiais é de competência da Diretoria.

Art. 63 - As Filiais poderão montar sua estrutura administrativa, com autonomia, conforme sua necessidade e capacidade financeira.

Art. 64 - Cada Filial deverá apresentar anualmente, ou sempre que solicitado pela Diretoria, seu plano de trabalho e prestação de contas, os quais serão submetidos à aprovação desta.

Parágrafo Primeiro - Quando da alteração do plano de trabalho, este deverá ser comunicado imediatamente à Diretoria, sob pena de sanção administrativa.

Parágrafo Segundo - A qualquer tempo, a Diretoria poderá se utilizar de auditoria independente para fiscalização das contas e contabilidade referentes as filiais.

Parágrafo Terceiro - As filiais deverão apresentar mensalmente ou a pedido da Diretoria ou do Conselho de Administração, relatórios financeiros, bem como prestação de contas.

Art. 65 - Cada Filial terá como responsável um Diretor Administrativo.

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls 61

Parágrafo Primeiro - o Diretor Administrativo poderá ser destituído pela Diretoria, mediante processo administrativo interno nos seguintes casos:

a. Apuração de desvio de conduta profissional;

b. Apuração de danos causados dolosamente a instituição ou órgão público ou privado no uso de suas atribuições;

c. Desrespeitar os valores éticos e morais da entidade;

d. Por fechamento da Filial;

e. Por decisão da Diretoria ou do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os casos previstos nas alíneas 'd' e 'e' do presente artigo independem de processo administrativo interno.

Art. 66 - Compete ao Diretor administrativo:

I. Representar ativa e passivamente a filial, em juízo ou extrajudicialmente;

II. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

III. Assinar documentos, recebimentos, pagamentos, movimentar contas bancarias, emissão de cheques, autorizar pagamentos, representar o Instituto, através da filial em que está lotado, perante Instituições Bancarias (abertura, encerramento e movimentação de contas correntes, aplicações e poupanças), fornecedores (contração, pagamentos, acordos, etc), contratar funcionários, assinar contratos de fornecimento (compras de bens, produtos ou serviços) e representar com plenos poderes perante quaisquer instituições necessárias ao funcionamento das atividades da filial;

IV. Administrar a filial em que está lotado;

V. Responder judicial, extrajudicialmente, ativa e passivamente pelos atos praticados por sua gestão;

VI. Definir planos de trabalho, proceder aos recebimentos e/ou pagamentos e dar quitação;

VII. Representar isoladamente o Instituto, através da filial em que está lotado, perante quaisquer órgãos públicos ou da administração pública direta e/ou indireta;

VIII. Assinar contratos de fornecimento, prestação de serviços, parcerias, etc.

Art. 67 - Cada Filial deverá seguir as diretrizes e regulamentos do **IJK**.

Art. 68 - Cada Filial tem autonomia administrativa e financeira, sempre obedecendo às diretrizes do presente estatuto, bem como aos seus regimentos internos.

Art. 69 - será facultado aos membros da Diretoria cumular cargos de Direção Administrativa de filiais do Instituto, nos termos deste estatuto.

CAPITULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70 - É vedado aos membros dos Conselhos Fiscal e Administrativo exercerem cargo na Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – Se algum membro do Conselho Fiscal ou do Conselho Administrativo vier a ocupar cargo na Diretoria Executiva, será imediatamente substituído.

Art. 71 - O patrimônio do **IJK** constituir-se-á dos bens e direitos que lhe couberem, pelos que vier a adquirir no exercício de suas atividades, pelas subvenções e doações oficiais e particulares, moveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

I - Parcerias, convênios, termos de colaboração, de fomento, acordos de cooperação e contratos

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls. 12

firmados com o poder público para financiamentos de projetos na sua área de atuação;

II - Quaisquer outros bens corpóreos ou incorpóreos, que no futuro, venha o **IJK** a receber, mediante doações ou legados ou adquirir com a contribuição de associados, vendas de materiais doados por terceiros como também de produção própria, em lojas virtuais e física, bilheteria de eventos, cursos ou similares, na forma da lei e do presente Estatuto, inclusive os rendimentos de seus bens patrimoniais, de fideicomisso, de usufruto e outros.

§ 1° - Os bens imóveis do **IJK** somente poderão ser adquiridos, recebidos em doação, alienados ou gravados, com expressa autorização da Assembleia Geral;

§ 2° - As doações recebidas das entidades em geral, de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, de entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais, com vistas a realização das finalidades serão destinadas a manutenção do **IJK**;

§ 3° - É permitida, por deliberação da Diretoria Executiva, a aceitação de doações ou legados com encargos, desde que compatíveis com os benefícios resultantes de tais atos e relacionados com as finalidades do **IJK**;

§ 4° - Todos os bens patrimoniais e respectivos rendimentos, postos à disposição do **IJK** pelos instituidores e doadores, ressalvados os de terceiros e os tomados em locação ou comodato, são de propriedade exclusiva do mesmo;

§ 5° - O patrimônio do Instituto e seus rendimentos somente poderão ser aplicados na realização ou no desenvolvimento de suas finalidades institucionais, em conformidade com o disposto neste Estatuto;

§ 6° - Os integrantes da Assembleia Geral não adquirirão, por nenhum título, qualquer direito sobre os bens patrimoniais da entidade e respectivos rendimentos, nada podendo exigir ou receber pelos trabalhos realizados;

§ 7° - A entidade aplica integralmente as suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais, na manutenção dos objetivos institucionais em território Nacional;

§8° - O **IJK** não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os, integralmente, na consecução de seu objetivo social.

a) A proibição contida neste artigo não gera incompatibilidade com a prestação de serviços profissionais, independentes da condição de associado e dentro das normas regulamentares de contratação da entidade.

b) A prestação de objeto de serviços profissionais deverá ser descrita nas contas anuais do **IJK**, respeitados sempre os valores de mercado.

Art. 72 - O **IJK** extinguir-se-á por deliberação fundamentada da Assembleia Geral, aprovada por 2/3 (dois terços) de seus integrantes, quando se verificar, alternativamente:

I. A impossibilidade de sua manutenção;

II. Nocividade e ilicitude de seu objeto.

§ 1º. no caso de dissolução ou extinção do Instituto, seu patrimônio ou seu produto liquidado, será transferido à entidade ou entidades jurídicas, qualificadas, de fins iguais ou semelhantes aos seus, necessariamente sediada no Município de São Luís – MA, e que preencha os requisitos das Leis 13.019, de 31 de julho de 2014 e 13.204, de 14 de dezembro de 2015, conforme Lei do Novo Marco Regulatório, por Assembleia Geral convocada especificadamente para este fim;

§ 2º. Caso a entidade tenha adquirido equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração de parcerias com o poder público, e caso os bens estejam gravados com cláusula de inalienabilidade, no caso de extinção da entidade, ela formalizará a transferência da propriedade à administração pública.

Art. 73 - O presente Estatuto poderá ser alterado ou reformado a qualquer tempo desde que por

Jessica Silva e Silva

Guilherme Rodrigues da Silva
OAB/MA nº 17.278

Fls. 13
Rubrica

Assembleia Geral, convocada para este fim, conforme artigo 14 desse Estatuto, desde que não contrarie as finalidades do Instituto.

Parágrafo Único – Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, o Presidente, ao submeter o Estatuto a Assembleia Geral, requererá que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias, a alteração ou reforma será discutida em reunião especifica e aprovada por dois terços dos votos da totalidade de seus integrantes;

Art. 74 - Os diretores não respondem, nem solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo **IJK**.

Parágrafo Único - Prescreve em 1 (um) ano, contado da data da aprovação das contas de cada exercício social, pela Assembleia Geral, a responsabilidade dos Diretores pelos atos que, no mesmo exercício social, eventualmente, praticarem com violação da Lei e deste Estatuto.

Art. 75 - A Diretoria, ouvido o Conselho Consultivo, poderá conceder a medalha do mérito do **IJK**, que fica, assim, criada, a pessoas da mais alta probidade profissional, moral e civil que, por sua atuação e pelo exemplo, contribuírem, por qualquer forma, para o atendimento das finalidades do **IJK**.

Art. 76 - O presente Estatuto, com as alterações aprovadas, entra em vigor após sua aprovação e registro em cartório competente, ficando eleito o foro da Comarca de Açailândia-MA, para dirimir conhecer e decidir sobre quaisquer questões oriundas deste instrumento excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Art. 77 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

Cartório do 2º Ofício

Açailândia/MA, 16 de março de 2023.

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 4,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total 5,02. Açailandia - MA, 16 de abril de 2023.

Francisca Josilene [illegible] (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03382706MCPFTULZ10LTN78
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

Jéssica Silva e Silva
Jéssica Silva e Silva
Presidente - Instituto JK

Guilherme Rodrigues da Silva
Guilherme Rodrigues da Silva
Advogado - OAB/MA nº 17.278

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls. 154
Rubrica

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital de Convocação, o Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck (Instituto JK), em obediência ao Estatuto Social, em seus artigos 13, XIII; 17, VII; 26; e, 30, §2º, convoca, a todos os associados desta entidade, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre:

ORDEM DO DIA:

I. **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK (INSTITUTO JK);**

1. **DATA:** 16 de fevereiro de 2023.
2. **HORÁRIO:** 15:00 horas.
3. **LOCAL:** Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA.

Açailândia/MA, 12 de janeiro de 2023.

2º OFÍCIO

Jéssica Silva e Silva

Jéssica Silva e Silva
Presidente
Instituto JK

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 5,24 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia - MA, 31 [illegible] de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03270W6TKBB31F86DIL83
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º Ofício Açailândia

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls. J&S
Rubrica

REQUERIMENTO

Ao Cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Açailândia/MA
Endereço: Rua Dorgival Pinheiro de Sousa N°1219, Bairro: Centro - Açailândia/MA, CEP 65.930-000.
✉ Email: cartorio2acailandia@terra.com.br
☎ Telefone(s): (99) 3538-9055 e (99) 3538-1261

Ilmª. Srª Oficiala do Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município de Açailândia/MA,

O Instituto JK, entidade privada sem fins lucrativos, CNPJ nº 08.943.412/0001-77, com sede na Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, vem requerer, ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que seja efetuado o Registro de:

I. **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK (INSTITUTO JK);**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Açailândia/MA, 30 de março de 2023.

2º OFÍCIO

Jessica Silva e Silva

JESSICA SILVA E SILVA
Presidente
Instituto JK

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 6,02 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia - MA, 30 de março de 2023.

Francisca Josiene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03270L6CK3E39FKDA5H98
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Fls. 46

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT030270487YVBUWYK16AZ91
11/04/2023 09:17:27, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV030270QFEVYACI8AK58V04
11/04/2023 09:18:02, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 150,50 Emol R$ 136,00 FERC R$ 4,00 FADEP R$ 5,25 FEMP R$ 5,25 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: AVERBA030270XGEKKYC6GOUM1B10
11/04/2023 09:19:14, Ato: 15.9.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 448,08 Emol R$ 403,92 FERC R$ 12,00 FADEP R$ 16,08 FEMP R$ 16,08 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3536-9065 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
Protocolo: 15501, Registro: 132, Livro A - 67 Fls 63 - 87

Poder Judiciário – TJMA. Selo: AVERBA030270ZPIMJN3IRX8N0T31, 11/04/2023 09:14:26, Ato: 15.9.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - ALTERAÇÃO DO E..., Total R$ 89,24 Emol R$ 80,41 FERC R$ 2,41 FADEP R$ 3,21 FEMP R$ 3,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br
Francisca Josilene da Silva - Escrevente Aut.

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, nº 1219 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

Nº 011.278

Fls. 82

Rubrica

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia - MA, constatei que no Livro A - 67, Fls. 63 - 87, protocolizado e digitalizado sob o nº 15.501 e registrado sob o nº 132 em data de 11 de abril de 2023. Encontra-se devidamente registrada o (a) **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO JK. REALIZADA AOS DIAS 16 DE MARÇO DE 2023.** O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 11 de abril de 2023.

Em test.º _____ da verdade.

Francisca Josilene da Silva
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270A35RPW3NBGD0HH70
11/04/2023 09:26:22, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, nº 1219 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

Nº 011.280

Fls. 188

Rubrica

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia - MA, constatei que no Livro A - 67, Fls. 50 - 55, protocolizado e digitalizado sob o n° 15.499 e registrado sob o n° 3.652 em data de 11 de abril de 2023. Encontra-se devidamente registrada a **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA LEITURA E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL INSTITUTO JK. REALIZADA AOS DIAS 16 DE FEVEREIRO DE 2023.** O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 11 de abril de 2023.

Em test.º _____ da verdade.

Francisca Josilene da Silva
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID0302701PDIN8UH22AF5F01
11/04/2023 08:16:52, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls 89
Rubrica

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA LEITURA E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO JK

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, na sede provisória da entidade situada à Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, Açailândia, Estado do Maranhão, com a presença dos associados abaixo assinados, conforme art. 26 do estatuto social, e, após constar o *quórum* estatutário, a Senhora Jéssica Silva e Silva declarou oficialmente aberta a Assembleia Geral Extraordinária do Instituto JK para deliberar sobre: leitura e aprovação do Estatuto Social da Entidade, nos preceitos dos artigos 13, XIII; 17, VII; 26; e, 30, §2º, do presente estatuto, atendendo ao Edital de Convocação do dia 12 (doze) de janeiro de dois mil e vinte e três, devidamente afixado na sede social, nesta cidade. E, dando atendimento à ordem do dia, foi colocado em discussão à pauta conforme edital de convocação, onde a Senhora Jéssica explicou a necessidade de reformulação do estatuto social da entidade, tendo em vista que o mesmo não atende mais, em sua totalidade, às exigências contidas na Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, na Lei nº 13.019/2014, com as devidas alterações trazidas pela Lei nº 13.204/2015, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Após apresentação detalhada do novo Estatuto, abriu-se a palavra para os sócios presentes fazerem os seus questionamentos e oferecer suas sugestões, sendo que, após um amplo debate para esclarecimentos do assunto, foram colocadas em votação as alterações, sendo aprovadas por unanimidade por todos os presentes. Abriu-se a palavra para os sócios presentes, no entanto, não houveram comentários, sendo aprovadas por unanimidade por todos os presentes. Constatando-se que não havia mais nada a tratar, a Senhora Marly agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a Assembleia Geral às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. Sem mais para o momento, eu, Francisco Souza de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Assinaturas dos presentes:

Simone Rodrigues de Oliveira
Luana Cristina da Silva
Luis de Jesus Abreu Filho
Antônio Wanderlândio Tomaz da Silva
Carlos Magno de Sousa Rego
Anderson Andrade Costa
Celia Correa Vale
Ezequiel Paulo Pereira da Silva
Maria Francisca Nunes Araújo
Fernanda Kely Mota Costa
Maria Cairara Pereira
Maria de Sousa Coelho
Vitória Millenna Leite
Maria Antonia Oliveira da Conceição

Instituto IK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls. 190
Rubrica

Eduardo Gomes da Silva

Anna Kellene Silva Macedo

Maria das Graças Oliveira de Nazaré

Francisca das Chagas Evangelista Filho

William Pereira da Silva Filho

José Rogério C. Freire

Antônia Conaz da Silva e Silva

Jessica Silva e Silva

Alesandro de Jesus L. Teixeira

Francisco Sanvando Carvalho

Bernardo Rogério de Carvalho Silva

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º cartório do ofício — CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 11 de abril de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027[illegible]2G9L67W61XT00
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício — CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 11 de abril de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027[illegible]CJSVZUFENTASR81
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício — CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 11 de abril de 2023.

Francisca Josilene da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECFIR03027[illegible]DJX4K3DN3CKOL10
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls. 191
Rubrica

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital de Convocação, o Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck (Instituto JK), em obediência ao Estatuto Social, em seus artigos 13, XIII; 17, VII; 26; e, 30, §2º, convoca, a todos os associados desta entidade, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre:

ORDEM DO DIA:

I. **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK (INSTITUTO JK);**

1. **DATA:** 16 de fevereiro de 2023.
2. **HORÁRIO:** 15:00 horas.
3. **LOCAL:** Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA.

Açailândia/MA, 12 de janeiro de 2023.

2º OFÍCIO

Jéssica Silva e Silva

Jéssica Silva e Silva
Presidente
Instituto JK

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 0,15 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 31 de janeiro de 2023.

Francisca Josefone da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECF30302709LOQ2H3BPYOXZ156
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Instituto JK

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Bento, nº 209, Bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

fls. 192
Rubrica

REQUERIMENTO

Ao Cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Açailândia/MA
Endereço: Rua Dorgival Pinheiro de Sousa N°1219, Bairro: Centro - Açailândia/MA, CEP 65.930-000.
✉ Email: cartorio2acailandia@terra.com.br
☎ Telefone(s): (99) 3538-9055 e (99) 3538-1261

Ilmª. Srª Oficiala do Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município de Açailândia/MA,

O Instituto JK, entidade privada sem fins lucrativos, CNPJ nº 08.943.412/0001-77, com sede na Rua São Bento, nº 209, bairro Vila Tancredo, Açailândia/MA, vem requerer, ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que seja efetuado o Registro de:

I. **ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK (INSTITUTO JK);**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Açailândia/MA, 30 de março de 2023.

2º OFÍCIO

Jessica Silva e Silva

JESSICA SILVA E SILVA
Presidente
Instituto JK

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 5,64 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 31 de março de 2023.

Francisca Josefa da Silva (Escrevente Autorizada)
Selo: RECP18990270FYXTPK3RK6SVKL31
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Fls. 193

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT03027021NM3E3JBDK3HH07
11/04/2023 08:08:46, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV030270L6ADHMCZYIHWWF01
11/04/2023 08:09:30, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 36,12 Emol R$ 32,64 FERC R$ 0,96 FADEP R$ 1,26 FEMP R$ 1,26 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: REGTER030270OYM2BNU51LCOEJ53
11/04/2023 08:10:35, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 9,19 Emol R$ 8,29 FERC R$ 0,24 FADEP R$ 0,33 FEMP R$ 0,33 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
Protocolo: 15499, Registro: 3652, Livro A - 67 Fls 50 - 55

Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER030270AQLBO3LNX40AQP90, 11/04/2023 08:04:38, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - ATA DIA 16/02/..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Francisca Josilene da Silva - Escrevente Aut.

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Fls. 194

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA ALTERAÇÃO ENDEREÇO DA SEDE DO INSTITUTO JK E RATIFICAÇÃO DE ENDEREÇO NO ESTATUTO SOCIAL

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, na sede da entidade situada à Rua São Luís, nº 635, Apto 201, Cxpst 01, Centro, Açailândia, Estado do Maranhão, CEP 65.930-000, com a presença dos associados abaixo assinados, conforme art. 26 do estatuto social, e, após constar o *quórum* estatutário, a Senhora Jéssica Silva e Silva declarou oficialmente aberta a Assembleia Geral Extraordinária do Instituto JK para deliberar sobre: alteração de endereço da sede do Instituto JK, nos preceitos do artigo 17 do presente estatuto, atendendo ao Edital de Convocação do dia 02 (dois) de abril de dois mil e vinte e três, devidamente afixado na sede social, nesta cidade. E, dando atendimento à ordem do dia, foi colocado em discussão à pauta conforme edital de convocação, onde a Senhora Jéssica explicou a necessidade de mudança do endereço da entidade e ratificação de endereço no Estatuto Social da Entidade para melhor atendimento à população, que antes se situava na Avenida Santa Luzia, nº 11, Quadra 02, Lote 11, Parque das Nações, Açailândia/MA, CEP 65.930-000. E, passou a se localizar na Rua São Luís, nº 635, apto 201, Cxpst 01, Açailândia/MA, CEP 65.930-000. Na oportunidade, foi ratificado o endereço da Entidade em seu Estatuto Social. Abriu-se a palavra para os sócios presentes, no entanto, não houveram comentários, sendo aprovadas por unanimidade por todos os presentes. Constatando-se que não havia mais nada a tratar, a Senhora Jéssica agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a Assembleia Geral às dezesseis horas e quarenta minutos. Sem mais para o momento, eu, José Silva Morais, Secretário, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Assinaturas dos presentes:

José de Sousa Dias Filho

Vitória Milhomem Melo

Maria Mariana Nunes Araújo

Antônio Monzerlândio Tomaz da Silva

Estela Corrêa Rocha

Maria Cairana Pereira

Carlos Magno de Sousa Rego

Luana Cristina da Silva

Maria de Sousa Coelho

Anderson Andrade Costa

William Pereira da Silva Filho

Raquel Paulo Pereira da Silva

Eduardo Gomes da Silva

Ana Kellene Silva Macedo

Maria das Graças Alves do Nascimento

Fernanda Kelly Mota Costa

Simone Rodrigues de Oliveira

José Rogério Alves Freire

Jéssica Silva e Silva

Alexandra de Jesus Lima Teixeira

Bernardo Borges de Carvalho Filho

Francisco Sousa de Carvalho

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º cartório do ofício

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

2º OFÍCIO

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 6,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 04 de maio de 2023.

Thiago Palacio Melo - Escrevente Autorizado (Escrevente Autorizado)
Selo: RECFIR030270M4GTZBUU5DUVXN16
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

2º OFÍCIO

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA Dou fé. Emol.: R$ 6,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 04 de maio de 2023.

Thiago Palacio Melo - Escrevente Autorizado (Escrevente Autorizado)
Selo: RECFIR030270U6B469L58XJ7V615
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

Fls 192

2º cartório do ofício

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

2º OFÍCIO

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO Dou fé. Emol.: R$ 6,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 04 de maio de 2023.

Thiago Palacio Melo - Escrevente Autorizado (Escrevente Autorizado)
Selo: RECFIR030270ENIMT23Z8CGOHX66
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Luís, nº 635, Apt. 201, Cxpst 01, Centro, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls. 196

Rubrica

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital de Convocação, o Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck (Instituto JK), em obediência ao Estatuto Social, em seu artigo 17, CONVOCA, a todos os associados desta Entidade, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre:

ORDEM DO DIA:

I. **ATA DE ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK (INSTITUTO JK) E RATIFICAÇÃO DE ENDEREÇO NO ESTATUTO SOCIAL.**

1. **DATA:** 17 de abril de 2023.
2. **HORÁRIO:** 15:00
3. **LOCAL:** na Sede da Entidade, à Rua São Luís, nº 635, Apto 201, Cxpst 01, Centro, Açailândia/MA, CEP 65.930-000.

Açailândia/MA, 02 de abril de 2023.

Jéssica Silva e Silva

2º OFÍCIO

JESSICA SILVA E SILVA
Presidente
Instituto JK

2º cartório do ofício — CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3536-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 6,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailândia - MA, 04 de maio de 2023.

Thiago Paiscio Melo - Escrevente Autorizado (Escrevente Autorizado)
Selo: RECFIR0302707DRB2T3RL3G47X09
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitscheck
Rua São Luís, nº 635, apto 201, Cxpst 01, Centro, Açailândia/MA, CEP: 65.930-000
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Fls. 197
Rubrica

REQUERIMENTO

Ao Cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Açailândia/MA
Endereço: Rua Dorgival Pinheiro de Sousa N°1219, Bairro: Centro - Açailândia/MA, CEP 65.930-000.
✉ Email: cartorio2acailandia@terra.com.br
☎ Telefone(s): (99) 3538-9055 e (99) 3538-1261

Ilmª. Srª Oficiala do Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município de Açailândia/MA,

O Instituto JK, entidade privada sem fins lucrativos, CNPJ nº 08.943.412/0001-77, com sede na Rua São Luís, nº 635, Apto 201, Centro, Açailândia/MA, CEP 65.930-000, vem requerer, ao Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que seja efetuado o Registro de:

I. **ATA DE ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHECK (INSTITUTO JK) E RATIFICAÇÃO DE ENDEREÇO NO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE;**

Nestes termos,
Pede deferimento.

Açailândia/MA, 24 de abril de 2023.

Jessica Silva e Silva
JESSICA SILVA E SILVA
Presidente
Instituto JK

2º OFÍCIO

2º cartório do oficio
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Fone: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura indicada de JESSICA SILVA E SILVA Dou fé. Emol.: R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Total R$ 6,02. Açailandia - MA, 04 de maio de 2023.

Thiago Paixão Melo - Escrevente Autorizado (Escrevente Autorizado)
Selo: RECFIR03027O6JAH91CDI4PJPJ60
Consulte o selo em selo.tjma.jus.br

2º OFÍCIO

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PRENOT030270UE8QGQ3PDPIG1150
04/05/2023 11:44:42, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, JESSICA SILVA E... - Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: ARQUIV030270MGZ2TGC91L8JBZ93
04/05/2023 11:47:21, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, JESSICA SILVA E... - Total R$ 36,12 Emol R$ 32,64 FERC R$ 0,96 FADEP R$ 1,26 FEMP R$ 1,26 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: REGTER030270SG8NZB39VGE3AL99
04/05/2023 11:50:24, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 9,19 Emol R$ 8,29 FERC R$ 0,24 FADEP R$ 0,33 FEMP R$ 0,33 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário – TJMA
Selo: AVERBA0302706SXXWZ3SOMQ68D47
04/05/2023 11:51:25, Ato: 15.9.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 89,24 Emol R$ 80,41 FERC R$ 2,41 FADEP R$ 3,21 FEMP R$ 3,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

2º cartório do ofício
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, 1219 - Centro - CEP 65930-000 - Açailândia - MA
Tel.: (99) 3538-9055 - Tabelião: Devanir Garcia / Tabelião Substituto: Angelo Garcia

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS
Protocolo: 15541, Registro: 3673, Livro A - 68 Fls 40 - 45

Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER0302706EQ4VVCCRTC2YF15, 04/05/2023 11:41:05, Ato: 15.7.1, Parte(s): ATA DO INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - JK - AT..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Thiago Rafaelo Melo - Escrevente Aut.

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA-MA
Rua Dorgival Pinheiro de Souza, nº 1219 - Centro - Açailândia - MA - CEP 65930-000
Fones: (99) 3538-9055 / 3538-1261 / 98851-9055 (whatsapp) - CNS 03027-0
E-mail: cartorio2acailandia@terra.com.br - **DEVANIR GARCIA** - Tabelião e Registrador

Nº 011.529

Fls. 199

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO que revendo o Livro de **Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, neste Cartório do 2º Oficio Extrajudicial desta Cidade e Comarca de Açailândia - MA, constatei que no Livro A - 68, Fls. 40 - 45, protocolizado e digitalizado sob o n° 15.541 e registrado sob o n° 3.673 em data de 04 de maio de 2023. Encontra-se devidamente registrada a **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE DO INSTITUTO JK E RATIFICAÇÃO DE ENDEREÇO NO ESTATUTO SOCIAL. REALIZADA AOS 17 DIAS DE ABRIL DE 2023.** O referido é verdade e dou fé (as.) O OFICIAL.

Açailândia - MA, 04 de maio de 2023.

Em test.º ____ da verdade.

Thiago Palacio Melo
Escrevente Autorizado

AS CERTIDÕES DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA TÊM O MESMO VALOR DO ORIGINAL, EM JUÍZO OU FORA DELE

Código Civil Brasileiro:
"Art. 217.Terão também a mesma força probante os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas".
Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73):
"Art.161. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo".

Poder Judiciário – TJMA
Selo: CERTID030270DC3B4YCY9VYY6N73
04/05/2023 11:59:08, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JES... - Total R$ 46,80 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

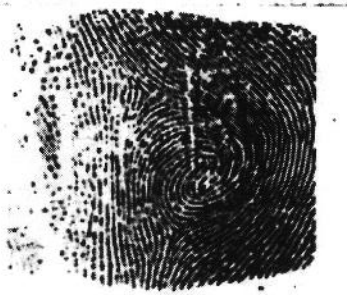
Cartório do 2º Ofício
Açailândia - MA

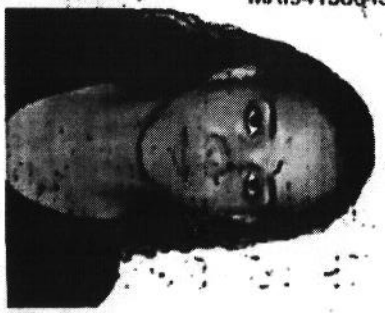
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MA1941566438





Jessica Silva e Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 039356012010-6

DATA DE EXPEDIÇÃO 05/05/2015

NOME JESSICA SILVA E SILVA

FILIAÇÃO
RAIMUNDO HENRIQUE DA SILVA E LUZENILDA GOMES DA SILVA

NATURALIDADE
ACAILANDIA - MA

DATA DE NASCIMENTO
04/08/1993

DOC ORIGEM
NASC. N.18638 FLS:219V LIV:A25

CPF
056971733-77

SAO LUIS-MA
P-91

LUCIO FLAVIO CAMELANTE
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Scanned with CamScanner

Fls. 200



Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
CERELE03018957AU0DCDR7JZ7F33

Tipo do Ato:
Protestos e Letras

Ato realizado:
17.5.5 - Certidão Eletrônica de Protesto incluídas buscas de 05 (cinco) anos e folhas excedentes

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 1º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Maria Ester Rodrigues Sampaio

Usuário:
KALIKIA

Data de realização:
29/09/2023 as 12:19

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão por nome

Parte(s):
INST. SOCIAL DA CIDADANIA JUSC. KUBITSCHEK

Protocolo:
880470

Convenio:
Não

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 64,67
Total	R$ 71,77

Valor do ato	
FERC	R$ 1,94
FADEP	R$ 2,58
FEMP	R$ 2,58
Total	R$ 71,77



←Voltar

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Fls 903

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 21/12/2023 12:02:52

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**
CNPJ: **08.943.412/0001-77**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Fls 204

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.943.412/0001-77 **MATRIZ**		**10/07/2007**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO JK	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
58.19-1-00 - Edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
58.21-2-00 - Edição integrada à impressão de livros
58.22-1-02 - Edição integrada à impressão de jornais não diários
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
60.10-1-00 - Atividades de rádio
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.11-2-00 - Educação infantil - creche
85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO LUIS	**635**	**APT 201 CXPST 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.930-000	**CENTRO**	**ACAILANDIA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOJKMA@GMAIL.COM	**(98) 8119-4199**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/04/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/12/2023** às **11:05:58** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Fls 208

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.943.412/0001-77 **MATRIZ**		**10/07/2007**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.13-9-00 - Ensino fundamental
85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação
85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
85.91-1-00 - Ensino de esportes
85.93-7-00 - Ensino de idiomas
85.99-6-03 - Treinamento em informática
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
86.30-5-04 - Atividade odontológica
86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO LUIS	**635**	**APT 201 CXPST 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.930-000	**CENTRO**	**ACAILANDIA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOJKMA@GMAIL.COM	**(98) 8119-4199**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/04/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/12/2023** às **11:05:58** (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Fls 206

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.943.412/0001-77 **MATRIZ**		**10/07/2007**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
87.11-5-01 - Clínicas e residências geriátricas
87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos
87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio
87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO LUIS	**635**	**APT 201 CXPST 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.930-000	**CENTRO**	**ACAILANDIA**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOJKMA@GMAIL.COM	**(98) 8119-4199**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/04/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/12/2023** às **11:05:58** (data e hora de Brasília).

Fls 207
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
CNPJ: 08.943.412/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:42:07 do dia 16/08/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/02/2024.
Código de controle da certidão: **68FB.7D0E.425A.09A2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Relação das certidões emitidas por data de validade

CNPJ: 08.943.412/0001-77 - INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Período: 16/08/2023 a 21/12/2023

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Segunda via
68FB.7D0E.425A.09A2	Negativa	16/08/2023 08:42:07	12/02/2024	Válida	(/Servicos/certidaointernet/pj/Consultar/EmiteSegundaVia
D031.5FAE.3682.F29F	Negativa	20/05/2023 10:21:23	16/11/2023	Expirada	(/Servicos/certidaointernet/pj/Consultar/EmiteSegundaV
50D8.7332.4D45.B348	Negativa	13/04/2023 17:53:19	10/10/2023	Expirada	(/Servicos/certidaointernet/pj/Consultar/EmiteSegundaVi

◀◀ ◀ 1 ▶ ▶▶

Expirada: A data de validade da certidão expirou. Os atos praticados entre a data de emissão e data de validade da certidão permanecem válidos.
Válida: O prazo de validade da certidão ainda não vencido. A certidão pode ser utilizada em qualquer ato em que for necessária.

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/pj/consultar) Avaliar (/Servicos/certidaointernet/pj/Avaliacao?protocolo=20231221.6D09D6FE)

Fls 209

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 08.943.412/0001-77
Razão social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
Nome fantasia: INSTITUTO JK

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
14/12/2023	14/12/2023 a 12/01/2024	2023121418581579374695
11/2023	25/11/2023 a 24/12/2023	202311250l290557447608
06/11/2023	06/11/2023 a 05/12/2023	202311060849529294023 9
18/10/2023	18/10/2023 a 16/11/2023	202310180712513591729 1
29/09/2023	29/09/2023 a 28/10/2023	202309290830356957611 9
10/09/2023	10/09/2023 a 09/10/2023	20230910011401332853 52
22/08/2023	22/08/2023 a 20/09/2023	2023082219052176518387
03/08/2023	03/08/2023 a 01/09/2023	202308031903117759727 8
15/07/2023	15/07/2023 a 13/08/2023	202307150120547333877 3
26/06/2023	26/06/2023 a 25/07/2023	2023062606222845427251
07/06/2023	07/06/2023 a 06/07/2023	202306070136360076764 0
19/05/2023	19/05/2023 a 17/06/2023	202305190129358565734 0
30/04/2023	30/04/2023 a 29/05/2023	202304300109296443958 8
11/04/2023	11/04/2023 a 10/05/2023	20230411021415912561 01
23/03/2023	23/03/2023 a 21/04/2023	202303230119203937534 9
04/03/2023	04/03/2023 a 02/04/2023	202303040124191828165 1
13/02/2023	13/02/2023 a 14/03/2023	20230213011112007699 85
25/01/2023	25/01/2023 a 23/02/2023	202301250131197610268 3
06/01/2023	06/01/2023 a 04/02/2023	202301060126147874912 8
18/12/2022	18/12/2022 a 16/01/2023	2022121801093080729350
29/11/2022	29/11/2022 a 28/12/2022	202211290124384985112 9
10/11/2022	10/11/2022 a 09/12/2022	20221110012303703049 92
22/10/2022	22/10/2022 a 20/11/2022	202210220145191068930 2
03/10/2022	03/10/2022 a 01/11/2022	202210030113040015470 5
14/09/2022	14/09/2022 a 13/10/2022	202209140133059237407 2
26/08/2022	26/08/2022 a 24/09/2022	202208260123197461925 2
07/08/2022	07/08/2022 a 05/09/2022	202208070105323365321 2
19/07/2022	19/07/2022 a 17/08/2022	202207190131015860703 8
30/06/2022	30/06/2022 a 29/07/2022	202206300134107342324 3
11/06/2022	11/06/2022 a 10/07/2022	202206110119501722932 6

Emissão/Leitura	Data de Validade	Numero do CRF
23/05/2022	23/05/2022 a 21/06/2022	202205230104188494176 5
04/05/2022	04/05/2022 a 02/06/2022	20220504012057810178 06
15/04/2022	15/04/2022 a 14/05/2022	20220415012931186232 68
27/03/2022	27/03/2022 a 25/04/2022	20220327005705195932 49
08/03/2022	08/03/2022 a 06/04/2022	20220308012345410546 20
17/02/2022	17/02/2022 a 18/03/2022	20220217012817442782 39
29/01/2022	29/01/2022 a 27/02/2022	20220129044954321818 06
09/01/2022	09/01/2022 a 07/02/2022	20220109021719143237 06

Fls 250

Resultado da consulta em 21/12/2023 11:13:20

Voltar

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 211

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.943.412/0001-77
Certidão nº: 58322631/2023
Expedição: 20/10/2023, às 15:14:04
Validade: 17/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.943.412/0001-77, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Débito**

Secretaria da Fazenda



Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 318265/23

Data de Validade: 02/03/2024

Data de Emissão: 03/11/2023 13:26:12

Inscrição Estadual: 128066148

CPF/CNPJ: 08943412000177

Razão Social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Dívida Ativa**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão NegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 072676/23

Data de Validade: 01/02/2024

Data de Emissão: 04/10/2023 17:42:39

Inscrição Estadual: 128066148

CPF/CNPJ: 08943412000177

Razão Social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Nova Consulta | Imprimir

Fls 213

Rubrica

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Mensagem

O Código de Autenticidade da Certidão Negativa é Autêntico, Gostaria de Imprimir a Certidão Negativa?

Não Sim

Fls 215

PREFEITURA DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA DE ECONOMINA E FINANÇAS
SUPERINTENDENCIA DA RECEITA TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO

DADOS DO CONTRIBUINTE

CNPJ/CPF: 08.943.412/0001-77 **CERTIDÃO Nº: 4829/2023**

NOME/RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK **Inscrição Municipal:** 3300005612

INICIO DAS ATIVIDADES: 25/05/2023

RUA: RUA: RUA. SÃO LUIS, 635, APT 201 CXPST 01, CEP - 65930-000

BAIRRO: CENTRO **CIDADE**: AÇAILÂNDIA

A Prefeitura do Município de AÇAILÂNDIA – MA, por intermédio do Departamento de Arrecadação, conforme preceitua os artigos 106 ao 113 e 136 ao 139 da Lei Complementar Municipal No 009/2016 – código Tributário Municipal, combinado com o disposto no artigo 205 da Lei Federal no 5.172/1966, que dispõe sobre o sistema tributário nacional, **CERTIFICA** que o contribuinte: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK** que possui o CNPJ: **08.943.412/0001-77** abaixo qualificado, encontra-se em situação regular perante a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL**, não constando débitos de natureza tributária e não tributária municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data. Fica, todavia, ressalvado o direito da Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados, ou que venham a ser apurados, conforme prerrogativa legal prevista artigo 149 da Lei Federa No 5.172/1966 c/c os artigos 62 a 71 da Lei Complementar Municipal No 009/2016.

Finalidade da Certidão: Diversos

Válida Até: 18/02/2024 **Código de Autenticidade: PID1PJ1**

consulte a autenticidade desta certidão em http://acailandia.famlex.com.br/fam-lex/servlet/hwpcconsautcert

Estado do Maranhão

SINTEGRA/ICMS

Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão

Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

Fls 916

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 08.943.412/0001-77 **Inscrição Estadual:** 12.806614-8

Razão Social: INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA SAO LUIS

Número: 635 **Complemento:** APT 201 CXPST 01

Bairro: CENTRO

Município: ACAILANDIA **UF:** MA

CEP: 65930000 **DDD:** **Telefone:** 81194199

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 9430800 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
6204000	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
7020400	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
7220700	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
7320300	PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA
7490103	SERVIÇOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS
7490199	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7820500	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
7830200	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
8299799	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8511200	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
9499500	ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8512100	EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA
8513900	ENSINO FUNDAMENTAL
8532500	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
8533300	EDUCAÇÃO SUPERIOR - PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
8541400	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO
8542200	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO
8550302	ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES
8591100	ENSINO DE ESPORTES
8593700	ENSINO DE IDIOMAS
8599603	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA
4761001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS
8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8599699	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8610101	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
8610102	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
8630501	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS
8630502	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES
8630503	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS
8630504	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA
8630506	SERVIÇOS DE VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO HUMANA
8630599	ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
5819100	EDIÇÃO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRÁFICOS
8660700	ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
8690999	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8711501	CLÍNICAS E RESIDÊNCIAS GERIÁTRICAS

CNAEs Secundários	
Código	**Descrição CNAE**
8711502	INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS
8712300	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICÍLIO
8730199	ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8800600	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
9319101	PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS
9319199	OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9412099	OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS PROFISSIONAIS
5821200	EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO DE LIVROS
9493600	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE
3900500	DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS
4647802	COMÉRCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES
5822102	EDIÇÃO INTEGRADA A IMPRESSÃO DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS
5911199	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
5912099	ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
6010100	ATIVIDADES DE RÁDIO

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 26/09/2023

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/10/2010 - (5821200-5819100), 01/12/2010 - (6010100-4647802),

EDF a partir de: 26/05/2023,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 21/12/2023

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

Mensagem

O Código de Autenticidade do Alvará é Autêntico, Gostaria de Imprimir a Alvará

Não Sim

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA TRIBUTÁRIA - SRT
RUA SÃO RAIMUNDO, Nº 55 - CENTRO - WHATSAPP: (99) 99110-9735
CNPJ 07.000.268/0001-72

Fls 259

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - 2023

Nº do Cadastro	Nº da Inscrição	Nº do Alvará	Validade
279488	3300005612	6427	31/12/2023

Contribuinte

Nome: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**
CPF/CNPJ: **08.943.412/0001-77**
RG/Insc. Est.: **-----**
Nome Fantasia: **INSTITUTO JK**

Endereço

Logradouro: **RUA. SÃO LUIS** Número: **635**
Complemento: **APT 201 CXPST 01** CEP: **65930000**
Bairro: **CENTRO**
Cidade: **AÇAILÂNDIA** Estado: **MA**

ATIVIDADE PRINCIPAL

9430800-ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS 8-ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA, SINDICATOS E CONGÊNERES

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Não Informado

CÓDIGO DO IMÓVEL	ÁREA COMERCIAL
4769	1.00 m²

OBSERVAÇÕES

RESTRIÇÕES Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e deprevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

Alvará 2023

Cod. Autenticidade		Data de Abertura
HHXSFPCAK44	**AÇAILÂNDIA-MA, 05/06/23**	**10/07/2007**

ESTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL Á FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL E RENOVADO ANUALMENTE

Fls. 220

ATIVIDADE SECUNDÁRIA

6010100 - ATIVIDADES DE RADIO
7490103 - SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS
8730199 - ATIVIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDENCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9319101 - PRODUCAO E PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS
8550302 - ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES
3900500 - DESCONTAMINACAO E OUTROS SERVICOS DE GESTAO DE RESIDUOS
4647802 - COMERCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICACOES
4761001 - COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS
5819100 - EDICAO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRAFICOS
5821200 - EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO DE LIVROS
5822102 - EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO DE JORNAIS NÃO DIÁRIOS
5911199 - ATIVIDADES DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
5912099 - ATIVIDADES DE POS-PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
6204000 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO
7020400 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA
7220700 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS
7320300 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIAO PUBLICA
7490199 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7820500 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA
7830200 - FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
8299799 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8511200 - EDUCACAO INFANTIL - CRECHE
8512100 - EDUCACAO INFANTIL - PRE-ESCOLA
8513900 - ENSINO FUNDAMENTAL
8532500 - EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO
8533300 - EDUCACAO SUPERIOR - POS-GRADUACAO E EXTENSAO
8541400 - EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNICO
2854200 - FABRICACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO, PECAS E ACESSORIOS, EXCETO TRATORES
8591100 - ENSINO DE ESPORTES
8593700 - ENSINO DE IDIOMAS
8599603 - TREINAMENTO EM INFORMATICA
8599604 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8599699 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8610101 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS
8610102 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS
8630501 - ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS
8630502 - ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES
8630503 - ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS
8630504 - ATIVIDADE ODONTOLOGICA
8630506 - SERVICOS DE VACINACAO E IMUNIZACAO HUMANA
8630599 - ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8660700 - ATIVIDADES DE APOIO A GESTAO DE SAUDE
8690999 - OUTRAS ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8711501 - CLINICAS E RESIDENCIAS GERIATRICAS
8711502 - INSTITUICOES DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS
8712300 - ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTENCIA A PACIENTE NO DOMICILIO
8800600 - SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
9319199 - OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9412099 - OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS PROFISSIONAIS
9493600 - ATIVIDADES DE ORGANIZACOES ASSOCIATIVAS LIGADAS A CULTURA E A ARTE
9499500 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Cod. Autenticidade
HHXSFPCAK44

AÇAILÂNDIA-MA, 05/06/23

Data de Abertura
10/07/2007

21/12/2023 12:10

Validação - Digidoc

Este documento corresponde a este código de validação (CERTJUDONE-SJDA - 4562023: 63BE35AF05).

Fls 291

Dados do Documento Administrativo

Número do Documento: CERTJUDONE-SJDA - 4562023

Código de Validação: 63BE35AF05

Validar Documento

Baixar Original | Visualizar Original

Anexos

Desc Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo	Download
15 - CNPJ	15 - cnpj.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	
15 - BOLETO	15 - boleto.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	

Assinaturas

Signatário	Data de assinatura	Status do documento
FERNANDO AMARAL RODRIGUES	20/12/2023 17:46	RECEBIDO

Clique para visualizar o arquivo original referente a este documento : CERTJUDONE-SJDA 4562023.

Nova consulta

Tribunal de Justiça do Maranhão - Poder Judiciário do Estado do Maranhão

Fls 222

CERTJUDONE-SJDA - 4562023
Código de validação: 63BE35AF05

Número da guia: 23102201001667432.

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO,** a requerimento de pessoa interessada, que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio,** a partir do mês de agosto (08) do ano de mil novecentos e noventa e um (1991) até o dia **19 de dezembro de 2023**, constatei **NÃO EXISTIR** distribuição de pedido de **Falência ou Recuperação Judicial** contra: **INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK**, inscrita no **CNPJ nº 08.943.412/0001-77**. **CERTIFICO,** finalmente, que esta Secretaria de Distribuição é a única existente nesta cidade e Termo Judiciário de Açailândia. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Dr. José de Ribamar Fiquene", nesta cidade de Açailândia, Estado do Maranhão. Eu, **Fernando Amaral Rodrigues**, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 191809, consultei, digitei, subscrevo e assino digitalmente.

FERNANDO AMARAL RODRIGUES
Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Intermediária
Secretaria Judicial de Distribuição de Açailândia
Matrícula 191809

OBSERVAÇÃO:
O CNPJ constante nesta certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas nos sistemas Themis PG e Processo Judicial Eletrônico (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE AÇAILÂNDIA/MA**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fls. 923

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição de Açailândia

CEP: 65930-000 – Fone: (99) 3311-3432
Gmail: distribuicao_aca@tjma.jus.br

Documento assinado. AÇAILÂNDIA, 20/12/2023 17:46 (FERNANDO AMARAL RODRIGUES)

Fls 224

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Dispensa de Licitação n° 030/2023-CPL/PMVG
Processo n° 0101.07239.2023

INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK inscrito no **CNPJ nº 08.943.412/0001-77**, por intermédio de seu representante legal a Sra. Jessica Silva e Silva portadora da Carteira de Identidade nº 039356012012-6 – SSP-MA e do CPF nº 056.971.733-77, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Açailândia – MA. 20 de Dezembro de 2023

JESSICA SILVA E SILVA:05697173377

Assinado de forma digital por JESSICA SILVA E SILVA:05697173377
Dados: 2023.12.20 11:22:27 -03'00'

INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK
CNPJ nº 08.943.412/0001-77
Jessica Silva e Silva
CPF nº 056.971.733-77
RG nº 039356012012-6 – SSP-MA

Fls. 925

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
PRENOT030270UZJMIOL4PZGHK901

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 16:53

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

Fls 226

←Voltar

Portal do Selo

Fls 227

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270IN84RK3E57NEDX97

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 16:51

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15679

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
Total	R$ 46,80

Valor do ato	
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar



Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
RECFIR156794XDWLKJC5DUOEBR13

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
SÃO LUÍS - 7º Tabelionato de Notas (São Luís)

Delegatário:
Gustavo Dal Molin de Oliveira

Usuário:
Luís Felipe Mendes Braz

Data de realização:
14/08/2023 as 11:42

Local:
São Luís - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Autenticidade

Parte(s):
THALYTA NUNES BOTELHO

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02

←Voltar



Portal do Selo



Selo válido

Selo verificado:
REGTER030270IJCHR3L51DVAYP10

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.7.2 - Por folha que exceder

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 15:27

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Outro

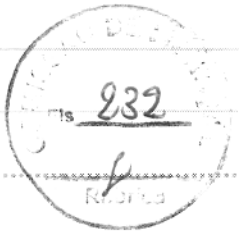
Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15677

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 41,45
Total	R$ 45,95

Valor do ato	
FERC	R$ 1,20
FADEP	R$ 1,65
FEMP	R$ 1,65
Total	R$ 45,95



←Voltar

Portal do Selo

Fls 233

Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV030270R07OONU9FCO2P782

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 15:30

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 54,40
FERC	R$ 1,60
FADEP	R$ 2,10
FEMP	R$ 2,10
Total	R$ 60,20

←Voltar



Portal do Selo



Selo válido

Selo verificado:
CERTID0302700BJ7YUL5VID6JD98

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 15:46

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

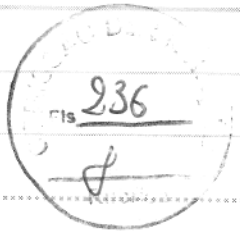
Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15677

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
Total	R$ 46,80

Valor do ato	
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar

Portal do Selo

fls. 237

Selo válido

Selo verificado:
REGTER0302704T7ZYOL7Z61S2X91

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.7.1 - Até cinco folhas

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 17:11

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Outro

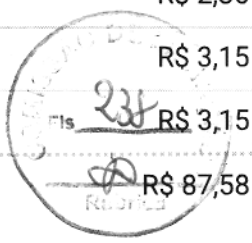
Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15681

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 78,92
Total	R$ 87,58

Valor do ato	
FERC	R$ 2,36
FADEP	R$ 3,15
FEMP	R$ 3,15
Total	R$ 87,58



←Voltar

Portal do Selo



Selo válido

Selo verificado:
PRENOT030270ZX7861CHTE2BHJ18

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 17:18

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

←Voltar



Portal do Selo

Fls 241

Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV030270QL9ZXZUQMQFIY339

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 17:19

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 21,76
FERC	R$ 0,64
FADEP	R$ 0,84
FEMP	R$ 0,84
Total	R$ 24,08

←Voltar



Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270BKIBI531L4H7KT15

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 17:24

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15681

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
Total	R$ 46,80

Valor do ato	
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar

Fls. 245
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
REGTIT030270Q0X25KUBWF0TEB14

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.2 - Registro completo com as anotações e remissões de contrato, título ou documento com valor econômico declarado, trasladação na íntegra ou por extrato conforme requerido (sobre o valor declarado):

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 15:55

Local:
Açailândia - MA

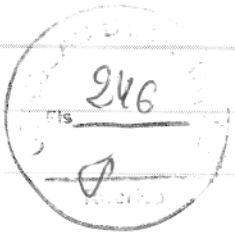
Natureza do Ato:
Balanço Patrimonial

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15678

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 1.096,85
FERC	R$ 32,90
FADEP	R$ 43,87
FEMP	R$ 43,87
Total	R$ 1.217,49



←Voltar

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
PRENOT030270U1KGHOLOKYDUTL17

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 16:04

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

←Voltar

Portal do Selo

Fls. 249
Rubrica

Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV030270IH48AE35T8D1C582

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 16:04

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 10,88
FERC	R$ 0,32
FADEP	R$ 0,42
FEMP	R$ 0,42
Total	R$ 12,04

←Voltar



Portal do Selo

Fls. 251

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270N7HSWCLXNA39OP61

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
18/08/2023 as 16:28

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

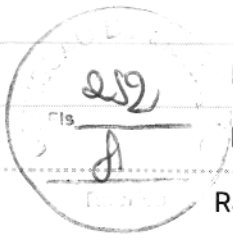
Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15678

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
Total	R$ 46,80

Valor do ato	
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

SERVIÇOS ONLINE

fls. 253

ACESSO PÚBLICO \ CONFIRMAÇÃO DE VERACIDADE

Certificação Digital de Documento Emitido

Dados do documento CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Número de Controle:	366982
Data de emissão:	20/10/2023 às 10:19:10
Validade:	18/01/2024
Número Registro:	MA-015348/O-8
Nome:	Thalyta Nunes Botelho

Voltar

© 2023 Spiderware

Portal do Selo

Fls 254

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270GW6TQFL73SZMGX51

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
21/08/2023 as 10:13

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

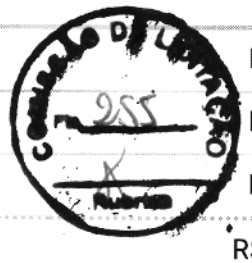
Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15684

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
Total	R$ 46,80

Valor do ato	
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
PRENOT030270M8W5EQUN2NQ76R11

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
21/08/2023 as 10:15

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

←Voltar

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV0302709T4MJEUNFAY3Z787

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
21/08/2023 as 10:16

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 10,88
FERC	R$ 0,32
FADEP	R$ 0,42
FEMP	R$ 0,42
Total	R$ 12,04

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 259
Rubrica

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 260
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
REGTIT030270AWLRYKUDNXI3JN12

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.2 - Registro completo com as anotações e remissões de contrato, título ou documento com valor econômico declarado, trasladação na íntegra ou por extrato conforme requerido (sobre o valor declarado):

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Angelo Garcia

Data de realização:
21/08/2023 as 10:05

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Outro

Registrado em:
Livro B-141;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK

Protocolo:
15684

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 103,78
FERC	R$ 3,11
FADEP	R$ 4,15
FEMP	R$ 4,15
Total	R$ 115,19

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 963
Rubrica

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 269 Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270KBAEA3LK5K38DD59

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
05/04/2023 as 12:40

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

Registrado em:
Livro A-66;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Matrícula:
0

Protocolo:
15492

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 963
Rubrica

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 964
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
RECFIR0299839FLYNQUXYRNAFJ22

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
SÃO LUÍS - 3° Tabelionato de Notas (São Luís)

Delegatário:
Carolina Miranda Mota Ferreira

Usuário:
LUIS FERNANDO CARVALHO CORRÊA DE MELLO

Data de realização:
21/08/2023 as 07:45

Local:
São Luís - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Autenticidade

Parte(s):
ZENIRA MASSOLI FIQUENE

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 961
Rubrica

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 266 Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270KBAEA3LK5K38DD59

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
05/04/2023 as 12:40

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

Registrado em:
Livro A-66;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Matrícula:
0

Protocolo:
15492

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 967 Rubrica

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 268 Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
RECFIR0302706635LFLX3YTKRL57

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva - Escrevente Autorizada

Data de realização:
05/04/2023 as 08:28

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Semelhança

Parte(s):
ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02



←Voltar

Portal do Selo



Selo válido

Selo verificado:
RECFIR030270N711FVCIFN7J3R07

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Jessica Railane Ferreira Cabral - Escrevente Autorizada

Data de realização:
04/04/2023 as 11:40

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Semelhança

Parte(s):
RAIMUNDO NONATO FOLHA CONCEICAO

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02

←Voltar



Portal do Selo



Selo válido

Selo verificado:
RECFIR03027099EAUT3TNWYMAL01

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Jessica Railane Ferreira Cabral - Escrevente Autorizada

Data de realização:
04/04/2023 as 11:46

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Semelhança

Parte(s):
JESSICA SILVA E SILVA

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 213
Rubrica

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 274 Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
PRENOT03027017HGBQUHPP9SAR36

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
05/04/2023 as 12:31

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro A-66;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

Valor do ato	
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 275
Rubrica

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 216
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV030270HVNH1N32AI8WCT00

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
05/04/2023 as 12:32

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 70,72
FERC	R$ 2,08
FADEP	R$ 2,73
FEMP	R$ 2,73
Total	R$ 78,26

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 277
Rubrica

Portal do Selo



Selo válido

Selo verificado:
REGTER030270EJPFX1CHPKOK5J92

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.7.2 - Por folha que exceder

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
05/04/2023 as 12:33

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Outro

Registrado em:
Livro A-66;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Protocolo:
15492

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 66,32
FERC	R$ 1,92
FADEP	R$ 2,64
FEMP	R$ 2,64
Total	R$ 73,52



←Voltar

Portal do Selo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 950
Rubrica

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270XBFZH5UDSF55H704

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
15/05/2023 as 09:11

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

Registrado em:
Livro B-5;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto

Matrícula:
0

Protocolo:
4.107

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 952
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270W7AGZWUFQHZR7767

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.2 - Das certidões: Por folha acrescida além da primeira, mais

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
15/05/2023 as 09:15

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Outro

Registrado em:
Livro B-5;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto

Matrícula:
0

Protocolo:
4.107

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 16,82
FERC	R$ 0,50
FADEP	R$ 0,66
FEMP	R$ 0,66
Total	R$ 18,64



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 284
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
RECFIR0302705MCPFTULZ10LTN78

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva - Escrevente Autorizada

Data de realização:
11/04/2023 as 07:52

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Semelhança

Parte(s):
JESSICA SILVA E SILVA

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 285
Rubrica

Portal do Selo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 986
Rubrica

Selo válido

Selo verificado:
RECFIR030270W6TKBB31F85DIL83

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva - Escrevente Autorizada

Data de realização:
11/04/2023 as 07:52

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Semelhança

Parte(s):
JESSICA SILVA E SILVA

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 248
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
RECFIR030270L5CK3E39FKDA5H98

Tipo do Ato:
Tabelionato de Notas

Ato realizado:
13.17.2 - Reconhecimento de sinal, letra e firma ou somente de firma, por assinatura

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva - Escrevente Autorizada

Data de realização:
11/04/2023 as 07:52

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Reconhecimento de Firma por Semelhança

Parte(s):
JESSICA SILVA E SILVA

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 5,44
FERC	R$ 0,16
FADEP	R$ 0,21
FEMP	R$ 0,21
Total	R$ 6,02

←Voltar



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 290
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
PRENOT030270487YVBUWYK16AZ91

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 09:17

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro A-67;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, GUILHERME RODRIGUES DA SILVA - Advogado

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 291
Rubrica

←Voltar



Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV030270QFEVYACI8AK58V04

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 09:18

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, GUILHERME RODRIGUES DA SILVA - Advogado

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 136,00
FERC	R$ 4,00
FADEP	R$ 5,25
FEMP	R$ 5,25
Total	R$ 150,50

←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 993
Rubrica

Portal do Selo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 294
Rubrica

Selo válido

Selo verificado:
AVERBA030270XGEKKYC6GOUM1B10

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.9.2 - Averbação de documento para integrar, modificar ou cancelar registro, sem valor patrimonial: Por folha que exceder

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 09:19

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Outro

Registrado em:
Livro A-37;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, GUILHERME RODRIGUES DA SILVA - Advogado

Protocolo:
15501

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 403,92
FERC	R$ 12,00
FADEP	R$ 16,08
FEMP	R$ 16,08
Total	R$ 448,08



←Voltar

Portal do Selo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 296
Rubrica

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270A35RPW3NBGD0HH70

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 09:26

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

Registrado em:
Livro A-67;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, GUILHERME RODRIGUES DA SILVA - Advogado

Matrícula:
0

Protocolo:
15501

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 298
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
CERTID0302701PDIN8UH22AF5F01

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 08:16

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Certidão

Registrado em:
Livro A-67;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Matrícula:
0

Protocolo:
15499

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80



←Voltar

Portal do Selo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 300
Rubrica

Selo válido

Selo verificado:
PRENOT03027021NM3E3JBDK3HH07

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 08:08

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro A-67;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

Valor do ato	
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 302
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV030270L6ADHMCZYIHWWF01

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 08:09

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 32,64
FERC	R$ 0,96
FADEP	R$ 1,26
FEMP	R$ 1,26
Total	R$ 36,12

←Voltar



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 304
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
REGTER030270OYM2BNU51LCOEJ53

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.7.2 - Por folha que exceder

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
11/04/2023 as 08:10

Local:
Açailândia - MA

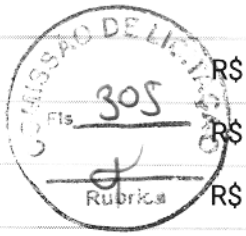
Natureza do Ato:
Outro

Registrado em:
Livro A-67;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA - TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO - 1° SECRETÁRIO

Protocolo:
15499

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 8,29
FERC	R$ 0,24
FADEP	R$ 0,33
FEMP	R$ 0,33
Total	R$ 9,19



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 306
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
PRENOT030270UE8QGQ3PDPIG1150

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.1 - Prenotação de títulos

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
04/05/2023 as 11:44

Local:
Açailândia - MA

Registrado em:
Livro A-68;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA – TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO – 1° SECRETÁRIA

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 33,52
FERC	R$ 1,00
FADEP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

Valor do ato	
FEMP	R$ 1,34
Total	R$ 37,20

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 307
Rubrica

←Voltar

Portal do Selo



Selo válido

Selo verificado:
ARQUIV030270MGZ2TGC91L8JBZ93

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.22 - Arquivamento, por folha do documento, os emolumentos serão:

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
04/05/2023 as 11:47

Local:
Açailândia - MA

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA – TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO – 1° SECRETÁRIA

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 32,64
FERC	R$ 0,96
FADEP	R$ 1,26
FEMP	R$ 1,26
Total	R$ 36,12

←Voltar



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 310
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
REGTER030270SG8NZB39VGE3AL99

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.7.2 - Por folha que exceder

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
04/05/2023 as 11:50

Local:
Açailândia - MA

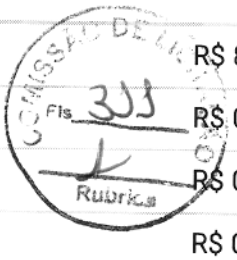
Natureza do Ato:
Ata

Registrado em:
Livro A-68;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA – TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO – 1° SECRETÁRIA

Protocolo:
15541

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 8,29
FERC	R$ 0,24
FADEP	R$ 0,33
FEMP	R$ 0,33
Total	R$ 9,19



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 392
Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
AVERBA0302706SXXWZ3SOMQ68D47

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.9.1 - Averbação de documento para integrar, modificar ou cancelar registro, sem valor patrimonial: Pela primeira folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
04/05/2023 as 11:51

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Ata

Registrado em:
Livro A-68;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA – TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO – 1° SECRETÁRIA

Protocolo:
15541

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 80,41
FERC	R$ 2,41
FADEP	R$ 3,21
FEMP	R$ 3,21
Total	R$ 89,24



←Voltar

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 344 Rubrica

Portal do Selo

Selo válido

Selo verificado:
CERTID030270DC3B4YCY9VYY6N73

Tipo do Ato:
Registro de Título de Documento de Pessoa Jurídica

Ato realizado:
15.10.1 - Das certidões: Com uma folha

Cartório:
AÇAILÂNDIA - 2º Ofício Extrajudicial (Açailândia)

Delegatário:
Devanir Garcia

Usuário:
Francisca Josilene da Silva

Data de realização:
04/05/2023 as 11:59

Local:
Açailândia - MA

Natureza do Ato:
Ata

Registrado em:
Livro A-68;

Parte(s):
INSTITUTO SOCIAL DA CIDADANIA JUSCELINO KUBITSCHEK - Instituto, JESSICA SILVA E SILVA - PRESIDENTE, ALESANDRO DE JESUS LIMA TEIXEIRA – TESOUREIRO, BERNARDO BORGES DE CARVALHO FILHO – 1° SECRETÁRIA

Matrícula:
0

Protocolo:
15541

Valor do ato	
Emolumentos	R$ 42,18
FERC	R$ 1,26
FADEP	R$ 1,68
FEMP	R$ 1,68
Total	R$ 46,80

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 315
Rubrica

←Voltar

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 316
Rubrica

DECLARAÇÃO DE DISPENSA

A Comissão de Licitação do Município de Vargem Grande/MA, através da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo da Dispensa de Licitação nº DL-030/2023-CPL/PMVG, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Contrato tendo como objeto a Contratação de Empresa para Realização de Concurso Público para Provimento de Cargos em todas as áreas da Administração do Município de Vargem Grande/MA, pelo valor de 541.531,60 (quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

Assim, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar o Exmo. Sr. **FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO**, Secretário Municipal de Administração da presente declaração, para que proceda-se de acordo, a devida ratificação.

Vargem Grande- MA, em 22 de Dezembro de 2023.

RICARDO BARROS PEREIRA
Decreto nº 05/2023
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 317
Rubrica

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2023-CPL/PMVG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0101.07239.2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666 de 21.06.93 e alterações, que dispõe sobre a contratação por Dispensa de Licitação para contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação socia do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994), em conformidade com a lei municipal n° 696/2023 do Município de Vargem Grande/MA. **RATIFICO**, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Secretario Municipal de Administração, **FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO**, Vargem Grande - MA, 22 de Dezembro de 2023.

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 31
Rubrica

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666 de 21.06.93 e alterações, que dispõe sobre a contratação por Dispensa de Licitação para contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação socia do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994), em conformidade com a lei municipal nº 696/2023 do Município de Vargem Grande/MA.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Secretario Municipal de Administração.

Vargem Grande/MA, 22 de Dezembro de 2023.

FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO
Secretario Municipal de Administração